

Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

ANGÉLICA SARAIVA SZUCKO

**IDENTIDADE EUROPEIA (E)LEVADA AO CUBO:
UM MODELO DE DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL
DAS PERCEPÇÕES IDENTITÁRIAS NA UNIÃO EUROPEIA**

Brasília

2016

Angélica Saraiva Szucko

**IDENTIDADE EUROPEIA (E)LEVADA AO CUBO:
UM MODELO DE DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL
DAS PERCEPÇÕES IDENTITÁRIAS NA UNIÃO EUROPEIA**

**Dissertação apresentada ao Instituto de Relações
Internacionais da Universidade de Brasília para
obtenção do título de Mestre em Relações
Internacionais.**

**Área de concentração: Política Internacional e
Comparada**

Orientador: Estevão Chaves de Rezende Martins

Brasília

2016

Nome: SZUCKO, Angélica Saraiva

Título: Identidade europeia (e)levada ao cubo: um modelo de distribuição espacial das percepções identitárias na União Europeia

Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Aprovação em: 05/08/2016

Banca examinadora:

Professor Estevão Chaves de Rezende Martins

Julgamento: aprovada

Assinatura:

Professora Karina Lilia Pasquariello Mariano

Julgamento: aprovada

Assinatura:

Professora Rosana Corrêa Tomazini

Julgamento: aprovada

Assinatura:

*Para meu pai, João Szucko (in memoriam), que
sempre me incentivou a ir atrás dos meus sonhos...*

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar. A Ele sou grata pela minha vida, por todas as oportunidades, pelas pessoas que colocou em meu caminho e pelas forças que me foram dadas para chegar até aqui.

Ao meu pai, João Szucko, que me apoiou incondicionalmente quando decidi mudar-me para Brasília e em todas as escolhas que fiz em minha vida. A ele dedico esta dissertação de mestrado.

À minha mãe, Roseli Chaves Saraiva Szucko, e ao meu irmão, Henrique Saraiva Szucko, por todo carinho e compreensão. Vocês são minha base e quem me dá forças para seguir em frente. Sem vocês eu não teria chegado aonde cheguei.

Ao meu noivo e futuro marido, Leonardo Rocha Bento, por todo amor, paciência e apoio, especialmente em um dos momentos mais difíceis da minha vida, que enfrentei durante o mestrado. A você, meu amado, agradeço o companheirismo de cada dia, o abraço carinhoso e a revisão cuidadosa do meu trabalho. Muito obrigada por toda ajuda sempre.

À minha tia Maria e aos demais familiares que me encorajaram neste novo desafio e torceram por mim.

Ao meu orientador, prof. Estevão Chaves Rezende Martins, por acolher-me como sua orientanda em seus últimos anos de docência. Obrigada pela confiança no meu trabalho, pelos conselhos, pela leitura atenta e pela disponibilidade em sempre compartilhar seu conhecimento.

Ao prof. Pio Penna Filho, por todo incentivo e exemplo como pessoa e professor.

À prof. Maria Helena Castro, minha orientadora no curso de especialização em Relações Internacionais e professora de metodologia durante o mestrado. Agradeço pelas orientações na monografia do curso de especialização, que contribuíram na definição do tema de pesquisa para o projeto de mestrado, e pelos ensinamentos nas aulas de metodologia e em nossas reuniões, que me auxiliaram no desenho de pesquisa, especialmente na elaboração do “cubo identitário”.

Aos professores Antônio Barbosa e Luiz Daniel Jatobá França, que participaram da minha banca de qualificação e colaboraram para o aprimoramento da pesquisa com seus questionamentos e suas recomendações.

Ao meu querido amigo, Erick Pfeifer, que ajudou a colocar minha loucura no papel e criou o plot de um programa para desenhar os cubos identitários. Obrigada pela amizade e pela disponibilidade em ajudar-me tão prontamente.

Aos colegas de mestrado e de doutorado por todas as conversas e discussões nas aulas e nos corredores da UnB que contribuíram para meu amadurecimento acadêmico e, principalmente, pelas sugestões e pelas dicas para minha pesquisa.

À CAPES e ao Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília, pelo auxílio financeiro e acadêmico. Aos funcionários e aos professores do Instituto de Relações Internacionais, por toda ajuda, pelos conselhos e pela boa vontade.

A todas as pessoas que torceram, acreditaram e por um lapso de memória não foram mencionadas. Muito obrigada por tudo!

“Instead of one strong European identity, we encounter a multiplicity of European identities” (CHECKEL; KATZENSTEIN, 2009, p. 25)

RESUMO

Esta dissertação faz uma investigação sobre a relação entre identidade europeia e integração regional. Desta forma, analisam-se quais elementos, durante o processo de construção de uma comunidade europeia integrada e cooperativa, contribuíram para a constituição de uma identidade compartilhada. Tendo-se admitido a existência de uma identidade europeia fundada nas dimensões cívico-institucional, histórico-cultural e nacional, este trabalho propõe uma análise tridimensional das percepções identitárias nacionais dos Estados membros da União Europeia e um modelo de distribuição espacial. A hipótese central do estudo é a de que a integração europeia, principalmente por meio de suas instituições, como é analisado no estudo comparativo dos países que adotaram o Euro, afeta a mudança nas identidades dos cidadãos e seu senso de pertencimento a essa comunidade supranacional. O estudo da questão identitária, a avaliação do sentimento de pertencimento a um *ethos* europeu e a delimitação das fronteiras dessa identidade europeia são essenciais para entender os rumos do processo de integração no que se refere ao maior aprofundamento e ao maior alargamento do bloco.

Palavras-chave: identidade europeia; União Europeia; integração regional.

ABSTRACT

This dissertation presents a research on the relationship between European identity and regional integration. Thus, analyzes which elements, during the process of building an integrated and cooperative European community, contributed to the constitution of a shared identity. Considering the existence of a European identity based on civic-institutional, historic-cultural and national dimensions, this dissertation proposes a three-dimensional analysis of the European Union Member States' national identity perceptions. The central hypothesis of this research is that the European integration, particularly through its institutions, as analyzed on the comparative study of countries that have adopted the Euro, affects the change in the identities of people and their sense of belonging to this supranational community. The study of the identity, the evaluation of the feeling of belonging to a European ethos and the demarcation of the boundaries of this European identity are essential to understand the direction of the integration process with regard to the further deepening and enlargement of the bloc.

Keywords: European identity; European Union; regional integration.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEE – Comunidade Econômica Europeia

ECR – *European Conservative and Reformists*

ECU - *European Currency Unit*

EFD - *Europe of Freedom and Democracy*

ERASMUS - *European Region Action Scheme for the Mobility of University Students*

ERM - *Exchange Rate Mechanism*

EU – *European Union*

EUA – Estados Unidos da América

Euratom – Comunidade Europeia de Energia Atômica

PESC – Política Externa e de Segurança Comum

UE – União Europeia

UEM – União Econômica e Monetária

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1 – Fases da integração europeia.....	16
Tabela 2 – Perspectivas geral, cívica e cultural da identidade europeia.....	22
Figura 1 – Relação entre os tipos de comunidade nacional e a identidade europeia.....	34
Figura 2 – O “cubo identitário europeu”.....	35
Tabela 3 – Características dos oito tipos ideais do “cubo identitário europeu”.....	36
Tabela 4 – Resultados dos indicadores das dimensões identitárias.....	41
Figura 3 – Resultados das dimensões identitárias dos Estados membros da União Europeia.....	42
Figura 4 – Indicadores utilizados por Andrea Schlenker-Fischer para elaboração da classificação dos tipos de comunidade nacional.....	46
Figura 5 – Percentual de respostas afirmativas à proposição de que “as pessoas de outros grupos étnicos contribuem para o enriquecimento cultural do seu país”.....	47
Figura 6 – Posicionamento da Alemanha no “cubo identitário europeu”.....	50
Figura 7 – Posicionamento da Áustria no “cubo identitário europeu”.....	51
Figura 8 – Posicionamento da Bélgica no “cubo identitário europeu”.....	52
Figura 9 – Posicionamento da Bulgária no “cubo identitário europeu”.....	53
Figura 10 – Posicionamento do Chipre no “cubo identitário europeu”.....	54
Figura 11 – Posicionamento da Croácia no “cubo identitário europeu”.....	55
Figura 12 – Posicionamento da Dinamarca no “cubo identitário europeu”.....	56
Figura 13 – Posicionamento da Eslováquia no “cubo identitário europeu”.....	57
Figura 14 – Posicionamento da Eslovênia no “cubo identitário europeu”.....	58
Figura 15 – Posicionamento da Espanha no “cubo identitário europeu”.....	59
Figura 16 – Posicionamento da Estônia no “cubo identitário europeu”.....	60
Figura 17 – Posicionamento da Finlândia no “cubo identitário europeu”.....	61
Figura 18 – Posicionamento da França no “cubo identitário europeu”.....	62
Figura 19 – Posicionamento da Grécia no “cubo identitário europeu”.....	63
Figura 20 – Posicionamento da Hungria no “cubo identitário europeu”.....	64
Figura 21 – Posicionamento da Irlanda no “cubo identitário europeu”.....	65
Figura 22 – Posicionamento da Itália no “cubo identitário europeu”.....	66
Figura 23 – Posicionamento da Letônia no “cubo identitário europeu”.....	67
Figura 24 – Posicionamento da Lituânia no “cubo identitário europeu”.....	68
Figura 25 – Posicionamento de Luxemburgo no “cubo identitário europeu”.....	69
Figura 26 – Posicionamento de Malta no “cubo identitário europeu”.....	70

Figura 27 – Posicionamento dos Países Baixos no “cubo identitário europeu”	71
Figura 28 – Posicionamento da Polônia no “cubo identitário europeu”	72
Figura 29 – Posicionamento de Portugal no “cubo identitário europeu”	73
Figura 30 – Posicionamento do Reino Unido no “cubo identitário europeu”	74
Figura 31 – Posicionamento da República Tcheca no “cubo identitário europeu”	75
Figura 32 – Posicionamento da Romênia no “cubo identitário europeu”	76
Figura 33 – Posicionamento da Suécia no “cubo identitário europeu”	77
Figura 34 - Posicionamento no ano de 2015 dos países que entraram na União Europeia em 1951	79
Figura 35 - Posicionamento no ano de 2015 dos países que entraram na União Europeia em 1973	79
Figura 36 - Posicionamento no ano de 2015 dos países que entraram na União Europeia em 1981	80
Figura 37 - Posicionamento no ano de 2015 dos países que entraram na União Europeia em 1986	80
Figura 38 - Posicionamento no ano de 2015 dos países que entraram na União Europeia em 1995	81
Figura 39 - Posicionamento no ano de 2015 dos países que entraram na União Europeia em 2004	81
Figura 40 - Posicionamento no ano de 2015 dos países que entraram na União Europeia em 2007	82
Figura 41 - Posicionamento no ano de 2015 dos países que entraram na União Europeia em 2013	82
Figura 42 – Identidade cívico-institucional x Identidade histórico-cultural	83
Figura 43 – Identidade cívico-institucional x Identidade nacional	84
Figura 44 – Identidade histórico-cultural x Identidade nacional	85
Tabela 5 – Comparação entre UE, EUA, Japão e China	91
Tabela 6 – Posicionamento dos principais partidos eurocéticos	93
Tabela 7 - Sentimento de pertencimento à UE (Você se sente cidadão da UE?)	103
Figura 45 – Data esperada para adoção do Euro	105
Figura 46 – Posicionamento da Estônia no “cubo identitário” europeu nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015	106
Figura 47 – Posicionamento da Letônia no “cubo identitário” europeu nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015	108

Figura 48 - Você acha que a introdução do Euro teria consequências positivas ou negativas para seu país?.....	110
Figura 49 – Posicionamento da Lituânia no “cubo identitário” europeu nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015.....	111
Tabela 8 – Resultados dos indicadores das dimensões identitárias dos países bálticos entre os anos de 2012, 2013, 2014 e 2015	112
Figura 50 – <i>Do you feel citizen of the EU? Yes</i>	113
Figura 51 – <i>Do you feel as...? Option: only national</i>	113

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1 - Panorama da formação identitária europeia.....	8
1.1 As teorias sobre integração europeia.....	8
1.2 O construtivismo e a integração europeia.....	11
1.3 Fases da integração europeia.....	13
1.4 O tratado de Maastricht e a cidadania europeia.....	17
1.5 Características da identidade europeia.....	20
Capítulo 2 - Análise tridimensional da identidade europeia – desenho de pesquisa.....	25
2.1 Aspectos gerais do desenho de pesquisa.....	25
2.2 A identidade cívico-institucional.....	29
2.3 A identidade histórico-cultural.....	31
2.4 A identidade nacional.....	32
2.5 O “cubo identitário europeu”.....	35
Capítulo 3 - O “cubo identitário europeu” no ano de 2015.....	40
3.1 As percepções nacionais da identidade europeia – resultados gerais.....	40
3.2 Posicionamento dos 28 países-membros da União Europeia no ano de 2015.....	49
3.3 A Europa por fases – posicionamento no “cubo identitário europeu” de acordo com o ano de entrada no bloco.....	78
3.4 Análises bidimensionais.....	83
3.4.1 Identidade cívico-institucional x Identidade histórico-cultural.....	83
3.4.2 Identidade cívico-institucional x Identidade nacional.....	84
3.4.3 Identidade histórico-cultural x Identidade nacional.....	84
Capítulo 4 - O Euro como um símbolo identitário.....	86
4.1 A importância dos símbolos na construção identitária.....	86
4.2 Histórico do processo de integração econômico-monetário da União Europeia.....	90
4.3 A euforia do Euro em 2002.....	97
4.4 O Euro e a identidade europeia.....	100
4.5 Estudo comparativo sobre adoção do Euro nos países bálticos.....	103
4.5.1 Estônia.....	104

4.5.2 Letônia.....	107
4.5.3 Lituânia.....	109
4.6 Os símbolos europeus e a identidade europeia.....	114
Conclusão.....	116
Referências Bibliográficas.....	121
Apêndice 1 – Indicadores do “cubo identitário europeu”.....	124

INTRODUÇÃO

A emergência de uma ordem mundial cada vez mais globalizada e interconectada bem como a dificuldade de os Estados se adaptarem a esse sistema e lidarem com as novas temáticas internacionais de forma individual evidenciam a importância da formação de grupos ou de blocos que cooperem na busca de um objetivo comum. Nesse sentido, a integração regional é um importante instrumento na elaboração de estratégias associadas para enfrentar problemas que transcendem as fronteiras estatais. Os estudos acerca da integração procuram compreender quais fatores contribuem para que os países busquem uma solução coletiva em vez de agirem individualmente.

A experiência europeia é largamente apontada como aquela que mais avançou em termos de estratégias de atuação coletiva e, por esta razão, serve de referência para grande parte dos estudos sobre cooperação e sobre integração regional. Diferentemente de outros blocos regionais, o processo europeu vai além da cooperação econômica e comercial e consiste em uma integração muito mais ampla e abrangente, aproximando-se mais de um estágio de união política intergovernamental do que da definição corrente de bloco econômico. Embora a Europa seja um continente historicamente marcado por guerras e por inúmeras controvérsias e caracterizado por enorme diversidade cultural, a unificação europeia sugere-nos que é possível cooperar em torno de um objetivo e de um compromisso comuns. A integração europeia está fundada tanto em um processo de consolidação institucional como na formação de uma comunidade supranacional com valores compartilhados. São esses motivos que a diferenciam dos demais processos de integração regional e que despertam crescente interesse por suas singularidades e pelos avanços na cooperação interestatal.

Esse processo de integração traz também diversos desafios internos para sua consolidação, e a construção de uma identidade compartilhada é fundamental como elemento legitimador do aprofundamento das relações europeias, ao mesmo tempo em que é elaborada e reforçada paulatinamente pelos próprios avanços da integração. Isto decorre do fato de que a vontade política de ceder competências para o bloco ou compartilhá-las com ele, caso encontre respaldo na opinião popular doméstica majoritária, está intrinsecamente relacionada à existência de alguma identificação que os indivíduos, singular e coletivamente, tenham em relação à União Europeia. Ademais, a solidez desta identidade coletiva está fundada nas crenças quanto à eficiência do bloco em promover os próprios interesses nacionais dos envolvidos, por meio da consolidação

dos processos institucionais da União Europeia. Nesse sentido, é válido ressaltar que não se propugna necessariamente uma priorização da identidade europeia sobre a nacional, mas que ambas podem e devem coexistir harmonicamente.

A representação da União Europeia como um ator que tem voz no cenário internacional e que, muitas vezes, age como um bloco homogêneo na sua relação com as demais unidades estatais desperta o interesse em conhecer melhor sua formação e seu funcionamento. Além disso, a complexidade do processo de integração europeu oferece novas oportunidades para que se pense a organização do sistema internacional, em oposição às concepções essencialmente estadocêntricas, e abre espaço para novas perspectivas teóricas das relações internacionais.

A integração regional europeia foi modificando seus objetivos, seus interesses, seus valores e suas identidades ao longo dos anos, ao passo que novos temas da relação interestatal foram surgindo e que novas instituições foram criadas para atender tais demandas. Por estas razões, a atual configuração da União Europeia já não pode ser explicada apenas pelas teorias clássicas das Relações Internacionais, e esforços teóricos inovadores são necessários no sentido de melhor compreendê-la. Destarte, as novas perspectivas teóricas trazem abordagens anteriormente negligenciadas nos debates sobre a integração regional, como a contribuição do construtivismo na análise da importância do processo integrador para a construção de uma identidade europeia. Essa é uma das questões que tem levantado interesse do meio acadêmico no âmbito dos estudos sobre integração e que justifica a pertinência do presente trabalho.

Fundamentando-se nesse marco teórico construtivista, esta dissertação faz uma investigação sobre a relação entre identidade europeia e integração regional, com base na assunção de que as identidades importam para os resultados políticos e não podem ser negligenciadas. Ademais, o estudo fortalece o argumento de que a execução de uma política europeia democrática, que atenda aos valores propugnados pelo bloco, requer o suporte difuso dos cidadãos para legitimar-se. Esse suporte, baseado no compartilhamento de uma identidade comum, advém da ideia, defendida por diversos politólogos e internacionalistas especialistas em União Europeia, como Thomas Risse (2003), de que quanto maior o senso de lealdade e de pertencimento a uma comunidade política, mais propensos estão os cidadãos a aceitar as decisões e as políticas desse governo.

Ainda para os construtivistas, as instituições são importantes no processo de socialização porque afetam a constituição de preferências, de interesses e de identidades coletivas, moldando os papéis dos atores envolvidos nessa interação de diferentes

formas. Por esse motivo, a análise do trabalho privilegia o encadeamento entre o processo de integração, as instituições e a identidade europeia, sem desconsiderar os aspectos histórico-culturais e as singularidades nacionais, na consolidação e na manutenção do bloco.

Conforme já mencionado, a União Europeia é reconhecida como o caso de maior sucesso no que diz respeito à integração regional. Seu processo de integração caracteriza-se por um sistema institucionalizado de governança operando diversas atividades que se sobrepõem e se cruzam em diferentes níveis com as soberanias estatais. Em contrapartida, a lealdade e a representação nacionais, possíveis empecilhos na construção de uma identidade compartilhada, ainda estão altamente enraizadas nas instituições tradicionais de cada Estado, dificultando a consolidação de uma identidade comum. O estudo da questão identitária, a avaliação do sentimento de pertencimento a um *ethos* europeu e a delimitação das fronteiras dessa identidade europeia são essenciais para entender os rumos do processo de integração no que se refere ao maior aprofundamento e ao maior alargamento do bloco, principalmente diante das crises atuais, como as instabilidades na Zona Euro e o aumento dos fluxos migratórios para o continente.

Assim, a dissertação discorre sobre os caminhos percorridos pelos países-membros rumo a uma cooperação efetiva e duradoura e analisa, em primeiro lugar, se o processo de integração deu origem à formação de uma identidade compartilhada, e, em seguida, se essa identidade é um dos fatores que contribui para o aprofundamento e para a sustentação do arranjo político-institucional. Ao estudar como se dão as interações dentro dos ambientes institucionalizados da União Europeia e como os atores constroem seus interesses e suas preferências gerando resultados profundos de cooperação interestatal, o trabalho é igualmente relevante para contribuições posteriores que se preocupem em estudar a aplicação de estratégias similares de cooperação em outros processos de integração regional.

De maneira geral, este estudo tem o intuito de realizar uma reflexão sobre o processo de integração regional e sobre a constituição de uma identidade europeia respondendo a questionamentos sobre: como o processo de integração regional influencia a formação da identidade europeia? E, ainda, como se caracterizam as percepções nacionais sobre o sentimento de pertencimento à União Europeia? Desta forma, pretende-se pesquisar quais elementos, durante o processo de construção de uma comunidade europeia integrada e cooperativa, contribuíram para a construção de uma identidade compartilhada.

Diversos fatores internos e externos, como a vontade política de evitar uma nova guerra continental, a estreita cooperação em mercados estratégicos e a necessidade de fortalecer-se como um ator político importante em um cenário inicialmente bipolar foram relevantes para a construção das comunidades europeias, conforme aponta grande parte da literatura especializada, e podem ser considerados variáveis antecedentes nesta dissertação. Este trabalho, por sua vez, tem a intenção de aprofundar os estudos tradicionais por meio da análise de como se tem consolidado o aspecto identitário e de como ele funciona como um mecanismo aglutinador e legitimador da integração regional. Nesse sentido, são apresentados três argumentos logicamente concatenados referentes às variáveis - dimensões identitárias -, que são utilizadas na pesquisa e na elaboração do “cubo identitário europeu”.

O primeiro argumento assevera existir uma identidade cívico-institucional europeia, fundada na consolidação das instituições do bloco e nas normas comunitárias compartilhadas. Essa identidade é fruto da interação e do aprofundamento das relações em múltiplas áreas ocorridos durante o processo de integração regional. Inicialmente o objetivo primordial das comunidades europeias era a integração das indústrias de carvão e de aço e a cooperação econômica e energética nuclear dos países participantes, e não uma união política intergovernamental ou supranacional que dela decorreu em uma lógica de transbordamento. Conforme o processo de integração foi aprofundando-se, valores e objetivos comuns, como mencionado acima, passaram a ser partilhados e serviram de base para a construção de uma narrativa sobre o que é ser europeu. Dessa forma, o aspecto identitário não seria causa subjacente da integração, mas uma de suas consequências, que se constrói progressivamente à medida que o processo avança. É importante ressaltar que essa identidade institucional possui um caráter muito mais cívico do que cultural, uma vez que se relaciona, sobretudo, com a existência de uma estrutura política e de símbolos compartilhados, como uma bandeira, um hino, uma moeda e a noção de cidadania, e, apenas em menor medida, com o sentimento de pertencimento a uma nação ou a uma comunidade imaginada europeia.

O segundo argumento afirma que, além dessa identidade cívico-institucional europeia, existe também uma relativa identificação histórico-cultural entre a maioria dos membros da União Europeia. Por este motivo, os aspectos históricos e culturais também são relevantes no processo de construção da identidade europeia, uma vez que são responsáveis por forjar as memórias coletivas, como as lembranças de guerras devastadoras no continente. Em oposição a esse passado nefasto, as comunidades europeias pautaram-se pela consolidação dos valores comuns que pudessem mitigar a

emergência de conflitos, a exemplo da defesa da paz, da promoção da democracia e do Estado de direito e do respeito aos direitos humanos.

Por fim, o terceiro argumento evidencia a constante tensão entre as identidades nacionais e a construção de uma identidade europeia supranacional, embora grande parte da literatura afirme que ambas possam coexistir harmonicamente. As ondas de resistência e de incredulidade no projeto de integração regional revelam a fragilidade da identidade europeia. Isto pode ser observado no euroceticismo de determinados países-membros em momentos de questionamento do processo integrador ou na emergência de movimentos ultranacionalistas em situações de crise, como evidenciado nos anos 1970 e desde a crise financeira global de 2008 e seus impactos sobre a economia do continente, ou ainda com o recente aumento no fluxo de refugiados para a Europa. Em situações como estas, o comportamento reiterado dos Estados tem sido a tentativa de responder às adversidades próprias ou sistêmicas recorrendo a soluções mais individuais do que comunitárias, explicitando a vulnerabilidade da identidade europeia. Por estas razões, o aspecto das identidades nacionais também deve ser considerado no processo de formação da identidade europeia.

Tendo-se admitido a existência de uma identidade europeia, fundada nas dimensões cívico-institucional, histórico-cultural e nacional, este trabalho propõe uma análise tridimensional das percepções identitárias nacionais dos Estados membros da União Europeia e um modelo de distribuição espacial. A hipótese central do estudo é a de que a integração europeia, principalmente por meio de suas instituições, afeta a mudança nas identidades dos cidadãos e seu senso de pertencimento a essa comunidade supranacional. O trabalho ainda procura entender se a construção dessa identidade europeia é um dos fatores que a tem distinguido dos demais processos de integração regional e que tem contribuído para que a União Europeia venha avançando tanto no que se refere à cooperação interestatal.

A comprovação da hipótese anteriormente exposta ocorre mediante a persecução do objetivo geral de avaliar o impacto da integração regional, tendo as instituições como variável interveniente principal, na construção de uma identidade supranacional, ou seja, entender como as interações de Estados, sociedades e instituições dentro desse arranjo supranacional afetam a formação de uma identidade coletiva e aumentam o sentimento de pertencimento à União Europeia. Para fins de pesquisa, esse objetivo geral se subdivide em três objetivos específicos, os quais guiaram os capítulos da dissertação:

1) Discernir a existência de uma identidade europeia e sua relação com o processo de integração regional;

2) Elaborar um modelo de distribuição espacial das percepções nacionais da identidade europeia fundamentado em três variáveis: a identidade cívico-institucional, a identidade histórico-cultural e a identidade nacional;

3) Realizar um estudo comparativo sobre a mudança na percepção da identidade europeia a partir de uma maior institucionalização do país-membro, por exemplo, com a adoção do Euro.

De modo a comprovar a hipótese de que o processo de integração regional contribui, por meio da consolidação institucional, para a formação de uma identidade europeia compartilhada, a pesquisa atende aos três objetivos específicos anteriormente mencionados mediante ferramentas qualitativas - como o método comparativo - e quantitativas, a exemplo da base de dados estatísticos do *Eurobarometer*. Nesta pesquisa, é utilizada uma abordagem dedutiva de maneira a validar o argumento construtivista de constituição identitária conjunta entre agentes e estrutura, isto é, a hipótese de que as instituições podem moldar o comportamento dos indivíduos e vice-versa.

As unidades de análise deste estudo são os países-membros da União Europeia, de cujas populações nacionais se localizam as percepções quanto aos elementos que compõem a identidade europeia, bem como o respectivo sentimento de identificação e de pertencimento ao bloco. O período de análise do trabalho se concentra no lapso de tempo transcorrido desde a assinatura do Tratado de Maastricht em 1992, que instituiu a União Europeia. Como ponto de referência também serão utilizados os critérios de Copenhague, elaborados em 1993, que definem as condicionalidades para adesão ao bloco.

Sendo assim, no primeiro capítulo da dissertação, é elaborado um breve panorama, com base na literatura existente sobre o tema, no que diz respeito às teorias sobre integração regional e às etapas da mesma, dando ênfase ao Tratado de Maastricht e relacionando este processo de integração com a emergência de uma identidade europeia. O segundo capítulo apresenta o desenho de pesquisa e a proposta inédita de uma análise tridimensional da identidade europeia, além de discorrer sobre as dimensões cívico-institucional, histórico-cultural e nacional e os indicadores utilizados. O terceiro capítulo utiliza-se do modelo tridimensional elaborado e classifica aproximadamente a posição dos 28 países-membros no “cubo identitário europeu” no ano de 2015. Ademais, são realizadas algumas comparações das fases de entrada dos

países no bloco, bem como análises bidimensionais entre os diferentes elementos que compõem a identidade europeia.

Por fim, no quarto capítulo, é realizado um estudo comparativo com o intuito de comprovar a existência de um maior grau de identificação com a União Europeia a partir do aprofundamento no processo de institucionalização do bloco, ou seja, demonstrar-se que, no curto e médio prazos, a dimensão cívico-institucional é a principal variável independente que contribui para o adensamento das identidades europeias. Para tanto, primeiramente se reflete sobre a importância dos símbolos na construção identitária e se apresenta um histórico do processo de integração econômico-monetária da União Europeia e a eufórica recepção da nova moeda comum em 2002. Em seguida, são comparadas as percepções em relação ao sentimento de pertencimento à União Europeia entre os países-membros e não membros da Zona Euro. Posteriormente, realiza-se uma análise comparada com foco nos países bálticos - Estônia, Letônia e Lituânia-, os últimos a adotarem a moeda comum, a fim de verificar a mudança de posição destes dentro do “cubo identitário europeu” antes e depois da adesão ao Euro. Desta forma, demonstra-se que, embora a identidade europeia esteja vinculada a diferentes variáveis, o componente cívico-institucional exerce um papel fundamental no fortalecimento do sentimento de europeidade, uma vez que está mais sujeito a mudanças do que os aspectos identitários histórico-culturais e nacionais.

Em geral, o estudo proposto analisa como as instituições, ao determinarem certos padrões de comportamento, moldam a identidade coletiva europeia e o sentimento de pertencimento ao bloco. Ademais, avalia como ocorre a construção da narrativa de uma identidade europeia e se ela é, além de fruto do processo de integração regional, um dos suportes que sustenta e que permite os avanços e os aprofundamentos desse projeto político continental.

CAPÍTULO 1 – PANORAMA DA FORMAÇÃO IDENTITÁRIA EUROPEIA

Este capítulo tem por objetivo discernir a existência de uma identidade europeia e sua relação com o processo de integração regional. Nesse sentido, é apresentada uma breve revisão bibliográfica acerca das teorias sobre integração europeia, com destaque para o construtivismo. Posteriormente, enumeram-se as etapas de aprofundamento e de alargamento do processo integrador europeu e as condicionalidades para adesão ao bloco dando ênfase ao tratado de Maastricht que instituiu a cidadania europeia. Ao final, elencam-se algumas características da identidade europeia com base nos estudos já realizados sobre o tema.

1.1 As teorias sobre integração europeia

A temática da integração regional está presente em uma vasta literatura, e diferentes abordagens teóricas possuem conceitos úteis que nos ajudam a compreender melhor a construção europeia. Conforme destaca Sabine Saurugger no livro *Théories et concepts de l'intégration européenne* :

Nous observons actuellement une prolifération d'approches théoriques et conceptuelles qui permettent une analyse plus détaillée et nuancée de l'Union Européenne et de son développement historique. Or, cette évolution n'entraîne pas l'émergence d'une théorie englobante, 'prête à utiliser' pour penser l'intégration dans son ensemble (grande theory). Il s'agit plutôt de la genèse d'une multitude de théories de moyenne portée (middle range theories), qui n'ont pas comme objectif d'expliquer les raisons de l'intégration, mais de permettre de structurer les recherches de manière cohérente¹. (SAURUGGER, 2009, p. 32)

Por esta razão, não é possível falar de uma grande teoria sobre a integração europeia: o que existem são diferentes perspectivas para analisar os fenômenos desse processo. De acordo com Leonardo Ramos, Sylvia Ferreira Marques e Diego Santos Vieira Jesus (2009), os estudos sobre a integração europeia podem ser esquematicamente divididos em quatro fases, que não necessariamente se sucedem no tempo: algumas perspectivas continuam existindo e se desenvolvendo mesmo após o surgimento das demais.

¹ Nós observamos, atualmente, uma proliferação de abordagens teóricas e conceituais que nos permitem uma análise mais detalhada e diferenciada da União Europeia e de seu desenvolvimento histórico. No entanto, essa evolução não conduz ao surgimento de uma teoria abrangente, 'pronta para usar' para pensar a integração como um todo (*grande theory*). Trata-se, pelo contrário, da gênese de muitas teorias de médio alcance (*middle range theories*), que não têm como objetivo explicar as razões para a integração, mas permitir a estruturação de pesquisas de maneira coerente. (Tradução nossa).

A primeira fase possuía um caráter majoritariamente normativo e relacionava-se com a ideia de prevenção de uma nova guerra na região. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o funcionalismo e o federalismo surgiram como alternativas para a construção de relações pacíficas na Europa. Enquanto o federalismo entendia que iniciativas políticas para a construção de estruturas federais supranacionais, na forma de uma união federal entre os Estados europeus, eram o caminho para paz europeia, o funcionalismo afirmava que a cooperação interestatal em áreas técnicas e funcionais específicas, por meio de organizações internacionais, conduziria a um sistema mais próspero e pacífico.

A segunda fase, por sua vez, caracteriza-se por tentativas teóricas de identificação da força motriz do processo de integração europeu. De acordo com os neofuncionalistas, a construção europeia explicava-se pela integração gradual em setores específicos, no caso o econômico, que geraram um efeito de transbordamento (*spill over effect*) para outras áreas. Os transnacionalistas, a seu turno, acreditavam que a integração era resultado da aprendizagem no processo de interação comunicativa entre as comunidades nacionais e que, desta forma, os indivíduos estariam abertos ao estabelecimento de novos padrões de comportamento que facilitariam a aproximação e a cooperação. Por fim, os intergovernamentalistas destacavam a centralidade do Estado nesse processo e explicavam a construção europeia como derivada das decisões racionais de cada país com vistas a atender seus interesses nacionais. Em outras palavras, os Estados só cooperavam quando isso atendia a seus interesses individuais.

A terceira fase dos estudos de integração regional amplia o escopo de análise e de reflexão ao introduzir a discussão de novas temáticas referentes ao funcionamento dos processos internos do sistema europeu, como suas regras, suas práticas e suas instituições. Neste período, destacam-se três perspectivas. O intergovernamentalismo liberal, uma reformulação de sua vertente clássica, sob uma perspectiva liberal, caracteriza-se pela análise em jogos de dois níveis: no nível interno, investiga a formação das preferências nacionais dos Estados; no externo, examina o processo de barganhas intergovernamentais. O institucionalismo histórico foca-se nos efeitos que as instituições produzem ao longo do tempo, ou seja, em suas capacidades de constranger ou de estimular determinados comportamentos dos atores. Sendo assim, para os institucionalistas, a integração europeia não é somente resultado das barganhas interestatais, como também é consequência de processos e de evoluções diárias dentro das próprias instituições europeias. Outra perspectiva que se destacou nesse período foi a da governança multinível, que entende que a integração europeia alterou as relações dos Estados soberanos tanto com seus nacionais quanto com as instituições

supraestatais, de modo que se observa uma dispersão do processo decisório em diferentes níveis e a presença de diversos atores, para além dos Estados, interagindo em uma rede complexa.

A quarta fase dos estudos de integração regional preocupa-se essencialmente com o processo de construção europeia, enfatizando seus momentos de aprofundamento e de alargamento, bem como suas implicações normativas. Neste período, destacam-se as novas abordagens teóricas das relações internacionais, como o construtivismo. O construtivismo, em geral, assume a premissa de que as estruturas da política internacional são resultados das interações sociais e, desta forma, dinâmicas e passíveis de transformações. Para os construtivistas, as instituições, além de moldarem os incentivos dos atores para a cooperação, também contribuem para a definição de suas identidades e de seus comportamentos. Sendo assim, quanto mais o contexto social europeu for afetado pela integração, mais os atores se sentirão identificados com ele. Isto poderia explicar os diferentes níveis de identificação dos nacionais dos Estados membros, de acordo com o papel que estes entes assumem dentro do contexto da integração europeia. Ademais, o construtivismo entende que a constituição de uma identidade coletiva passa pela criação de mitos e de símbolos compartilhados.

Por muitos anos, os estudos de integração regional resumiam-se à dicotomia entre intergovernamentalistas e supranacionalistas (estadocêntricos e não estadocêntricos): o debate girava em torno de qual deveria ser o papel assumido pelo Estado no processo de construção da cooperação regional. Com as novas perspectivas que emergiram nos anos 90, surgiram dois novos eixos para interpretar os processos de integração. O primeiro eixo divide as teorias de integração regional entre aquelas que procuram reproduzir as características dos Estados e do sistema internacional e aquelas que entendem a integração como um processo transformador do Estado e de suas relações na esfera global. O segundo eixo relaciona-se com a decisão de qual perspectiva deve ser adotada para observar os fenômenos sociais e distingue as teorias entre aquelas com orientação positivista, baseada nas ciências naturais, que defendem que o observador está distante dos fenômenos e busca explicá-los sem interagir com eles, e aquelas que são inspiradas na história e que têm orientação pós-positivista, em que o observador, integrado aos fenômenos sociais, procura vê-los de dentro, para, então, entender seus significados. Observa-se que as fases das teorias da integração fazem interfaces com os próprios debates teóricos que existiram no campo das Relações Internacionais.

1.2 O construtivismo e a integração europeia

Conforme o panorama apresentado, a integração regional europeia foi modificando seus objetivos, seus interesses, seus valores e suas identidades ao passo que novos temas da relação interestatal foram surgindo e que novas instituições foram criadas para atender tais demandas. Por estas razões, a atual configuração da União Europeia já não pode ser explicada apenas pelas teorias clássicas das relações internacionais, e esforços teóricos inovadores são necessários no sentido de melhor compreendê-la. O construtivismo é uma das recentes abordagens teóricas que pode contribuir muito para a compreensão dos fenômenos da integração europeia. Segundo Jeffrey Checkel (2007), a ideia não é desenvolver uma teoria construtivista sobre a integração, algo para competir com o intergovernamentalismo ou com o neofuncionalismo, mas, sim, observar como certos aspectos do construtivismo podem iluminar a compreensão de temas da integração europeia, como a natureza da ordem política, a construção de identidades e a formação de uma comunidade política.

No capítulo “*Constructivism and EU Politics*” do livro *The Handbook of EU Politics*, Checkel (2007) diferencia três vertentes construtivistas: a convencional, a interpretativa e a crítica ou radical. O construtivismo convencional é a perspectiva construtivista dominante nos Estados Unidos e procura examinar o papel das normas, e, em alguns casos, também das identidades na formação de resultados políticos. Essa escola se aproxima do positivismo epistemológico e busca pontes com outras perspectivas teóricas. A vertente interpretativa do construtivismo é mais difundida na Europa e explora o papel da linguagem na mediação e na construção da realidade social associando-se às epistemologias pós-positivistas. Também por meio de uma lente pós-positivista, os construtivistas críticos mantêm o foco no aspecto linguístico, adicionando a este uma dimensão normativa que ressalta a ênfase no poder de dominação da linguagem. Desta forma:

Post-positivist constructivists – be they interpretative or critical/radical – explore the EU and European institutions in a manner quite different from their conventional counterparts. Instead of starting with certain givens – say, a set of social norms – and exploring their causal impact on outcomes, they might explore the discursive practices that make possible certain EU norms in the first place. (SCHWELLNUS 2005a apud CHECKEL, 2007, p. 59)

De modo a evitar interpretações equivocadas no que diz respeito aos métodos utilizados na pesquisa, é importante esclarecer que o presente trabalho se filia à vertente construtivista convencional de viés mais positivista. Fundamentando-se neste marco

teórico construtivista e na assunção de que as identidades importam para os resultados políticos e não podem ser negligenciadas, a pesquisa proposta pretende demonstrar, conforme indicado, como o processo de integração regional, por meio da consolidação institucional, influencia a construção de uma identidade europeia.

De acordo com os construtivistas, as instituições são importantes no processo de socialização porque afetam a constituição de preferências, de interesses e de identidades coletivas, moldando os papéis dos atores envolvidos nessa interação de diferentes formas. Para Saurugger (2009), o objetivo dos construtivistas é mostrar os diferentes níveis da noção de identidade. A autora ressalta:

*L'hypothèse de départ dans l'analyse des constructivistes pour analyser l'émergence d'une identité européenne est très proche de celle des néofonctionalistes : le processus de l'intégration européenne mène à l'émergence d'une identité transnationale. Toutefois, si le néofonctionalistes et, avant tout, Ernest Hass et Leon Lindberg, prévoyaient un transfert de loyauté du niveau national vers le niveau européen, processus qui prendrait place en particulier parmi l'élite politique et socio-économique, les constructivistes, à des degrés divers, élargissent l'analyse aux citoyens européens dans leur ensemble et insistent sur la multidimensionalité de l'identité.*² (SAURUGGER, 2009, p. 187).

Nesse sentido, e considerando o conceito de identidade social (POLLACK 1992), as identidades referem-se a representações e a crenças coletivas compartilhadas, as quais são constituídas conjuntamente tanto pelas instituições quanto pelos indivíduos, sobre a definição de certo grupo e de seus integrantes. De acordo com Breakwell (2004 apud BRUTER, 2005), é possível distinguir entre as identidades pessoais e sociais de um indivíduo. Enquanto as identidades pessoais são formadas a partir de uma rede de referências familiares, as identidades sociais relacionam-se a um conjunto de características pré-existentes de determinados grupos sociais e ao senso de pertencimento e de assimilação destas, formando uma comunidade.

O próprio conceito de “comunidades imaginadas”, cunhado por Benedict Anderson (2008), evidencia que as comunidades são socialmente construídas e imaginadas pelas pessoas que se percebem como parte desse grupo. Desta forma, tanto a Europa como os Estados nacionais são comunidades imaginadas, e suas identidades são construções sociais partilhadas por seus membros. Ademais, existe um relativo

² A hipótese de partida na análise construtivista para analisar o surgimento de uma identidade europeia é muito próxima da dos neofuncionalistas: o processo de integração europeia leva ao surgimento de uma identidade transnacional. No entanto, se os neofuncionalistas e, acima de tudo, Ernest Hass e Leon Lindberg, previam uma transferência de lealdade do nível nacional para o nível europeu, um processo que terá lugar especialmente entre elite política e socioeconômica, os construtivistas, em graus variados, estendem a análise aos cidadãos europeus como um todo e enfatizam a multidimensionalidade da identidade. (Tradução nossa).

consenso na literatura especializada (RISSE, 2002; CHECKEL; KATZENSTEIN, 2009; FUCH; KLINGEMANN, 2011) de que os indivíduos carregam identidades sociais múltiplas, ou seja, é possível sentir-se parte de mais de uma identidade ao mesmo tempo.

De acordo com Thomas Risse (2003), existem quatro formas diferentes de conceber a interação entre essas múltiplas identidades: 1) aninhadas, como círculos concêntricos ou bonecas russas, em que uma identidade mais restrita faz parte de uma mais ampla; 2) cruzadas, na qual parte dos membros de um grupo identitário também pertence a outro grupo; 3) separadas, quando não há sobreposição de identidades; 4) pertencentes ao modelo do bolo marmorizado, no qual vários componentes das identidades estão mesclados e emaranhados uns nos outros, e não é possível separá-las em diferentes níveis como sugerem as abordagens de identidades aninhadas ou cruzadas. Para Risse, o modelo do bolo marmorizado é o que melhor se aplica ao caso europeu, visto que a identidade europeia é permeada por elementos das identidades nacionais e vice-versa. No caso da Alemanha, por exemplo, a construção da identidade germânica no pós-Segunda Guerra Mundial está intrinsecamente ligada à rejeição do passado militar nacionalista e à associação com a ideia de uma Europa unida, conforme evidencia a célebre frase de Thomas Mann: “*We do not want a German Europe, but a European Germany*” (RISSE, 2002, p. 12).

É interessante observar que o impacto da União Europeia nas identidades coletivas tende a variar de acordo com o grau de imersão da integração europeia na consciência coletiva dos cidadãos. Por este motivo, o significado de “ser europeu” difere de país para país, e a presença institucional no dia a dia da população auxilia na internalização dessa identidade compartilhada. O processo de integração regional conduz a uma constante reconstrução da própria identidade europeia, que, por sua vez, impulsiona ou refreia a evolução da própria integração. Em outras palavras, a consolidação institucional da integração europeia propicia um ambiente mais favorável para a construção de uma identidade comunitária, ao passo que essa mesma identidade atua como uma força motriz no aprofundamento da integração regional.

1.3 Fases da integração europeia

Desde a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 1951, o processo de integração europeia passou, segundo Bruter (2005), por quatro etapas distintas de desenvolvimento. Essas quatro etapas correspondem, em alguma

medida, às quatro fases das teorias sobre integração europeia e nos auxiliam no melhor entendimento dos avanços do processo como um todo.

A primeira etapa, que se inicia logo após o final da Segunda Guerra Mundial, é o período de “europeização” fundamentada na lógica da cooperação internacional e desenhada de maneira a favorecer a manutenção da paz na Europa, superar os traumas da guerra e evitar novos conflitos e a emergência de nacionalismos (BRUTER, 2005). Esse período compreende as teorias mais normativas sobre a integração europeia, como o federalismo e o início do funcionalismo, e relaciona-se, sobretudo, com a ideia de cooperação internacional em detrimento de um projeto de integração supranacional.

A segunda etapa começa com a assinatura do Tratado de Roma em 1957, que instituiu a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atômica (Euratom), e caracteriza-se pela progressiva integração técnica em diferentes áreas e pela formação de um complexo sistema de governança europeia. Entre as teorias sobre integração europeia destacam-se o neofuncionalismo e as perspectivas transnacionalistas e intergovernamentalistas. As comunidades europeias começam a atuar como *policy-makers* em diversas áreas, e, ao se estabelecerem como um novo nível de governança, estas instituições enfrentam o desafio, a partir dos anos 1970, de conquistar legitimidade política frente aos cidadãos dos Estados membros (BRUTER, 2005).

A terceira etapa é marcada pela busca de legitimidade política e por reformas institucionais, por exemplo, com a adoção de eleições diretas e universais para o Parlamento Europeu a partir de 1979, bem como pelo primeiro alargamento das comunidades europeias em 1973, com a entrada da Dinamarca, do Reino Unido e da Irlanda (BRUTER, 2005). Esse período se caracteriza também pela emergência de teorias institucionalistas e de governança multinível com o intuito de explicar o funcionamento do bloco. Em 1981, a Grécia também passou a integrar a CEE.

A quarta etapa coincide com a presidência de Jacques Delors na Comissão Europeia em 1985 e com a criação do projeto *People's Europe*. Esse período se distingue pelos constantes processos de alargamento e de aprofundamento da integração europeia. Em 1986, Portugal e Espanha aderiram às comunidades europeias. Ainda em 1985, foi assinado o primeiro Acordo Schengen entre cinco países (Alemanha, Bélgica, França Luxemburgo e Países Baixos) e, em 1990, foi elaborada uma convenção mais desenvolvida sobre o Espaço Schengen, a qual entrou em vigor em 1995, com o intuito de suprimir o controle nas fronteiras entre os Estados membros, facilitando a livre circulação de seus cidadãos.

Após a assinatura do Tratado de Maastricht, intensifica-se ainda mais o processo de integração com uma abordagem mais específica voltada para o desenvolvimento de um novo projeto de democracia (BRUTER, 2005). As comunidades europeias passaram a ser denominadas União Europeia. O Tratado de Maastricht, também conhecido como Tratado da União Europeia, assinado em 1992³, estabeleceu as bases para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC), para a formação de uma União Econômica e Monetária (UEM) e para a criação de uma cidadania europeia. Ademais, em uma reunião do Conselho Europeu em 1993, foram estipuladas as condicionalidades para novas adesões ao bloco: os critérios de Copenhague. São eles: 1) o político, que consiste na existência de instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos; 2) o econômico, que se relaciona à existência de uma economia de mercado que funcione efetivamente; e 3) o acervo comunitário, que se refere à capacidade de aderir à base comum de direitos e de obrigações que vincula todos os Estados membros da União Europeia. Este último determina que os novos Estados membros devem aderir ao que foi previamente estabelecido pelos demais membros da União Europeia. Em outras palavras, trata-se de um alinhamento legislativo, o qual pode ser dividido em capítulos para cada nova admissão. Esses critérios foram aplicados nos posteriores alargamentos do bloco.

Em 1995, Áustria, Finlândia e Suécia adentraram na União Europeia. Em 1999, foi criada oficialmente a Zona Euro; no entanto, apenas em 2002 as notas e as moedas de Euro começaram a circular nos onze países que, até aquele momento, atendiam aos critérios de convergência. O maior alargamento do bloco aconteceu em 2004, com a entrada simultânea de 10 novos países-membros: Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Tcheca. Em 2007, Bulgária e Romênia também passaram a integrar a União Europeia, e em, 2013, ocorreu a última adesão, a da Croácia.

Os Tratados de Amsterdã e de Nice, assinados respectivamente nos anos de 1997 e 2001⁴, procuraram promover reformas institucionais que preparassem o bloco para as novas adesões. O Tratado de Lisboa, assinado em 2007⁵, tem o intuito de tornar a União Europeia uma instituição mais democrática, eficaz e apta a responder às demandas no âmbito internacional em uma só voz. Este tratado esclareceu a repartição das

³ O Tratado de Maastricht entrou em vigor em 1 de novembro de 1993.

⁴ Os Tratados de Amsterdã e de Nice entraram em vigor, na devida ordem, em 1 de maio de 1999 e em 01 de fevereiro de 2003.

⁵ O Tratado de Lisboa entrou em vigor em 1 de dezembro de 2009.

competências entre as da União Europeia, as dos países-membros e as compartilhadas e reforçou os poderes do Parlamento Europeu.

Abaixo segue uma tabela resumida com as entradas dos países-membros e os principais eventos que marcaram o processo de integração europeia:

Tabela 1 – Fases da integração europeia

Etapas	Anos	Entrada dos países-membros	Principais eventos
1ª etapa	1950		Declaração Schuman
	1951	Fundadores: Alemanha, Bélgica, França, Itália e Países Baixos	Criação da CECA
	1952		Proposta da Comunidade Europeia de Defesa
2ª etapa	1957		Tratado de Roma - Criação da CEE e da Euratom
	1965		Tratado de Bruxelas
3ª etapa	1973	Dinamarca, Irlanda e Reino Unido	
	1981	Grécia	
4ª etapa	1985		Projeto "People's Europe"; Acordo Schengen (Alemanha, Bélgica, França, Luxemburgo e Países Baixos)
	1986	Espanha e Portugal	Ato Único Europeu
	1990		Convenção Schengen - entrada da Itália
	1991		Entrada da Espanha e de Portugal no Espaço Schengen
	1992		Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht); Entrada da Grécia no Espaço Schengen
	1995	Áustria Finlândia e Suécia	Entrada da Áustria no Espaço Schengen
	1996		Entrada da Dinamarca, Finlândia e Suécia no Espaço Schengen
	1997		Tratado de Amsterdã; incorporação do Espaço Schengen ao quadro institucional da UE
	1999		Criação da Zona Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal
	2001		Tratado de Nice
			Entrada da Grécia na Zona Euro
	2002		Entrada em circulação das notas e moedas de Euro
	2004	Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Tcheca	
	2007	Bulgária e Romênia	Tratado de Lisboa; Entrada da Eslovênia na Zona Euro; Entrada da Eslováquia, Eslovênia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Tcheca no Espaço Schengen
	2008		Entrada de Chipre e Malta na Zona Euro
	2009		Entrada da Eslováquia na Zona Euro
	2011		Entrada da Estônia na Zona Euro
2013	Croácia		
2014		Entrada da Letônia na Zona Euro	
2015		Entrada da Lituânia na Zona Euro	

Fonte: elaboração da autora

Conforme evidencia Bruter, cada uma destas etapas trouxe novas nuances para o processo de integração:

The succession of the four phases of evolution of European integration has not meant that a new stream would annihilate and replace all the previous forms of integration. It has been, indeed, quite the opposite, and each new 'level' of integration has simply added a new dimension, a new ambition, to

the previous ones, increasing the globality, complexity and multiple dimensionality of the European project. (BRUTER, 2005, p.59)

Bruter (2005, pg. 73) destaca que: *“according to Jacques Delors, the project of building a new ‘People’s Europe’ was the only way of making European integration survive the turn of the 1980”*. Nesse sentido, as instituições europeias, por meio de campanhas para prover novos símbolos e referências para esse emergente sistema político europeu, auxiliam na construção de uma identidade europeia; e o Tratado de Maastricht, ao trazer importantes mudanças para a organização institucional da integração europeia, é um dos marcos no estudo da identidade europeia.

1.4 O Tratado de Maastricht e a cidadania europeia

O Tratado de Maastricht inaugurou uma nova fase no processo de integração europeia e procurou definir os rumos do que se tornaria a comunidade supranacional denominada União Europeia. De acordo com o artigo A das disposições gerais, este tratado “assinala uma nova etapa no processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa, em que as decisões serão tomadas ao nível mais próximo dos cidadãos” (TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA, 1992, pg. 7). Nesse sentido, almeja-se também a legitimidade institucional face à população europeia.

O artigo B, por sua vez define os objetivos da União:

- a promoção de um progresso econômico e social equilibrado e sustentável, nomeadamente mediante a criação de um espaço sem fronteiras internas, o reforço da coesão econômica e social e o estabelecimento de uma União Econômica e Monetária, que incluirá, a prazo, a adoção de uma moeda única, de acordo com as disposições do presente Tratado;
- a afirmação de sua identidade na cena internacional, nomeadamente através da execução de uma política externa e de segurança comum, que inclua a definição, a prazo, de uma política de defesa comum, que poderá conduzir, no momento próprio, a uma defesa comum;
- o reforço da defesa dos direitos e dos interesses dos nacionais dos seus Estados membros, mediante a instituição de uma cidadania da União;
- o desenvolvimento de uma estreita cooperação no domínio da justiça e dos assuntos internos;
- a manutenção da integralidade do acervo comunitário e o seu desenvolvimento, a fim de analisar, nos termos do procedimento previsto no nº 2 do artigo N, em que medida pode ser necessário rever as políticas e formas de cooperação instituídas pelo presente Tratado, com o objetivo de garantir a eficácia dos mecanismos e das Instituições da Comunidade. (TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA, 1992, pg.7-8).

É interessante analisar cada um desses objetivos e seus impactos na construção de uma identidade europeia. O primeiro dos objetivos, que corresponde à criação da União Econômica e Monetária e à adoção de uma moeda comum, o Euro, é um dos

fatores que reforça a presença da União Europeia no dia a dia da população e contribui para a construção de um sentimento de europeidade como será evidenciado mais detalhadamente no quarto capítulo. Esta dissertação procura demonstrar que o aprofundamento institucional é uma das formas mais eficazes de aumentar o sentimento de identificação como europeu, visto que é passível de maiores mudanças, no curto prazo, quando comparado aos aspectos histórico-culturais e nacionais da identidade europeia.

O segundo objetivo, ainda que contenha a palavra identidade, relaciona-se à identidade externa da União Europeia como uma entidade política no cenário internacional, e não com a percepção interna da existência de uma identidade europeia. Em outras palavras, refere-se à ideia da União Europeia como um ator unitário no sistema internacional. A criação, com o Tratado de Amsterdã, do cargo de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, que passou a chamar-se de Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum a partir do Tratado de Lisboa, bem como a instalação de representações da União Europeia ao redor do mundo contribuem para reforçar essa imagem e essa identidade externa do bloco⁶.

O terceiro objetivo, que corresponde à instituição da cidadania europeia, relaciona-se diretamente com a emergência de um sentimento de europeidade por parte da população do bloco, uma vez que esta passa a identificar-se como cidadã europeia. De acordo com Michael Bruter (2005, pg 6), “*identity and citizenship are, in a way, the two mirrored components of the relationship between the institutional and human foundations of a political community*”. Essa é uma das grandes contribuições do Tratado de Maastricht para a compreensão do que se entende por identidade europeia. Neste trabalho, a identidade europeia é concebida como a identificação com a União Europeia com base em uma perspectiva *bottom-up*, ou seja, como a própria população se sente ou não europeia. Ademais, a ideia de uma cidadania europeia, que traz direitos e deveres, torna o reconhecimento da europeidade mais tangível.

O quarto objetivo trata da cooperação entre os Estados membros com vistas à promoção da justiça e dos interesses comunitários. A cooperação favorece o afloramento do senso de comunidade dentro da União Europeia, o qual, por sua vez, é importante na consolidação da identidade europeia. Finalmente o quinto objetivo

⁶ “*Since the establishment of a delegation of the European Commission in Mexico, Mexican journalists have progressively equated it with an ‘embassy of the European Union’ in general and, at the same time, have accepted the European Union itself as a kind of powerful ‘super’-country*” (BRUTER, 2005, pg.95).

relaciona-se à manutenção do acervo comunitário, que se tornou, inclusive, um dos critérios para entrada de novos membros no bloco. A existência de um acervo comunitário delimita, em certa medida, o que se espera dos atuais e novos membros e, desta forma, define os limites da identidade europeia.

Com relação aos objetivos do Tratado de Maastricht, pode-se compreender que, no que se refere à construção da identidade europeia, o terceiro objetivo, que trata da criação de uma cidadania europeia, assume particular relevância. De acordo com o artigo 8 do Tratado da União Europeia (1992, pg.15): “É cidadão da União qualquer pessoa que tenha nacionalidade de um Estado membro”. Além disso, a cidadania europeia confere certos direitos e privilégios dentro das fronteiras do bloco, como nos casos em que os cidadãos europeus gozam de direitos iguais ou similares aos cidadãos nativos de outro Estado membro. Dentre esses direitos destacam-se: 1) o direito de liberdade de movimento e de residência em qualquer país-membro; 2) o direito de eleger e ser eleito nas eleições locais ou municipais do Estado membro de residência em paridade de condições com os nacionais deste Estado; 3) o direito de proteção, por parte das autoridades diplomáticas e consulares de outro Estado membro, em um país extracomunitário, caso não exista representação diplomático-consular do Estado do qual o cidadão é nacional.

De modo geral, o conceito de cidadania europeia surge em complemento ao da cidadania nacional, e não em substituição. Ao conferir a cidadania, a União Europeia busca legitimar-se como uma entidade política de representação dos cidadãos em um plano supranacional. De acordo com Filipe Carreira da Silva (2004, p. 5), o tratado de Maastricht confirma a “necessidade de se repensar a cidadania enquanto categoria política ancorada a um determinado Estado-nação, dotado de plena soberania sobre seu território”. O modelo de cidadania da União Europeia talvez seja aquele que mais se aproxima de uma forma política pós-moderna, ainda que a condição para aquisição da cidadania europeia seja ser cidadão de um dos Estados membros do bloco.

Bruter (2005, pg. 7) evidencia: “*The consequences of this supplemental identity may be all the more important since the European Union, even after the 2004 enlargement, does not match the borders of a European culture and civilization*”. Desta forma, a existência de uma cidadania europeia auxiliaria na definição dos limites do que se entende por identidade europeia vinculada ao processo de integração. Isto porque, como bem sinaliza Bruter, as fronteiras culturais e civilizacionais europeias vão muito além do bloco. A cidadania associa-se à identidade europeia no sentido cívico-

institucional de pertencimento a um determinado bloco, a União Europeia, o qual confere novos direitos e deveres aos seus cidadãos.

1.5 Características da identidade europeia

Embora ainda seja muito difícil definir o que se entende por identidade europeia, estudos recentes apontam alguns elementos importantes sobre o sentimento de pertencimento à União Europeia. A primeira, e talvez mais importante, característica consiste no reconhecimento de que a existência de uma identidade europeia não pressupõe o abandono das identidades nacionais. Conforme já explicitado, os indivíduos carregam identidades múltiplas, e os dados do *Eurobarometer* comprovam que a maioria dos cidadãos da União Europeia se identifica com mais de uma identidade. De acordo com a pesquisa realizada em 2015, 52% da população do bloco identificaram-se primeiramente como nacional de seus respectivos países, mas também como europeu (opção “nacional e europeu”), ao passo que 6% escolheram a opção “europeu e nacional” (EUROPEAN COMMISSION, 2015c, p.22).

Além disso, estudos coordenados por especialistas em União Europeia indicam que as elites político-econômicas do bloco estão mais propensas a se identificar com uma identidade compartilhada, enquanto a população em geral assume uma postura de maior ceticismo em relação à integração regional (RISSE, 2003). Isto ocorre porque as instituições europeias têm uma existência real mais presente no cotidiano das elites do que no dos cidadãos ordinários, os quais se sentem distantes desse processo. Não obstante alguns símbolos europeus como a moeda comum e a cidadania europeia afetem diariamente a população, esta ainda se sente alijada dos centros de poder e de tomada de decisão da União Europeia. Além disso, vale ressaltar também que grande parte da legislação comunitária é aplicada por órgãos nacionais, o que dificulta a percepção dos cidadãos sobre a interferência da comunidade supranacional no seu dia a dia.

Outro ponto interessante e que merece ser destacado é a fluidez da identidade europeia. As identidades, em geral, definem os limites de um determinado grupo, isto é, quem pertence ou não a este grupo; contudo, os limites da identidade europeia não estão claramente definidos, e existem muitas dificuldades em medi-la. A existência de diferentes espaços denominados europeus, como a União Europeia, a Zona Euro, o Espaço Schengen⁷ ou, ainda, o continente Europa, dificultam a determinação dos limites

⁷ O Espaço Schengen deriva de tratado referente a uma política de abertura de fronteiras e de livre circulação de pessoas entre os países signatários. Atualmente, 26 países fazem parte do acordo: Islândia, Liechtenstein, Noruega, Suíça e mais 22 dos 28 membros da União Europeia (Irlanda e Reino Unido mantêm a opção de exclusão enquanto Bulgária, Croácia, Chipre e Romênia são legalmente obrigados a

e da extensão da identidade europeia. Nesta pesquisa, a identidade europeia deve ser compreendida em termos de União Europeia, visto que se procura demonstrar como o processo de integração regional e de consolidação institucional contribuiu para a construção de uma identidade compartilhada.

Risse (2002) evidencia que os resultados de pesquisas de opinião sugerem que a Europa como um espaço político é identificada como a União Europeia, e, nesse sentido, o bloco assume uma relativa “hegemonia identitária” ao definir a região em termos políticos em um processo de mimetização. A crescente presença da União Europeia no cotidiano da população tende a afetar a identificação desta com a Europa como uma comunidade política. Ao mesmo tempo, o apoio à integração europeia e o sentimento de pertencimento a essa Europa comunitária impulsionam o aprofundamento e a consolidação institucional do bloco.

De modo semelhante, os estudos de Michael Bruter (2005) apontam que a identidade europeia e o suporte ao processo de integração europeu são variáveis correlacionadas, o que, em alguma medida, sugere alguma relação causal da primeira com a segunda, mas distintas. Alguns autores interessados na temática da identidade europeia tendem a utilizar os dados referentes ao suporte à integração como equivalentes ao sentimento de identificação com a União Europeia. Este trabalho, ao formular os indicadores para mensurar as diferentes dimensões da identidade europeia, procurou atentar para esta distinção e utiliza elementos que aludem a identificação com a União Europeia⁸, em vez de estatísticas relacionadas com o suporte ao processo de integração.

Ademais, Bruter (2005) afirma que é possível derivar duas ideias da identidade europeia: uma cultural e outra cívica. Por um lado, a perspectiva cultural analisa as identidades políticas como o senso de pertencimento que os cidadãos sentem em relação a certos elementos culturais, similaridades sociais e valores. Por outro lado, a abordagem cívica preza pela identificação dos cidadãos com uma estrutura política definida mediante um conjunto de instituições, de regras e de direitos que preservam a ordem da comunidade.

To some extent, in order to relate – in an over-simplified way – this conceptual discussion with two of the main notions used in political science,

aderir ao acordo, pois o Tratado de Amsterdã o incorporou à legislação do bloco, mas ainda não o fizeram).

⁸ À exemplo dos seguintes questionamentos das pesquisas do *Eurobarometer*: “A qual dessas áreas você atribuiu o sentimento de europeidade?”; “ Você se sente... ‘apenas nacional’, ‘nacional e europeu’, ‘europeu e nacional’, ‘apenas europeu’?”.

the first, cultural, perspective links political identities to the idea of a 'nation', and the second, civic one, to the idea of a 'State'. (BRUTER, 2005, p.12)

A maioria dos estudos sobre identidade europeia, à semelhança deste, baseia-se nos dados do *Eurobarometer*. Em geral, as questões das pesquisas de opinião deste órgão estão relacionadas tanto à identificação com os símbolos da União Europeia, como a bandeira, o passaporte, a moeda única entre outros, quanto ao reconhecimento da relevância político-institucional do bloco como uma fonte para a definição da cidadania europeia (BRUTER, 2005). Estas pesquisas são capazes de abranger diferentes aspectos da dimensão cívica, mas têm dificuldades em aferir os diversos elementos que compõem a dimensão cultural da identidade europeia, pois esta se refere à percepção de que os cidadãos europeus se sentem mais próximos de seus colegas europeus do que dos não europeus. Em uma síntese esquemática, Bruter apresenta o seguinte quadro para diferenciar as perspectivas cívica e cultural da identidade europeia.

Tabela 2 – Perspectivas geral, cívica e cultural da identidade europeia

Variable	General identity	Civic identity	Cultural identity
Conceptual summary	Do respondents naturally think of themselves as Europeans?	Do respondents identify with the European Union as a political institution?	Do respondents identify with Europe as a cultural community?
Targeted elements	<ul style="list-style-type: none"> - Do I feel European? - How strongly do I identify with Europe? 	<ul style="list-style-type: none"> - Does it mean anything for me to be 'citizen' of the European super-State? - Do I identify with the symbols of European political integration? - Do I identify with the civic aspects of European integration? 	<ul style="list-style-type: none"> - Do I identify with Europe as a shared heritage? - Do I think of Europe as a concentric identity level, finding Europeans less close than fellow nationals but closer to me than non-Europeans?

FONTE: BRUTER, 2005, pg 109.

A partir dessa tabela, Bruter (2005) afirma que, enquanto a identidade cívica é claramente predominante na França e nos Países Baixos, a identidade cultural tende a ser mais saliente no Reino Unido, por exemplo. Segundo o autor, esta diferença ocorre devido a própria autoexclusão do Reino Unido dos principais componentes cívicos da integração europeia, como a União Econômica e Monetária e o Espaço Schengen. De fato, a ideia de que o maior aprofundamento institucional contribuiu para a consolidação

da identidade europeia, especialmente no que diz respeito a dimensão cívica, será analisada nos próximos capítulos da dissertação.

Outra questão interessante é a relação entre o momento de entrada no bloco e a identificação com o projeto de integração. Michael Bruter (2005) sugere que a característica predominante do processo de integração no momento em que o país aderiu ao bloco determinará, em certa medida, o sentimento de identificação de seus cidadãos com este projeto europeu. Nesse sentido, ingressar na União Europeia no período de maior foco político seria mais favorável para o fortalecimento da identidade europeia do que se associar quando a conjuntura do bloco está voltada, primordialmente, para os aspectos econômicos da integração. As pesquisas de Bruter (2005) evidenciam que os países do bloco apresentam diferentes níveis de identidade europeia.

The top nine average scores of European identity are reached quite simply among the six founding member-states of the European Union and the three countries that joined in the 1980s. In similar way, the lowest six scores are reached in the three countries that joined the European Communities in the 1970s and in the 1990s⁹ (BRUTER, 2005, pg. 136).

De acordo com a hipótese de Michael Bruter (2005), os países com os menores níveis de identidade europeia, em geral, são aqueles que ficaram de fora de alguns dos mais significativos projetos cívicos da União Europeia, como o Espaço Schengen (Reino Unido e Irlanda) e o Euro (Reino Unido, Dinamarca e Suécia); todavia, o autor ressalta que a exata causalidade é difícil de ser explicitada. Mesmo assim, Bruter (2005) afirma ser possível inferir que a inércia institucional levaria a um aumento no nível da identidade europeia em um determinado país, da mesma forma que os anos como Estado membro reforçariam o reconhecimento, pelos cidadãos, da União Europeia como um sistema político relevante em seu cotidiano. Essa experiência diária do processo de integração aliada ao progressivo aumento dos símbolos elaborados pelas instituições europeias contribuiria para a emergência da identidade europeia.

Para Bruter (2005), as instituições são importantes na consolidação da identidade europeia por causa de três mecanismos. Em primeiro lugar, os símbolos da União Europeia afetam positivamente o sentimento de identificação com o bloco, demonstrando que os esforços das instituições europeias em fornecer aos cidadãos uma diversidade de símbolos oficiais da Europa têm um papel importante na construção da identidade europeia. Em segundo lugar, as notícias têm um impacto ainda mais relevante no reconhecimento da União Europeia como uma comunidade política e,

⁹ Neste caso não estão sendo consideradas as adesões a partir dos anos 2000.

principalmente, na avaliação da eficiência e da transparência das instituições do bloco. Em terceiro lugar, a inércia institucional, conforme já mencionado, comprova que quanto mais tempo os cidadãos fazem parte da União Europeia, mais eles tendem a identificar-se com ela.

Esta dissertação também considera que as instituições são capazes de contribuir na construção do sentimento de europeidade. Embora se apresente, neste trabalho, a hipótese de que a dimensão cívico-institucional é a variável independente principal para o enrobustecimento da identidade europeia, especialmente no curto prazo, procura-se trabalhar, igualmente, com os elementos das dimensões histórico-cultural e nacional de maneira a esclarecer outros fatores que influenciam o sentimento de identificação como europeu.

De modo similar, Risse (2002) aponta que a identidade cívico-institucional é mais circunscrita e relaciona-se à identificação dos cidadãos com uma estrutura política particular, a exemplo do bloco europeu. Essa distinção nos permite diferenciar entre a identificação, de um lado, com a União Europeia como uma entidade cívica e política distinta, e de outro, com uma Europa como um espaço social mais abrangente definido histórica e culturalmente; no entanto, é preciso considerar que os componentes culturais e cívicos existem paralelamente na construção das percepções sobre a identidade europeia. Por esta razão, este estudo faz a distinção entre os elementos das dimensões cívico-institucional e histórico-cultural que compõem a identidade europeia ao mesmo tempo em que procura analisá-los conjuntamente dentro de um modelo tridimensional.

CAPÍTULO 2 – ANÁLISE TRIDIMENSIONAL DA IDENTIDADE EUROPEIA – DESENHO DE PESQUISA

O presente capítulo apresenta um modelo de distribuição espacial das percepções nacionais da identidade europeia fundamentado em três variáveis: a identidade cívico-institucional, a identidade histórico-cultural e a identidade nacional. Desta forma, primeiramente se esclarece o desenho de pesquisa proposto e se identificam os indicadores para cada uma das três dimensões identitárias (a cívico-institucional, a histórico-cultural e a nacional). Em seguida, expõe-se o modelo de análise tridimensional da identidade europeia evidenciado pelo “cubo identitário europeu” e seus oito tipos ideais.

2.1 Aspectos gerais do desenho de pesquisa

A questão da identidade não foi claramente contemplada nas análises e nas teorias sobre o processo de integração europeu até final dos anos 1980. Por um lado, para Ernest Haas, a questão das identidades tinha um papel minoritário, pois o que direcionava o processo de integração eram as pressões funcionais e a redefinição dos interesses dos atores envolvidos, no caso, as elites políticas europeias; por outro, Karl Deutsch evidenciava, com ligeiro ceticismo, a possibilidade de transferência de lealdade das massas políticas do nível nacional para o supranacional. Na verdade, as identidades europeias constituem-se em uma intersecção complexa entre as elites e as massas populares, e nem Haas nem Deutsch desenvolveram um entendimento refinado sobre a importância da politização das identidades no estudo do processo de integração europeu (CHECKEL; KATZENSTEIN, 2009).

Somente a partir dos anos 1990 e em resposta à renovação do projeto europeu com o Tratado de Maastricht e a criação da União Europeia, surgem novos estudos, principalmente de viés construtivista, incluindo a questão da identidade como pilar fundamental para compreender a integração regional. Nos últimos anos, a questão identitária vem ganhando destaque, principalmente com os cenários recentes de crise monetária na Zona Euro e de aumento dos fluxos migratórios extraeuropeus, que tendem a reforçar os sentimentos nacionalistas em oposição a uma identidade europeia supranacional. Em tempos de incertezas, observa-se que, em geral, os Estados têm optado por responder às adversidades próprias ou sistêmicas recorrendo a soluções mais individuais do que comunitárias, explicitando a vulnerabilidade da identidade europeia.

Em relação à identidade europeia, Dieter Fuchs e Hans-Dieter Klingemann (2011, p. ix) ressaltam, no livro *Cultural Diversity, European Identity and Legitimacy of EU*, que podemos considerar quatro suposições básicas: 1) o desenvolvimento da identidade e de uma cultura comum europeias é um pré-requisito para o processo de integração europeu; 2) a identidade europeia e a cultura política comum não se desenvolverão rapidamente, mas emergirão aos poucos; 3) atualmente é possível observar o início de uma identidade europeia e de uma cultura comum, ambas as quais se constituem em um processo de interdependência; 4) a identidade e a cultura europeias e as identidades nacionais e regionais não são excludentes; ao contrário, são complementares. Esses pressupostos trazem à tona algo que já era vislumbrado pelos pais fundadores das comunidades europeias. Hooghe e Marks apontam:

Jean Monnet, Robert Schuman, Konrad Adenauer, Paul-Henri Spaak, and Alcide de Gasperi conceived the European Union as a response to the horrors of war in Europe (...) Their long-term goal was to foster a European identity that would overarch and thereby temper contending nationalisms. Although the founders did not believe nationalism would be replaced by Europeanism, they were convinced that patriotism and attachment to Europe could coexist. (HOOGHE; MARKS, 2000, p. 51)

Com bases nessas pressuposições, o estudo da questão identitária e a avaliação do sentimento de pertencimento a um *ethos* europeu são essenciais para entender os rumos do processo de integração no que se refere ao maior aprofundamento e ao maior alargamento do bloco. Isto porque *“the degree to which a sense of collective identity is necessary depends on the degree of European integration. A low degree of European integration would require a weak European identity and vice versa.”* (FUCHS; KLINGEMANN, 2011, p 36)

Nesse sentido, é possível apontar dois fatores, um relacionado à definição dos limites do bloco e outro à legitimidade do mesmo, que ressaltam a pertinência da temática da identidade europeia no momento atual. O primeiro refere-se a uma questão de viés ontológico sobre o processo de integração europeu, isto é, o que é a União Europeia, quais são os critérios para adentrar ao bloco e até onde é possível estendê-lo. Essa resposta pode ser encontrada nos critérios de Copenhague que definem as condições necessárias para adesão de um novo membro à União Europeia.

As questões sobre a definição de quais seriam os limites do bloco europeu estão intrinsecamente ligadas aos últimos alargamentos da união, especialmente os de 2004, 2007 e 2013, e às atuais candidaturas para ingresso. Definir o que se entende por identidade europeia contribui para a delimitação das fronteiras do próprio bloco.

Conforme Cerutti (2008, p.6 apud FUCHS; KLINGEMANN, 2011, p.30), “*distinction between us and the others is necessary, otherwise identity vanishes into diffusiveness*”. No caso europeu, isso se torna ainda mais difícil uma vez que a identidade europeia está correlacionada a uma série de princípios liberais democráticos do pós-Segunda Guerra Mundial que se expandiram para o mundo como valores universais.

O segundo fator diz respeito à legitimidade e ao suporte ao funcionamento do bloco, pois, conforme já evidenciado em pesquisas, quanto mais os cidadãos se identificam com a União Europeia, mais tendem a apoiar suas decisões (RISSE, 2003). Em outras palavras, trata-se do problema do “déficit democrático”, conceito cunhado por David Marquand, em 1979. A ausência de um *demos* europeu tende a distanciar a população das decisões tomadas dentro das instituições europeias, gerando tensões internas ao processo de integração, conforme já apontava o relatório Tindemans de 1975. Segundo Leo Tindemans:

there is a distinct divergence of views between public opinion and those who fulfill a political role in their respective countries. Public opinion is extremely skeptical on the will to establish a genuine European Union and solve the real problems of the day at European level. It wants results and questions the lack of political will on the part of its leaders. (TINDEMANS, 1975, p. 5)

Mesmo que a União Europeia se tenha consolidado, principalmente do ponto de vista institucional, desde a publicação do relatório Tindemans, ainda existe um nítido distanciamento entre a população e os órgãos de decisão do bloco. Estão entre os maiores exemplo a alta taxa de abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu e o fato de que as populações nacionais não se sentem representadas pelos eurodeputados eleitos. De acordo com dados do *Eurobarometer*, 57,46% dos cidadãos da União Europeia não votaram nas últimas eleições para o Parlamento Europeu, realizadas em 2014, e a principal razão apontada para a abstenção é a falta de confiança na política em geral. Ademais, 54% da população do bloco – divididos entre 47% dos que votaram nas últimas eleições para eurodeputados e 59% dos que se abstiveram - acreditam que o Parlamento Europeu não considera as preocupações dos cidadãos europeus (PUBLIC OPINION MONITORING UNIT, 2014, p.10-14). Esses dados demonstram o distanciamento existente entre a população europeia e seus representantes no Parlamento, por exemplo.

O suporte difuso necessário para um maior adensamento do bloco europeu pode ser compreendido em termos tanto de legitimidade quanto de confiança (EASTON,

1975 apud FUCHS; KLINGEMANN, 2011). Enquanto a legitimidade repousa na crença de que as políticas comunitárias correspondem aos próprios interesses e valores dos cidadãos, a confiança relaciona-se a uma avaliação generalizada sobre a *performance* do processo de integração e ao seu atendimento dos objetivos aos quais se propôs. Segundo Michael Bruter (2005), a emergência de uma identidade política, como é o caso da identidade europeia, pode ser considerada a primeira fonte de legitimação dessa mesma comunidade. O estudo da questão identitária procura observar justamente essa relação de identificação dos cidadãos da União Europeia com o bloco e permite analisar quais fatores contribuem para o aumento da legitimidade e da confiança no processo de integração.

Em relação à temática da identidade europeia, existem duas perspectivas diferentes que têm sido utilizadas pela literatura. A primeira, definida como *top-down*, procura definir os limites do que é “ser” europeu e concentra-se nas questões sobre “quem” deveria ser considerado europeu e o que os une em termos de geografia, de valores e de herança cultural. A segunda, conhecida como *bottom-up*, adota uma abordagem focada nas questões comportamentais dos cidadãos da União Europeia de maneira a responder a questionamentos sobre em que medida estes se identificam ou não com o bloco e por quais razões o fazem (BRUTER, 2005).

Segundo Dieter Fuchs (FUCHS; KLINGEMANN, 2011, p. 35), “*identity, in general, and collective identity in particular, are – like all concepts in social science – heavily contested*”. De maneira a evitar ambiguidades e a garantir uma fundamentação teórica adequada para o conceito, o autor propõe quatro estratégias a serem aplicadas: 1) diferenciar as perspectivas normativa e empírica; 2) fornecer valor analítico ao conceito; 3) alinhar o conceito a estudos teóricos relevantes; e 4) considerar a operacionalização do conceito de modo a conduzir análises empíricas sistemáticas.

Esta pesquisa é conduzida de acordo com estas quatro estratégias procurando viabilizar, de maneira empírica, mediante a análise de pesquisas de opinião, o estudo da identidade europeia por meio de indicadores analíticos e com respaldo na literatura consolidada sobre o tema. Nesse sentido, distancia-se de abordagens normativas, a exemplo da teoria do patriotismo constitucional de Jürgen Habermas¹⁰, que procuram

¹⁰ Habermas sugere uma fase de desenvolvimento moral das sociedades caracterizada por uma identidade coletiva fundada em princípios universalistas. O patriotismo constitucional (*Verfassungspatriotismus*) pressupõe a aceitação de princípios liberais e democráticos e de procedimentos constitucionalmente definidos. Para mais informações ver: DA SILVA, Filipe Carreira. “Cidadãos da Europa? Algumas reflexões sobre o patriotismo constitucional”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 2004, p. 127-145; HABERMAS, Jürgen. “Towards a Cosmopolitan Europe”. *Journal of Democracy*, 14 (4), 2003, p. 86-100.

definir o que deveria ser a identidade europeia pela via *top-down*, e ressalta a perspectiva empírica que consiste em perguntar aos próprios membros da coletividade europeia em que medida estes se identificam como europeus e o que significa ser europeu para eles. A abordagem *bottom-up* é utilizada no trabalho por intermédio dos relatórios das pesquisas de opinião realizadas pelo *Eurobarometer*, instituto vinculado à Comissão Europeia, que, desde 1973, vem monitorando a evolução da opinião pública nos Estados membros; não obstante, Checkel e Katzenstein (2009) alertam para a possibilidade de resultados enviesados mediante a utilização de pesquisas de opinião:

Cross-national surveys and refinements to them are useful for helping to understand basic distinctions in the political orientations of mass publics in Europe and toward EU. But poll risk imposing a conceptual unity on extremely diverse sets of political processes that mean different things in different contexts. Indeed, survey questions may create the attitudes they report, since people wish to provide answers to questions that are posed. (CHECKEL; KATZENSTEIN, 2009, p.10)

Conforme explicitado, é preciso considerar que o *Eurobarometer* possui suas limitações, pois, em muitos casos, a forma como as perguntas são formuladas nas pesquisas pode induzir respostas que não seriam obtidas espontaneamente; no entanto, esta é uma fonte amplamente reconhecida para estudos sobre a União Europeia e que adota critérios de rigor científico, como a diversificação da amostragem, de modo a garantir resultados mais aproximados à realidade. Ademais, considerando que este trabalho aborda a identificação coletiva das populações nacionais em relação à União Europeia e não exclusivamente as percepções individuais, concebe-se que o resultado das *cross-national surveys* é capaz de nos indicar as tendências predominantes em cada país-membro. Estes motivos justificam a escolha do *Eurobarometer* como uma fonte confiável para embasar a pesquisa.

A presente seção desta dissertação oferece uma definição operacional e comparativa da identidade europeia assentada em três variáveis fundamentais. Essas três variáveis independentes constituem três dimensões identitárias relevantes para a construção das identidades europeias: a cívico-institucional, a histórico-cultural e a nacional. As percepções das identidades europeias podem ser mais fortes ou mais fracas a depender destas três dimensões.

2.2 A identidade cívico-institucional

Em relação à dimensão cívico-institucional, atribui-se à ideia, largamente difundida na literatura sobre o tema (RISSE, 2002, 2005; CHECKEL; KATZENSTEIN,

2009; FUCHS; KLINGEMANN, 2011), de que o processo de institucionalização contribui para o fortalecimento das identidades europeias ao moldar padrões e comportamentos e ao inserir-se no dia a dia da população criando novas memórias coletivas compartilhadas. Destarte, quanto maior o grau de percepção das semelhanças entre os membros do bloco e mais positiva a avaliação destas similaridades, mais forte é o sentimento de europeidade (FUCHS; KLINGEMANN, 2011). De modo a mensurar a dimensão cívico-institucional, serão utilizados os seguintes indicadores: 1) o grau de adesão aos processos de institucionalização da União Europeia, por exemplo, a participação na Zona Euro e no Acordo Schengen; e 2) a atribuição do sentimento de europeidade a fatores cívico-institucionais, como a economia e as leis¹¹.

A ideia de que os processos de institucionalização contribuem para o fortalecimento do sentimento de europeidade pode ser exemplificada com as análises sobre a Zona Euro e o Espaço Schengen. Thomas Risse (2002), mediante pesquisas de opinião, demonstrou a relação entre as identidades políticas europeias e o processo de adesão ou não à moeda única como será explicado no quarto capítulo. Segundo o autor, o Euro afeta as identidades por meio do sentimento de pertencimento a uma comunidade imaginada, assim como as próprias identidades nacionais delimitam as percepções em relação à adoção dessa moeda comum. Desta forma, pode-se inferir que, em certa medida, países que pertencem à Zona Euro tendem a identificar-se mais como europeus do que aqueles que não adotaram a moeda única.

Essa mesma lógica pode ser aplicada à participação dos países no Acordo Schengen e à fácil mobilidade no espaço europeu. Tais fatos são reforçados pelos dados referentes à percepção das populações de países não membros. De acordo com pesquisa do *Eurobarometer*, sete (Bulgária – 50%, Croácia – 63%; Chipre – 50% Hungria – 67%, Reino Unido – 56%, República Tcheca – 62% e Romênia – 65%) dos atuais onze países que apresentam percentuais abaixo ou igual a média europeia (67%) em resposta afirmativa à pergunta “Você se sente cidadão da União Europeia?” estão fora da Zona Euro, do Espaço Schengen ou de ambos. Entre os países com porcentagens acima da média europeia e fora da Eurozona, estão somente Dinamarca (74%), Polônia (74%) e Suécia (78%); e que não participa do Acordo Schengen, apenas a Irlanda (77%) (EUROPEAN COMMISSION, 2015d, p.17).

A identificação com a União Europeia varia conforme as respectivas identidades nacionais e deriva também de diversos domínios, como a cultura, a economia, os

¹¹ “QD4. In your opinion, among the following issues, which are those that most create a feeling of community among EU citizens?” (EUROPEAN COMMISSION, 2015, p. 28)

esportes, os valores, a geografia, o idioma, entre outros. Por este motivo, é relevante considerar outras dimensões, como a histórico-cultural e a nacional, para além da cívico-institucional, na análise das identidades europeias.

2.3 A identidade histórico-cultural

No que se refere à dimensão histórico-cultural, compreende-se que a existência de um passado comum compartilhado fornece uma memória coletiva, por exemplo, por meio de símbolos ou de valores, o que adensa o sentimento de identidade europeia. Nesse sentido, quanto maior o grau de subjetividade atribuído à coletividade europeia e mais forte a conexão afetiva com os países-membros do bloco, mais enraizado é o sentimento de identidade europeia (FUCHS; KLINGEMANN, 2011). Como indicadores para esta dimensão, podem-se apontar: 1) a formação ocidental europeia no século XX, principalmente a não vinculação ao comunismo durante o período da Guerra Fria; e 2) a atribuição do sentimento de europeidade a fatores como a cultura e a história¹².

A abordagem histórica da identidade europeia ressalta a importância das experiências passadas e das memórias na construção das identidades coletivas. De acordo com Checkel e Katzenstein (2009, p.19), “*the European enlargements of 2004 and 2007 could have happened in other ways. That brought into play very different historical memories from those shared by West Europeans*”. Por este motivo, é importante considerar como um dos indicadores da dimensão histórico-cultural a vinculação ou não a regimes comunistas durante a segunda metade do século XX, período no qual as comunidades europeias se desenvolveram e se aprofundaram.

Holly Case, no capítulo *Being European: East and West* do livro *European Identity*, editado por Jeffrey Checkel e Peter Katzenstein, adota uma perspectiva histórica de modo a demonstrar as diferentes percepções da identidade europeia nos países do Leste e do Oeste europeus. Essas diferentes percepções, conforme demonstra a autora, estão fundadas tanto na forma como suas populações experimentaram instituições supranacionais, quanto na constante lembrança da posição que ocuparam e que ocupam no continente europeu. O relato do escritor húngaro Péter Esterházy ressalta essa dicotomia entre Leste e Oeste como pares assimétricos:

Once I was an Eastern European; then I was promoted to the rank of Central European... Then a few months ago, I became a New European. But before I had the chance to get used to this status – even before I could have refused it

¹² *Ibidem.*

– I have now become a non-core European. While I see no serious reason for not translating this new division (core/non-core) with the terms ‘first class’ and ‘second class’, still, I’d rather not speak in that habitual Eastern European, forever insulted way. (ESTERHÁZY, 2005, p. 74-75 apud CHECKEL; KATZENSTEIN, 2009, p.112-113).

Essa clara distinção entre duas áreas do continente europeu com características e experiências histórico-culturais diversas é um dos fatores que influencia o sentimento de identificação com a própria União Europeia, uma vez que os cidadãos da Europa Oriental ainda têm dificuldades em se afirmar tão europeus quanto os da parte ocidental. Os alargamentos dos anos 2000 salientam a necessidade dos países do Leste Europeu em adaptar-se às regulações da União Europeia. Em geral, as noções e as ideias sobre o que significa ser europeu foram elaboradas pelos países ocidentais do bloco, visto que estes são os membros fundadores, e cabe aos demais adequar-se a esse arcabouço comunitário caso desejem adentrar a união.

Em síntese, o sentimento de europeidade também está baseado nas experiências regionais e na memória política dos cidadãos, e, por esta razão, é importante considerar os aspectos histórico-culturais no estudo das identidades europeias. Tony Judt destaca: *“Europe was able to rebuild itself politically and economically only by forgetting the past, but it was able to define itself morally and culturally only by remembering it”* (MENAND, 2005, p. 168 apud CHECKEL; KATZENSTEIN, 2009, p. 127). A própria reconstrução da identidade alemã no pós-Segunda Guerra Mundial se dá em oposição ao seu antigo passado militar nacionalista e mediante a afirmação da europeidade germânica.

2.4 A identidade nacional

Sobre a dimensão identitária nacional, a literatura aponta que a identidade nacional, a qual emerge de uma história compartilhada e está fortemente fundada na experiência comum, é percebida como um dos principais obstáculos para a emergência de uma identidade coletiva pós-nacional europeia. Andrea Schlenker-Fischer afirma, no capítulo *Multiple Identities and attitudes towards cultural diversity in Europe: a conceptual and empirical analysis* do livro editado por Fuchs e Klingemann, que as identidades nacionais mais abertas a outras culturas são mais propícias a uma identificação com uma identidade europeia pós-nacional.

(...)the national way of framing ‘us-them’ relations with regard to intra-state ‘other’ like cultural minorities or immigrants potentially influences this compatibility; that is, the way the national community is constructed with

respect to cultural diversity within a country influences citizens readiness to identify with a broader community characterized by high cultural diversity such as Europe/ (FUCHS; KLINGEMANN, 2011, p. 88)

Por estas razões, os indicadores desta dimensão podem ser considerados: 1) o grau de nacionalismo do país¹³; e 2) o comportamento em relação a outras culturas e a populações imigrantes¹⁴. Isto porque essas diferenças culturais simbolizam, na percepção de algumas comunidades, ameaças que as identidades nacionais sofrem por estarem subordinadas à identidade europeia. Schlenker-Fischer propõe a distinção entre três concepções de comunidades nacionais: 1) a primordial/étnica; 2) a tradicional/republicana; e 3) a universalista/liberal. Essas três concepções correspondem, respectivamente e em certa medida, às abordagens nacionalista, multinacional e pós-nacional em relação à identidade europeia (FUCHS; KLINGEMANN, 2011 p. 88).

Para as comunidades com concepções primordiais, a diferença básica entre “nós” e “eles” é compreendida como intransponível, pois está relacionada a estruturas que são interpretadas como dadas, a exemplo de uma ancestralidade comum, e não estão sujeitas a mudanças. Nestes casos, a diferença geralmente é associada com a percepção de que os “outros” são inferiores e/ou perigosos e de que a identidade nacional estaria ameaçada por eles. Em contrapartida, as sociedades vinculadas às concepções tradicionais estão respaldadas por fundações sociais comuns, a exemplo do conhecimento implícito das regras de conduta, das tradições e das rotinas comunitárias, as quais delimitam as fronteiras desta coletividade; e, nesse sentido, os “outros” poderiam tornar-se parte desta comunidade coletiva mediante a assimilação gradual e a participação nas tradições comunitárias. Sob uma perspectiva inteiramente distinta, por sua vez, as comunidades universalistas estão fundadas em princípios mais abstratos para a construção de um bem comum e, assim, vislumbram os “outros” como potenciais membros da comunidade.

As concepções de comunidades nacionais propostas por Schlenker-Fischer são tipos ideais; na prática, as identidades coletivas são uma combinação entre as concepções primordial, tradicional e universalista. Esses conceitos nos auxiliam na análise do impacto das identidades nacionais na construção das identidades europeias, uma vez que:

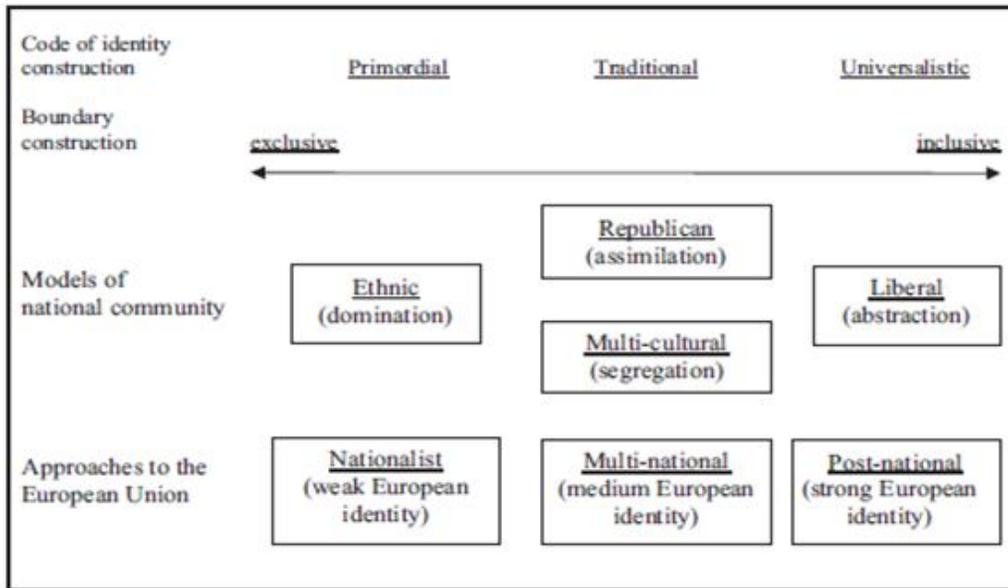
¹³ “*QD2. Do you see yourself as...? Options: nationality only, nationality and European, European and nationality, total European*” (EUROPEAN COMMISSION, 2015, p. 22)

¹⁴ Classificação do tipo de comunidade entre: primordial/étnica, tradicional/republicana, universalista/liberal. Para mais informações ver: SCHLENKER-FISCHER, Andrea. Multiple Identities and attitudes toward cultural diversity in Europe: a conceptual and empirical analysis. In: FUCHS, Dieter; KLINGEMANN, Hans-Dieter (eds.). *Cultural Diversity, European Identity and the Legitimacy of the EU*. Cheltenham, UK; Northampton, USA: Edward Elgar, 2011

(...)the extent to which people identify with Europe might be influenced by the way they frame their national identity. That is, national and European identities are compatible to different degrees depending on the way the national political community is framed with respect to cultural diversity. (FUCHS; KLINGEMANN, 2011 p. 94).

O quadro abaixo ilustra, esquematicamente, o argumento de Schlenker-Fischer:

Figura 1 – Relação entre os tipos de comunidade nacional e a identidade europeia



FONTE: FUCHS; KLINGEMANN, 2011 p. 95.

O estudo realizado por Andrea Schlenker-Fischer sobre a relação entre os modelos das comunidades nacionais e a emergência de uma identidade europeia mais forte ou não contribui para a construção dos indicadores da dimensão identitária nacional deste trabalho; não obstante, Schlenker-Fischer evidencia as limitações de seu argumento ao afirmar, com base nos resultados de sua pesquisa, que uma perspectiva nacionalista, apesar da tendência, não necessariamente cria um impasse entre a identificação mútua com os âmbitos nacional e europeu.

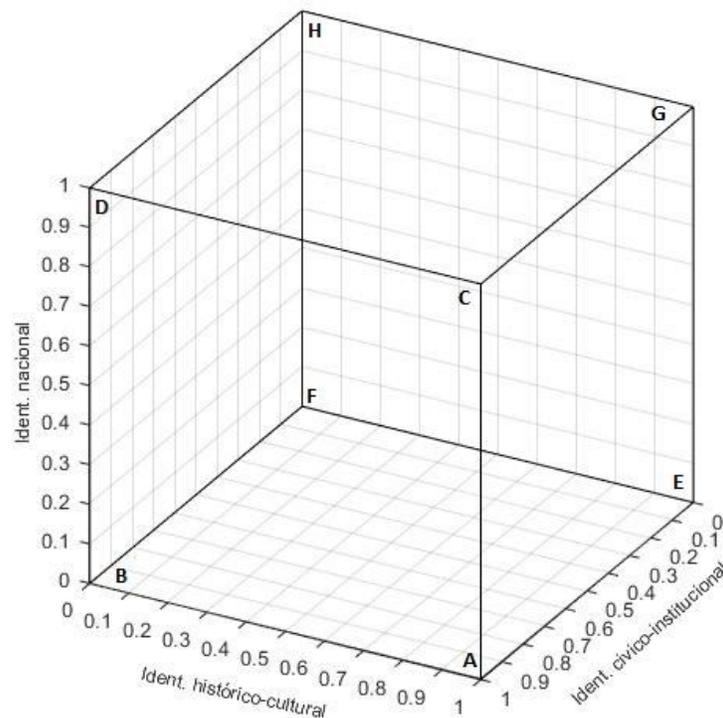
While the patterns found in Greece and the United Kingdom confirms the hypothesis, a majority of Germans and Austrians reject cultural diversity on the national level but national and European pride are still mutually reinforcing. Thus, a (primordial) ethnic way of framing national community does not necessarily go hand in hand with a nationalist attitude towards the European Union. This is an interesting result demanding further interpretation. (FUCHS; KLINGEMANN, 2011, p.111)

Nesse sentido, não é suficiente analisar apenas a questão do nacionalismo e da aceitação da diversidade cultural para compreender o sentimento de identidade europeia. É preciso considerar, também, outras variáveis, e este trabalho se propõe a completar essa lacuna existente ao somar as dimensões cívico-institucional, histórico-cultural e nacional em uma análise tridimensional da identidade europeia. Desta forma, ambiciona-se uma abordagem inovadora mais ampla e complexa sobre as particularidades das diferentes identidades europeias.

2.5 O cubo identitário europeu

Como demonstrado até esta seção, a construção da identidade europeia é influenciada por diversos fatores e pode assumir diferentes significados a depender da combinação destas três dimensões mencionadas. Este trabalho propõe a conjugação destes três aspectos identitários em uma análise tridimensional da identidade europeia, explicitada no formato de um cubo, onde cada uma de suas dimensões se refere a um dos aspectos identitários: o cívico institucional, o histórico-cultural e o nacional, conforme abaixo:

Figura 2: O “cubo identitário europeu”



A partir da junção das três dimensões, são formados oito vértices, nomeados de A até H, que constituem oito tipos ideais das identidades europeias. A tabela abaixo resume as características desses tipos ideais.

Tabela 3 – Características dos oito tipos ideais do “cubo identitário europeu”

	IDENTIDADE NACIONAL	IDENTIDADE HISTÓRICO-CULTURAL	IDENTIDADE CÍVICO-INSTITUCIONAL
A	FRACA	FORTE	FORTE
B	FRACA	FRACA	FORTE
C	FORTE	FORTE	FORTE
D	FORTE	FRACA	FORTE
E	FRACA	FORTE	FRACA
F	FRACA	FRACA	FRACA
G	FORTE	FORTE	FRACA
H	FORTE	FRACA	FRACA

FONTE: elaboração da autora

O ponto localizado no vértice A pode ser considerado o tipo ideal, em sua excelência, para constituição de uma identidade europeia pós-nacional, pois reúne, além de um baixo nacionalismo - que permite uma maior abertura a uma identidade que ultrapasse os limites estatais -, um forte passado histórico-cultural comum - responsável por forjar densas memórias coletivas compartilhadas-, e um alto grau de institucionalização - que reitera diariamente a existência dessa comunidade europeia imaginada no subconsciente da população. Diametralmente oposto ao vértice A, localiza-se o vértice H, que apresenta características que tendem a dificultar a emergência de uma identidade europeia pós-nacional, a exemplo do forte nacionalismo - o qual contribui para formação de uma comunidade nacional étnica excludente-, bem como do fraco passado histórico-cultural comum e do baixo grau de institucionalização - os quais não são capazes de fomentar elementos compartilhados de uma identidade europeia.

Os pontos B e G também são diametralmente opostos. Enquanto o vértice B se caracteriza pelas identidades nacional e histórico-cultural fracas e apresenta um alto grau de institucionalização, o G possui identificação nacional e passado histórico

comum fortes e baixa institucionalização. Países do Leste Europeu que aderiram à Zona Euro e ao Acordo Schengen e que são mais abertos à diversidade cultural e com baixo grau de nacionalismo tenderiam a aproximar-se do ponto B, ao passo que, próximo ao ponto G, se localizam países que, apesar de compartilharem experiências históricas com os demais membros do bloco, não confiam nas instituições da União Europeia, delas não participam ativamente e possuem um nacionalismo exarcebado, como é o caso do Reino Unido, onde será realizado, em junho de 2016, um referendo sobre a possível saída do país da União. O euroceticismo britânico e a descrença nas instituições do bloco são características que evidenciam a posição ocupada pelo país no “cubo identitário europeu”.

Na mesma lógica, os vértices C e F opõem-se um ao outro. O ponto C apresenta todas as três dimensões identitárias fortes, o que sinaliza que a existência de populações nacionalistas não impede, necessariamente, o aprofundamento da integração regional se outras dimensões também se fortalecerem. Nessa situação, os valores nacionais geralmente tendem a ser compatíveis com os comunitários, e ambas as identidades se mesclam como no modelo do “bolo marmorizado”, de maneira que alguns componentes da identidade nacional estão imersos na identificação europeia e vice-versa. O ponto F, em oposição, possui todas as três variáveis identitárias fracas. Nesse caso, significaria que a ausência de uma identidade nacional forte e a abertura à diversidade cultural seriam os principais elementos de identificação com a União Europeia.

Os pontos D e E também são opostos nos espectros do “cubo identitário europeu”. Por um lado, o vértice D caracteriza-se por identidade nacional e cívico-institucional fortes, ainda que a dimensão histórico cultural seja fraca; por outro lado, o vértice E apresenta um forte passado histórico compartilhado com os membros do bloco, baixo nacionalismo e pouca institucionalização. Os países do Leste Europeu que passaram a integrar a União Europeia nos últimos processos de alargamento tendem a migrar das posições aproximadas de F para B ou de H para D, a depender do baixo ou alto grau de nacionalismo, respectivamente. Isto porque estes países são obrigados, assim que atingem os critérios necessários, a incorporar os avanços na institucionalização do bloco de acordo com o *acquis communautaire*. Em outras palavras, mais cedo ou mais tarde, estes países deverão aderir à Zona Euro e participar do Acordo Schengen.

A perspectiva construtivista entende que as identidades estão em constante transformação, e, desta forma, os países podem mudar de posição nos espectros do cubo ao longo do tempo, principalmente em relação aos aspectos cívico-institucionais, os

quais são os mais passíveis de alterações no curto e médio prazos. Este é o caso, por exemplo, dos países que aderiram recentemente ao Euro, conforme será analisado no quarto capítulo desta dissertação, mediante um estudo comparado. Ademais, vale ressaltar que os países não ocupam, necessariamente, os vértices do cubo, embora alguns se aproximem mais ou menos de um determinado tipo ideal entre os oito existentes.

Apenas para exemplificar, pode-se dizer que a Grécia ocuparia uma posição próxima ao vértice C, uma vez que apresenta as três dimensões identitárias - nacional, histórico-cultural e cívico institucional - fortes, o que se traduz em altos graus de nacionalismo, de passado histórico-cultural comum e de institucionalização. Seguindo o mesmo raciocínio, e conforme mencionado anteriormente, o Reino Unido se aproximaria do vértice G, em função das características similares às da Grécia nas dimensões nacional e histórico-cultural e, por outro lado, de seu baixo grau de institucionalização. A Suécia, por sua vez, tende a localizar-se ao redor do vértice E, pois, embora detenha um forte passado histórico comum e um baixo grau de institucionalização, como o Reino Unido, possui um nacionalismo fraco, que permite a emergência de uma identidade pós-nacional. É interessante observar a diferença entre o sentimento de europeidade da população do Reino Unido e da Suécia, conforme apontam as pesquisas do *Eurobarometer*. Enquanto na Suécia 78% da população se identificam como cidadãos da União Europeia, situando-se acima da média europeia de 67%, no Reino Unido, esse percentual cai para 56% (EUROPEAN COMMISSION, 2015c, p. 17).

A proposta de uma análise tridimensional da identidade europeia permite a inclusão de diferentes variáveis que atuam sobre a construção dessas identidades, bem como a percepção dos diversos matizes das mesmas. Conforme afirmam Fuchs e Klingemann (2011, p. 113), “*the empirical reality that European citizens espouse a multiplicity of identities poses difficulties in terms of research design, but opens spaces for the construction of ever larger and multiple identities*”.

Em relação às teorias sobre identidades múltiplas, o modelo do bolo marmorizado (*marble cake*), proposto por Thomas Risse (2003), pressupõe que alguns elementos de uma identidade coletiva podem estar imersos em outra identidade coletiva. A maior implicação deste modelo para a compreensão do caso europeu é de que a identidade europeia significa distintas coisas para pessoas diferentes, uma vez que elementos de outras identidades estão imersos na construção das identidades europeias. A proposta do “cubo identitário europeu” busca, em certa medida, dar conta dessa

complexidade, embora a análise ainda se restrinja ao plano nacional, isto é, à percepção geral dos Estados membros mediante a utilização de *cross-national surveys*, e não ao entendimento singular dos indivíduos. Isto porque se espera, de alguma forma, explicar como essa percepção predominante das populações nacionais tem implicações nas ações do país quanto aos avanços e aos aprofundamentos do próprio processo de integração.

CAPÍTULO 3 – O “CUBO IDENTITÁRIO EUROPEU” NO ANO DE 2015

No capítulo anterior, foi apresentado o desenho de pesquisa do modelo de distribuição espacial da identidade europeia com base em três dimensões: a identidade cívico-institucional, a identidade histórico-cultural e a identidade nacional. Neste capítulo, com o intuito de validar a construção teórica proposta, as percepções nacionais da identidade europeia dos atuais 28 países-membros da União Europeia no ano de 2015 são classificadas e dispostas no “cubo identitário europeu”. Posteriormente, são realizadas comparações das fases de entrada dos países no bloco, bem como análises bidimensionais entre as três variáveis do modelo de distribuição espacial da identidade europeia de maneira a comprovar a não colinearidade entre elas.

3.1 As percepções nacionais da identidade europeia – resultados gerais

Considerando os indicadores apresentados no capítulo anterior e detalhados no apêndice dessa dissertação, propõe-se uma classificação dos 28 Estados membros da União Europeia no ano de 2015. A pontuação para cada um dos itens dos indicadores das três dimensões identitárias varia até três, de modo a medir, equilibradamente, todos os aspectos propostos. Ademais, o resultado final obtido para cada dimensão identitária foi ponderado em uma escala de 0 a 1, sendo 0 o extremo mais fraco e 1 o mais forte. A tabela com os dados referentes a cada um dos itens dos indicadores¹⁵ e a média ponderada entre 0 e 1 do valor obtido para cada uma das dimensões identitárias assim como o gráfico abaixo ilustram os resultados:

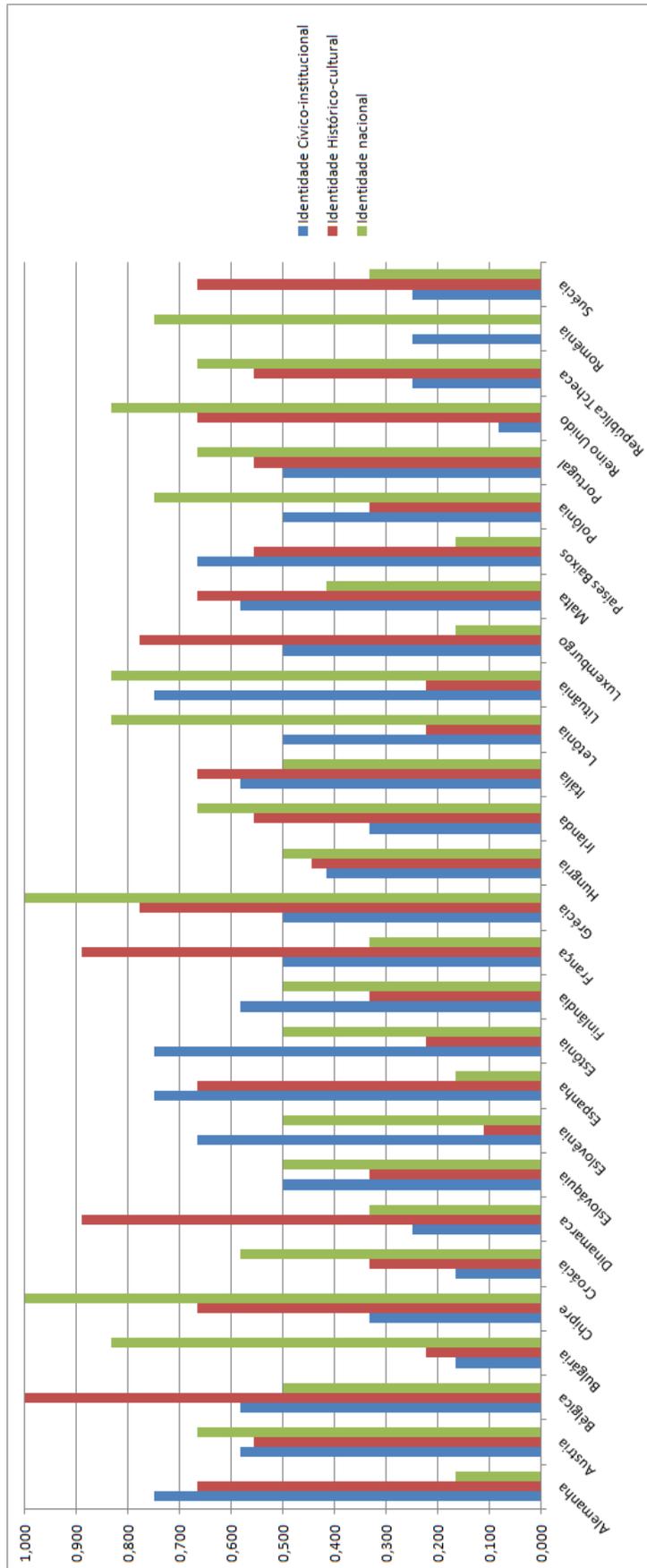
¹⁵ Ver apêndice.

Tabela 4 - Resultados dos indicadores das dimensões identitárias

Indicadores	Identidade Cívico-institucional			Identidade Histórico-cultural			Identidade nacional					
	1.1	1.2	2.1	2.2	IdCI	3.1	4.1	4.2	IdHC	5.1	6.1	Id.N
Estados membros												
Alemanha	3	3	1	2	0,750	3	3	0	0,667	0	1	0,167
Austria	3	3	1	0	0,583	3	2	0	0,556	2	2	0,667
Bélgica	3	3	1	0	0,583	3	3	3	1,000	1	2	0,500
Bulgária	0	0	2	0	0,167	0	2	0	0,222	2	3	0,833
Chipre	3	0	1	0	0,333	3	3	0	0,667	3	3	1,000
Croácia	0	0	2	0	0,167	0	3	0	0,333	1	2,5	0,583
Dinamarca	0	3	0	0	0,250	3	3	2	0,889	1	1	0,333
Eslóvaquia	3	3	0	0	0,500	0	1	2	0,333	1	2	0,500
Eslóvenia	3	3	2	0	0,667	0	1	0	0,111	1	2	0,500
Espanha	3	3	3	0	0,750	3	2	1	0,667	0	1	0,167
Estónia	3	3	3	0	0,750	0	2	0	0,222	1	2	0,500
Finlândia	3	3	0	1	0,583	3	0	0	0,333	2	1	0,500
França	3	3	0	0	0,500	3	3	2	0,889	1	1	0,333
Grécia	3	3	0	0	0,500	3	3	1	0,778	3	3	1,000
Hungria	0	3	2	0	0,417	0	3	1	0,444	1	2	0,500
Irlanda	3	0	1	0	0,333	3	2	0	0,556	2	2	0,667
Itália	3	3	1	0	0,583	3	3	0	0,667	1	2	0,500
Letónia	3	3	0	0	0,500	0	2	0	0,222	3	2	0,833
Lituânia	3	3	3	0	0,750	0	2	0	0,222	2	3	0,833
Luxemburgo	3	3	0	0	0,500	3	3	1	0,778	0	1	0,167
Malta	3	3	1	0	0,583	3	3	0	0,667	0	2,5	0,417
Países Baixos	3	3	2	0	0,667	3	1	1	0,556	0	1	0,167
Polónia	0	3	3	0	0,500	0	2	1	0,333	2	2,5	0,750
Portugal	3	3	0	0	0,500	3	2	0	0,556	2	2	0,667
Reino Unido	0	0	1	0	0,083	3	3	0	0,667	3	2	0,833
República Tcheca	0	3	0	0	0,250	0	2	3	0,556	2	2	0,667
Roménia	0	0	2	1	0,250	0	0	0	0,000	2	2,5	0,750
Suécia	0	3	0	0	0,250	3	1	2	0,667	1	1	0,333

Fonte: elaboração da autora

Figura 3 - Resultados das dimensões identitárias dos Estados membros da União Europeia



Fonte: elaboração da autora

Em relação à dimensão cívico-institucional, os principais elementos considerados foram a participação do país na Zona Euro e no Espaço Schengen no ano de 2015, bem como a atribuição do sentimento de europeidade à economia e ao Estado de Direito europeus, com base nos relatórios do *Eurobarometer* daquele ano. Nesse sentido, entre os países com a identidade cívico-institucional mais preeminente (igual ou acima de 0.750), destacam-se Alemanha, Espanha, Estônia e Lituânia. A Alemanha é o grande condutor do aprofundamento da institucionalização europeia e preza pelo cumprimento das normas acordadas. No caso da implementação do Euro, por exemplo, devido ao receio germânico quanto à força e à estabilidade da moeda comum quando comparado à sua moeda nacional, a Alemanha foi o principal país a insistir para que os critérios de convergência estabelecidos no Tratado de Maastricht fossem rigidamente cumpridos.

Estônia e Lituânia, que aderiram ao Euro, respectivamente, em 2011 e 2015, também apresentaram alto grau de institucionalização, o qual, possivelmente, está relacionado tanto às mudanças pelas quais os países passaram para adotar a moeda comum, quanto às expectativas em torno da entrada na Zona Euro. A Letônia, que ingressou na Zona Euro em 2014, também apresentou um nível considerável (0.500) de identidade cívico-institucional, ainda que abaixo dos demais países bálticos. A análise sobre as mudanças de identidade dos países bálticos dentro do “cubo identitário europeu” será objeto de um estudo comparativo no quarto capítulo dessa dissertação.

Ao contrário, os países com os menores índices de identidade cívico-institucional (igual ou abaixo de 0.250), a saber, Bulgária, Croácia, Dinamarca, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Suécia, estão todos fora da Zona Euro. À exceção do Reino Unido e da Dinamarca, que acordaram uma opção de exclusão no Tratado de Maastricht, o qual determinou as bases para a União Econômica e Monetária, dispensando-os da participação na Zona Euro, todos os demais Estados membros da União Europeia são legalmente obrigados a aderir à moeda comum assim que sejam atendidos os critérios de convergência. A Suécia tem contornado essa exigência mediante o não cumprimento dos critérios mencionados. Para os demais países, que entraram no bloco após o estabelecimento da UEM, aplica-se o critério de Copenhague referente ao acervo comunitário (*acquis communautaire*).

De maneira semelhante, quatro destes países com baixa identidade cívico-institucional, Bulgária, Croácia, Reino Unido e Romênia, estão fora do Espaço Schengen. O Reino Unido, assim como a Irlanda, mantém a opção de exclusão,

enquanto os demais devem aderir ao acordo de livre circulação, conforme determinado pelo Tratado de Amsterdã que o incorporou à legislação do bloco.

No que diz respeito à dimensão histórico-cultural, a vinculação com regimes autoritários comunistas durante a Guerra Fria, por meio seja da União Soviética ou dos próprios governos nacionais¹⁶, foi um dos indicadores utilizados, pois simboliza um afastamento da formação ocidental europeia de tradição democrática desde o final da Segunda Guerra Mundial. Outro critério adotado para mensurar esta dimensão foi a identificação do sentimento de europeidade com a cultura e a história compartilhadas, segundo dados do *Eurobarometer* de 2015.

Nesta dimensão, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia e Luxemburgo apresentaram os índices mais altos (igual ou acima de 0.750). A Grécia é considerada, em muitos casos, o berço da civilização europeia ocidental, ainda que sua formação seja permeada por diversos matizes culturais. Um dos grandes legados gregos refere-se à inspiração democrática no exemplo histórico de suas cidades-estados, principalmente de Atenas¹⁷. A França, por sua vez, disseminou, por meio dos princípios iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, seus valores para toda Europa Ocidental. A Revolução Francesa simbolizou um marco na história europeia e mundial ao inaugurar a Idade Contemporânea e serviu de incentivo para outros países trilharem o mesmo caminho de derrubada dos regimes absolutistas e para o crescimento das repúblicas liberais democráticas.

Entre os países com a identidade histórico-cultural mais fraca (igual ou menor que 0.250), estão Bulgária, Eslovênia, Estônia, Letônia, Lituânia e Romênia. Todos estes países estiveram vinculados a regimes autoritários comunistas durante a segunda metade do século XX. De um lado, a Eslovênia integrava a República Socialista Federativa da Iugoslávia; do outro lado, Estônia, Letônia e Lituânia pertenciam a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A Bulgária, entre 1946 e 1990, quando esteve sob o comando do Partido Comunista Búlgaro, era denominada República Popular da Bulgária. A Romênia ficou conhecida como República Popular da Romênia, entre 1947 e 1965 e, posteriormente, como República Socialista da Romênia, até 1989. Destarte, a aproximação com regimes comunistas os distanciava dos ideais democráticos liberais da Europa Ocidental, e estes países tiveram de passar por enormes reformas e transformações internas para atenderem às condições necessárias para entrada na União

¹⁶ No caso dos países que se formaram após a dissolução da Iugoslávia, considerou-se o governo socialista de Josip Broz Tito como um distanciamento da formação ocidental europeia no século XX.

¹⁷ Vale ressaltar que, na Grécia Antiga, a participação política estava restrita a uma pequena elite, que excluía mulheres, escravos e estrangeiros. O sufrágio universal só foi conquistado nos séculos XIX e XX.

Europeia, em especial os critérios políticos de garantia de democracia, do Estado de Direito e de proteção aos direitos humanos, e o econômico de estabilidade do mercado. Em relação ao acervo comunitário, a maioria ainda está em processo de consolidação, uma vez que é permitido dividi-lo em diversas etapas com prazos diferentes para internalização.

Para mensurar a identidade nacional, foram utilizados tanto os resultados das pesquisas de opinião do *Eurobarometer* de 2015 quanto da análise empírica realizada por Andrea Schlenker-Fischer no artigo “*Unity in diversity*”? *The acceptance of cultural diversity and its impact on the compatibility of national and European identity*, apresentado em 26 de junho de 2010, no *European Consortium for Political Research (ECPR) - Fifth Pan-European Conference*. Por este motivo, a classificação dos tipos de comunidades entre étnica, cultural/republicana e cívica/liberal não incluía a Croácia naquele momento; no entanto, com base nos dados utilizados por Schlenker-Fischer, foi possível classificar aproximadamente o país entre comunidade étnica e cultural, o que será explicado na sequência, com a pontuação de 2,5 para este item, à semelhança de Malta, Polónia e Romênia.

A classificação dos tipos de comunidade feita por Andrea Schlenker-Fischer utiliza os dados do relatório do *Eurobarometer* 71.3, realizado em 2009 e publicado em 2010, e fundamenta-se em dois questionamentos principais que procuram calcular, primeiramente, o peso da ancestralidade, das tradições culturais e do exercício de direitos civis na definição da identidade nacional; e, em segundo lugar, o grau de aceitação da diversidade cultural, principalmente em relação às populações imigrantes. Desta forma, Schlenker-Fischer estabelece sua classificação com base nos seguintes indicadores:

Figura 4 – Indicadores utilizados por Andrea Schlenker-Fischer para elaboração da classificação dos tipos de comunidade nacional

QE2 People differ in what they think it means to be (NATIONALITY). In your view, among the following, what do you think are the most important characteristics to be (NATIONALITY)? (max. 3 answers)

- 1 To be Christian
- 2 To share (NATIONALITY) cultural traditions
- 3 To be born in (OUR COUNTRY)
- 4 To have at least one (NATIONALITY) parents
- 8 To exercise citizens' rights, for example voting in (OUR COUNTRY)
- 9 To be brought up in (OUR COUNTRY)

QH1 For each of the following statements, please tell me whether you 1. tend to agree or 2. tend to disagree (3. it depends).

- 1 People from other ethnic groups enrich the cultural life of (OUR COUNTRY)
- 3 The presence of people from other ethnic groups is a cause of insecurity
- 4 The presence of people from other ethnic groups increases unemployment in (OUR COUNTRY)
- 6 We need immigrants to work in certain sectors of our economy

FONTE: SCHLENKER-FISCHER, 2010, pg. 29.

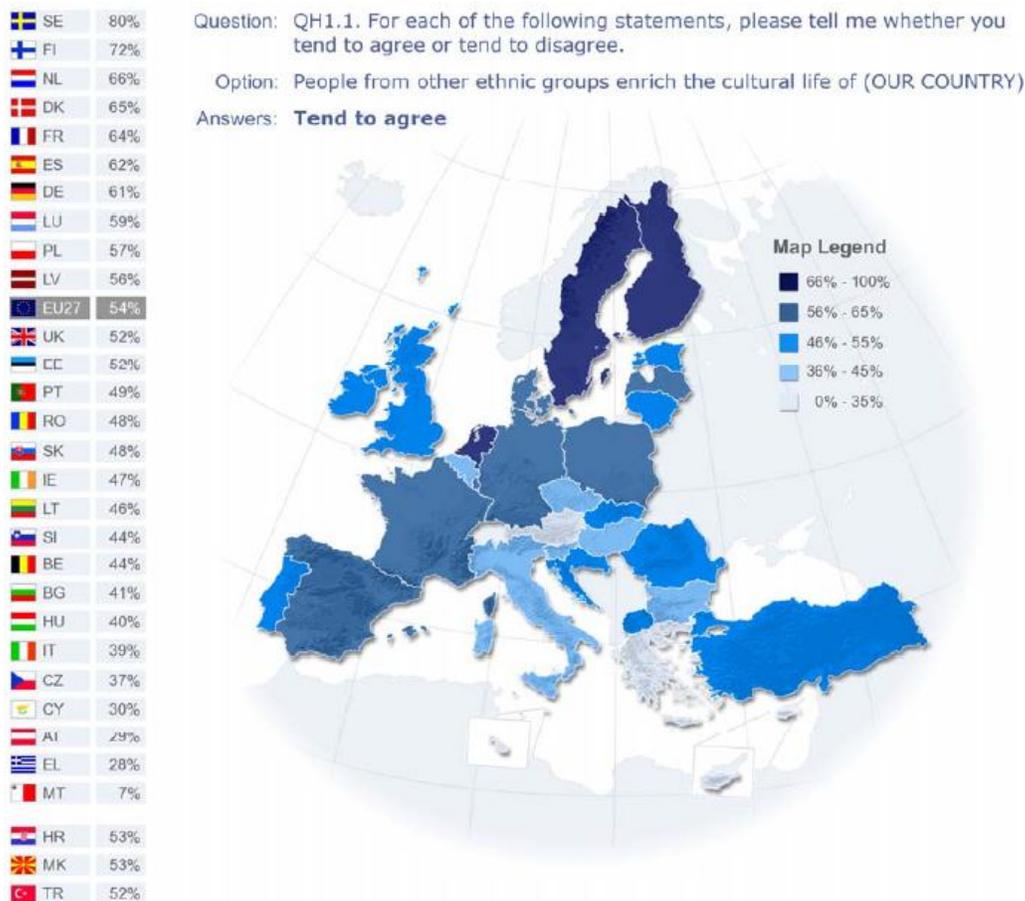
Em relação à primeira pergunta, sobre quais características definem a nacionalidade de um país, as duas principais respostas obtidas dos europeus foram “sentir” a nacionalidade desse país (42%) e “ter nascido” naquele país (42%). Essas respostas correspondem a dois tipos de identificação: a primeira, emocional; e a segunda, factual; não obstante, ambas são consideradas de igual peso na definição da identidade nacional (EUROPEAN COMMISSION, 2010a, pg. 42). De modo semelhante, estas também foram as duas principais respostas ao questionamento de quais características são as mais importantes para “ser” europeu¹⁸. Aproximadamente 41% dos entrevistados responderam “sentir-se” europeu e 39% disseram “ter nascido” na Europa (EUROPEAN COMMISSION, 2010a, pg. 46). Sendo assim, quando as identidades nacionais e europeia são comparadas, observa-se que suas características determinantes são similares.

Infelizmente, neste relatório do *Eurobarometer* 71.3, não há dados da Croácia para este primeiro questionamento utilizado como indicador na classificação de Andrea Schlenker-Fischer; todavia, para o segundo questionamento, acerca da aceitação da diversidade cultural, a pesquisa foi realizada também entre a população croata como um país que, naquele momento, era candidato à União Europeia. De acordo com os resultados do *Eurobarometer* 71.3, 53% dos croatas concordavam com a afirmação de que as pessoas de outros grupos étnicos enriquecem a vida cultural da Croácia. Esse

¹⁸ QE3 And in terms of being European, among the following, what do you think are the most important characteristics? (EUROBAROMETER 71.3, 2010, pg. 46)

percentual aproximava-se da média europeia, de 54% (EUROPEAN COMMISSION, 2010a, pg. 52).

Figura 5 – Percentual de respostas afirmativas à proposição de que “as pessoas de outros grupos étnicos contribuem para o enriquecimento cultural do seu país”



FONTE: EUROPEAN COMMISSION, 2010a, pg. 52

Ademais, enquanto apenas 31% da população croata concordavam que a presença de pessoas de outros grupos étnicos seria uma causa de insegurança, 54% discordavam dessa afirmação. Entre os três países candidatos à União Europeia que participaram da pesquisa (Croácia – 54%, Turquia – 46% e Macedônia – 47%), a Croácia apresentou o maior nível de discordância, o que, em certa medida, demonstra que o país está mais aberto à diversidade cultural das populações imigrantes e que não os encara, necessariamente, como uma ameaça (EUROPEAN COMMISSION, 2010a). Desta forma, a Croácia não poderia ser definida como uma comunidade étnica na classificação da Schlenker-Fischer, mas também estaria distante de ser uma comunidade cívica/liberal como a Dinamarca, a Finlândia e a Suécia.

No tocante à afirmação de que a presença de pessoas de outros grupos étnicos aumenta o desemprego na Croácia, os percentuais de concordância (42%) e discordância (46%) foram aproximados; entretanto, a média europeia dos que concordavam com esta afirmação (49%) foi maior do que a croata. Sobre a necessidade de imigrantes para trabalhar em determinados setores da economia croata, 38% da população estavam de acordo, e 49% não concordavam (EUROPEAN COMMISSION, 2010a).

Segundo o relatório do *Eurobarometer 71.3*, a Croácia é relativamente aberta à imigração, e, em resposta às afirmações, seus percentuais se aproximaram da média europeia. Lamentavelmente, não há dados suficientes para avaliar quais as principais características que definem a nacionalidade croata e se esta está relacionada mais aos aspectos de ancestralidade, às tradições compartilhadas ou ao exercício de direitos cívicos. Supõe-se que, à semelhança dos países vizinhos, a identidade nacional, até então, esteja vinculada mais à hereditariedade e às práticas culturais do que a elementos cívicos como o direito de voto. De modo geral, a Croácia poderia ser classificada entre comunidade étnica e tradicional/republicana com a pontuação de 2,5 neste item dos indicadores da dimensão da identidade nacional.

Vale ressaltar ainda que não existem relatórios mais recentes que abrangem estes tipos de questionamento para que seja realizada uma classificação mais atual dos tipos de comunidade, conforme proposto por Schlenker-Fischer, de cada um dos Estados membros da União Europeia; contudo, é importante considerar que, embora os dados de um dos indicadores da dimensão identitária nacional sejam de 2010, e não de 2015, a identidade nacional não se altera tão drasticamente em um curto período de tempo¹⁹. A identidade cívico-institucional está sujeita a um maior número de mudanças no curto e médio prazos, enquanto as dimensões histórico-cultural e nacional tendem a manter uma relativa estabilidade devido ao fato de estarem mais enraizadas no subconsciente e na memória coletivos das populações. Por estes motivos e na ausência de dados mais atualizados em relação aos tipos de comunidade, optou-se pela utilização da classificação proposta do Andrea Schlenker-Fischer em seu artigo de 2010, com a inclusão da Croácia categorizada pela própria autora dessa dissertação.

Os países que apresentaram um grau de nacionalismo mais proeminente (igual ou acima de 0.750) foram Bulgária, Chipre, Grécia, Letônia, Lituânia, Polônia, Reino Unido e Romênia. Esses países, em geral, têm mais dificuldades em aceitar a

¹⁹ Ainda que o aumento no fluxo de refugiados para o continente nos últimos anos possa ter modificado a aceitação em relação à população imigrante nos países da União Europeia.

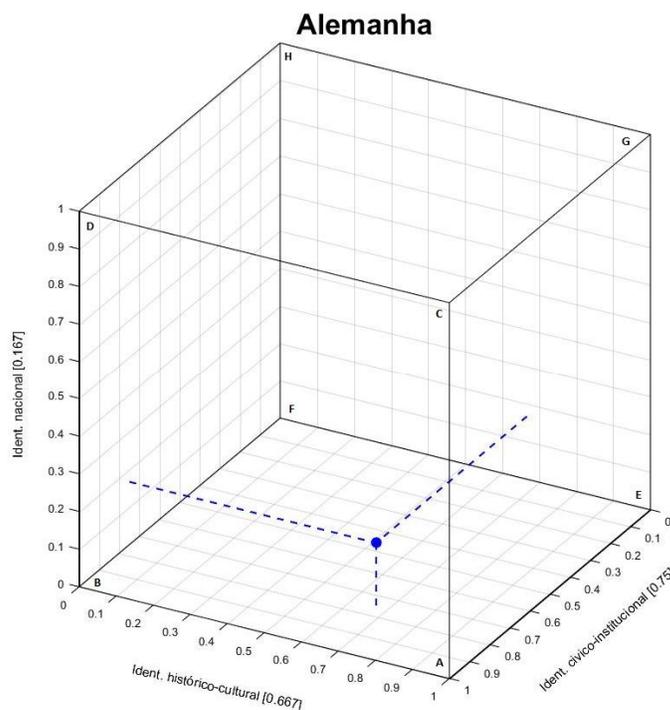
diversidade cultural, a integração dos imigrantes e/ou a constituição de identidades múltiplas, identificando-se primordialmente como “apenas nacionais” em vez de “nacionais e europeus” ou “europeus e nacionais”. O Reino Unido é um grande exemplo de país que, a despeito da sociedade multicultural existente em Londres, não integra verdadeiramente os imigrantes, colocando-os como cidadãos de segunda categoria e criando guetos culturais e raciais dentro do próprio país.

Entre os países de menor grau de nacionalismo (igual ou abaixo de 0.250), estão Alemanha, Espanha, Luxemburgo e Países Baixos. O caso espanhol é peculiar para a análise da identidade nacional. É interessante notar que grande parte da população se identifica mais com a sua região, a exemplo da Catalunha, do País Basco e da Andaluzia, do que com a nação espanhola. Talvez por este motivo, a identidade nacional seja fraca no país, e a população esteja mais aberta a identificação com identidades múltiplas (ex: catalão, espanhol e europeu). Na Alemanha, conforme mencionado anteriormente, a construção da identidade germânica no pós-Segunda Guerra Mundial esteve vinculada à ideia de uma Europa unida, e, por este motivo, as identidades alemã e europeia se misturam na percepção da população. Em Luxemburgo e nos Países Baixos, ocorre um fenômeno semelhante em que a identidade nacional perde a sua força face à identidade europeia. Em resposta a pergunta “Você se identifica como..?”, esses quatro países apresentam as menores porcentagens para opção “apenas nacional” (Alemanha – 25%; Espanha – 28%; Luxemburgo – 17%; Países Baixos – 26%). Ademais, em resposta ao mesmo questionamento, Espanha (6%) e Luxemburgo (7%) possuem os percentuais mais elevados para a opção “apenas europeu” (EUROPEAN COMMISSION, 2015d, p.22).

3.2 Posicionamento dos 28 países-membros da União Europeia no ano de 2015

Com base nos indicadores das dimensões cívico-institucional, histórico-cultural e nacional, apresenta-se a posição aproximada, referente ao ano de 2015, de cada um dos Estados membros da União Europeia no “cubo identitário europeu”. É importante considerar que os desenhos estão em escala e em perspectiva e podem criar, em alguma medida, uma ilusão de ótica num primeiro momento. Por este motivo, é necessário observar os valores de cada uma das variáveis, dimensões identitárias, do cubo. Considerando que cada um dos eixos (x, y, z) do cubo varia de 0 a 1 e alocando os valores encontrados para cada uma das três dimensões, obtemos os seguintes resultados:

Figura 6 – Posicionamento da Alemanha no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 16% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 96

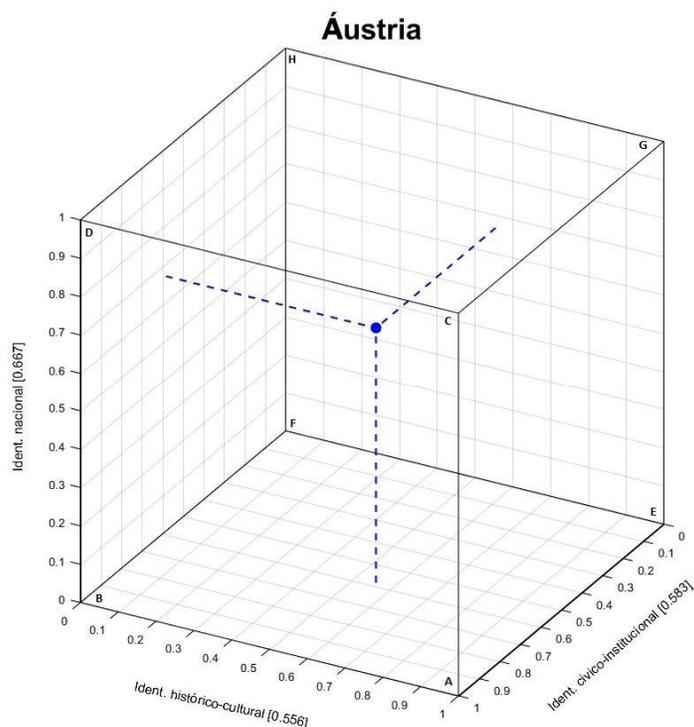
Presidência do Conselho da UE: jul. a dez. de 1958 | jul. a dez. de 1961 | jul. a dez. de 1964 | jul. a dez. de 1967 | jul. a dez. de 1970 | jan. a jun. de 1974 | jul. a dez. de 1978 | jan. a jun. de 1983 | jan. a jun. de 1988 | jul. a dez. de 1994 | jan. a jun. de 2007

Contribuição para o orçamento da UE: 25,816 mil milhões EUR (2014)²⁰

A Alemanha é um dos países que mais se aproxima do vértice A, o qual tende a uma identidade europeia pós-nacional. Atualmente, o país age como um dos principais motores da integração europeia, tomando a frente em diversas áreas, principalmente aquelas relacionadas com a União Económica e Monetária. De fato, o alto nível de identidade cívico-institucional e histórico-cultural associado ao baixo grau de nacionalismo são fatores que contribuem para essa preeminência da Alemanha dentro da União Europeia. A reconstrução da identidade alemã no pós-Segunda Guerra Mundial esteve vinculada ao processo de integração europeu com o intuito de evitar novos ufanismos que pudessem resultar em conflitos no continente, e, nesse sentido, as identidades alemã e europeia se complementam na promoção de uma Europa mais integrada e pós-nacional.

²⁰ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/germany/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 7 – Posicionamento da Áustria no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 1,7% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 18

Presidência do Conselho da UE: jul. a dez. de 1998 | jan. a jun. de 2006 | jan. a jun. de 2019

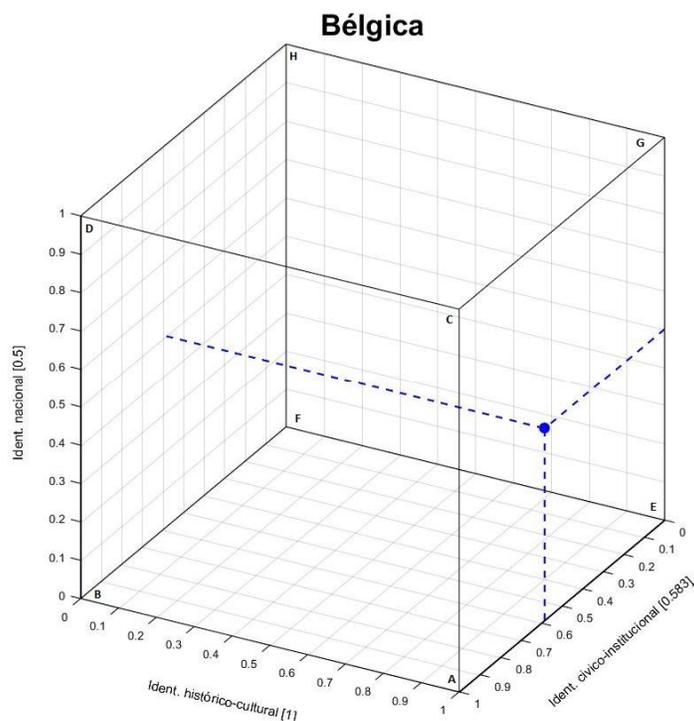
Contribuição para o orçamento da UE: 2,691 mil milhões EUR (2014)²¹

A Áustria, ainda que apresente índices medianos nas dimensões cívico-institucional e histórico-cultural, o que favorece a consolidação da identidade europeia, possui um nível relativamente alto de nacionalismo, o qual pode refletir-se, em determinados momentos, na não aceitação de populações imigrantes e no aumento da xenofobia. Em 2000, quando uma coligação integrada pelo partido de extrema-direita *Freiheitliche Partei Österreichs*²² (FPO) assumiu o governo austríaco, a União Europeia aplicou sanções diplomáticas à Áustria. Os quatorze países do bloco alegavam que o governo austríaco descumpria os valores e os princípios europeus.

²¹ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/austria/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

²² Partido da Liberdade da Áustria. O líder do partido, Jörg Haider, era considerado simpatizante do nazismo e tinha opiniões polémicas relacionadas à imigração.

Figura 8 – Posicionamento da Bélgica no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 2,2% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 21

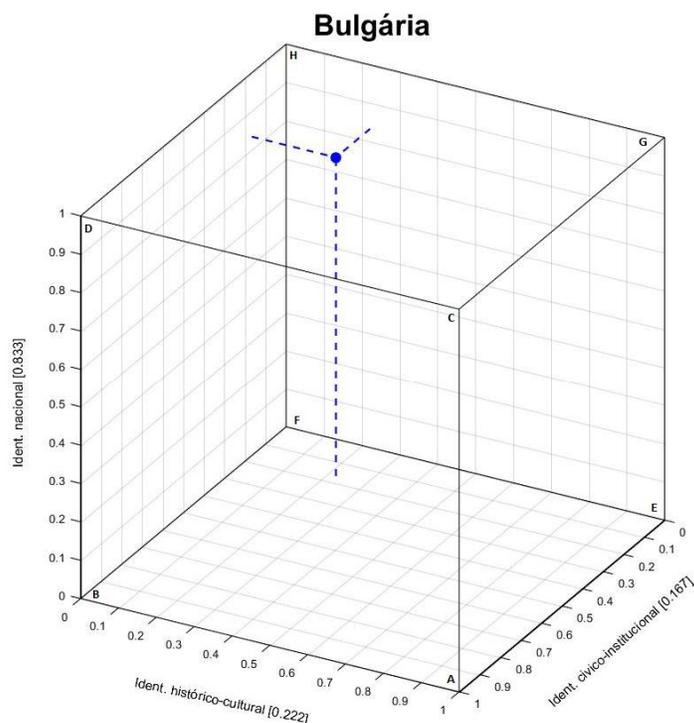
Presidência do Conselho da UE: jan. a jun. de 1958 | jan. a jun. de 1961 | jan. a jun. de 1964 | jan. a jun. de 1967 | jan. a jun. de 1970 | jan. a jun. de 1973 | jul. a dez. de 1977 | jan. a jun. de 1982 | jan. a jun. de 1987 | jul. a dez. de 1993 | jul. a dez. de 2001 | jul. a dez. de 2010

Contribuição para o orçamento da UE: 3,660 mil milhões EUR (2014)²³

A Bélgica apresenta níveis intermediários de identidades cívico-institucional e nacional; no entanto, a dimensão histórico-cultural atingiu o ponto máximo nos indicadores. O fato de a Bélgica ser um dos membros fundadores da CECA bem como a forte atribuição do sentimento de europeidade tanto à história como à cultura, segundo dados do *Eurobarometer* de 2015, contribuíram para o alto grau de identificação histórica do país com o bloco. Ademais, o país abriga algumas das principais instituições europeias, e a presença física destas, bem como o constante fluxo dos burocratas europeus, extrapola o caráter meramente cívico-institucional e reforça o sentimento de europeidade no subconsciente dos cidadãos belgas.

²³ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/belgium/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 9 – Posicionamento da Bulgária no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 1,4% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 17

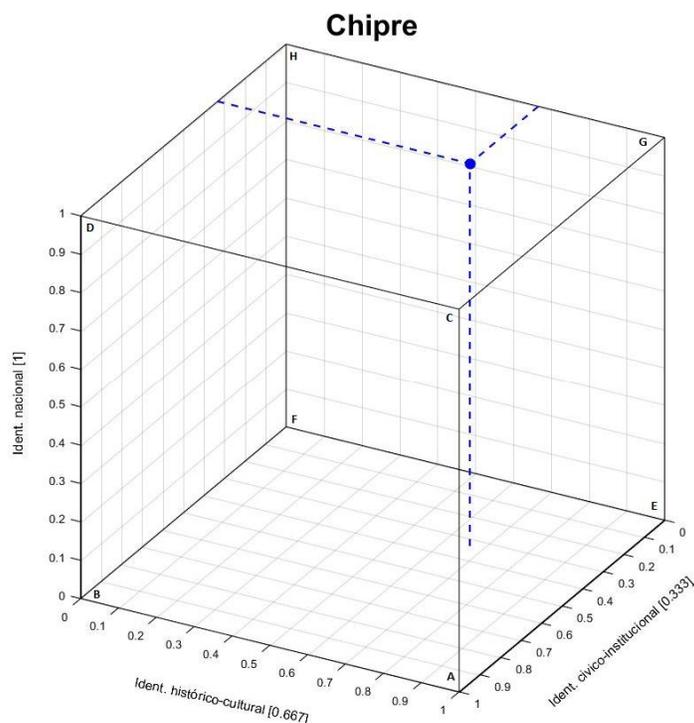
Presidência do Conselho da UE: ainda não exerceu nenhuma presidência, a primeira será de jul. a dez. de 2018

Contribuição para o orçamento da UE: 0,404 mil milhões EUR (2014)²⁴

A Bulgária aproxima-se do vértice H do cubo identitário, o que significa que está menos propensa à emergência de uma identidade europeia pós-nacional. O alto grau de nacionalismo juntamente com a baixa identificação cívico-institucional e histórico-cultural dificultam a construção do sentimento de europeidade no país. A Bulgária ainda não faz parte do Espaço Schengen nem da Zona Euro, e estes fatores evidenciam a fraca identidade cívico-institucional do país. Ademais, o passado vinculado a regimes comunistas autoritários distancia o país dos moldes ocidentais de civilização europeia e explica a baixa identidade histórico-cultural. Deveras, o país, que adentrou a União Europeia apenas em 2007, ainda precisará passar por muitas transformações internas para que a identidade europeia possa consolidar-se.

²⁴ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/bulgaria/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 10 – Posicionamento do Chipre no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 0,2% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 6

Presidência do Conselho da UE: jul. a dez. de 2012

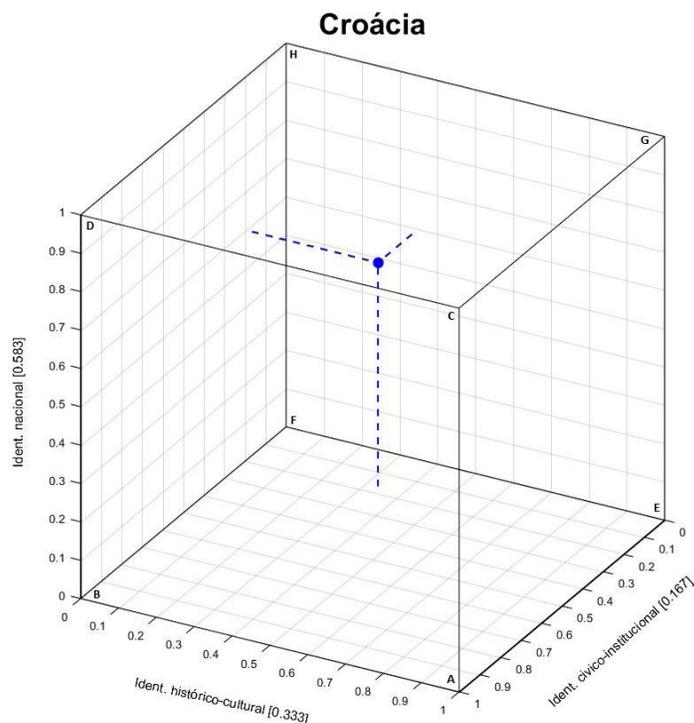
Contribuição para o orçamento da UE: 0,143 mil milhões EUR (2014)²⁵

O Chipre atingiu o extremo nos indicadores da dimensão identidade nacional. Esse nacionalismo pode ser explicado pela situação de tensão étnica que existe entre as comunidades grego cipriota (maioria) e turco cipriota (minoría), a denominada Questão Cipriota²⁶. Em resposta a pergunta *Do you see yourself as...?*, 57% da população escolheram, em 2015, a opção “apenas nacional” (EUROBAROMETER, 2015d, pg.22). Essa é a segunda maior taxa de identificação como apenas nacional entre os países da União Europeia, atrás apenas do Reino Unido. Em relação às outras dimensões identitárias, por um lado, a alta identidade histórico-cultural relaciona-se com a herança de um passado comum compartilhado com a Grécia; por outro lado, o país faz parte da Zona Euro desde 2008, mas ainda está fora do Acordo Schengen, o que retrata o nível relativamente baixo de identificação cívico-institucional com o bloco europeu.

²⁵ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/cyprus/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

²⁶ Após a invasão turca, em 1974, a ONU criou uma “zona tampão” (linha verde) para evitar novos conflitos separando o governo grego cipriota ao sul, que forma a República do Chipre, e os turcos cipriotas ao norte, no que apenas a Turquia reconhece como República Turca de Chipre do Norte.

Figura 11 – Posicionamento da Croácia no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 0,8% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 11

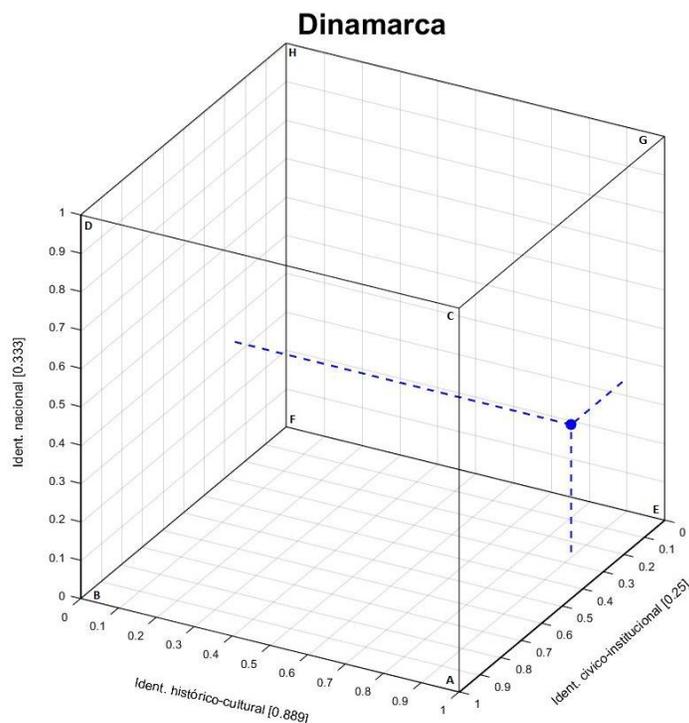
Presidência do Conselho da UE: ainda não exerceu nenhuma presidência

Contribuição para o orçamento da UE: 0,387 mil milhões EUR (2014)²⁷

A Croácia é o país que entrou mais recentemente na União Europeia, em 1º de julho de 2013, e talvez por este motivo ainda esteja próxima do vértice H. Assim como a Bulgária, o país não integra a Eurozona nem o Espaço Schengen, o que evidencia o nível baixo de identidade cívico-institucional; no entanto, não apresenta níveis tão baixos de identidade histórico-cultural ou tão altos de identidade nacional como aquele país. O grau relativamente baixo da dimensão histórico-cultural deve-se à vinculação ao regime comunista da Iugoslávia durante a Guerra Fria, ainda que a população considere a história como uma das áreas à qual mais se atribuiu, em 2015, o sentimento de europeidade.

²⁷ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/croatia/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 12 – Posicionamento da Dinamarca no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 1,1% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 13

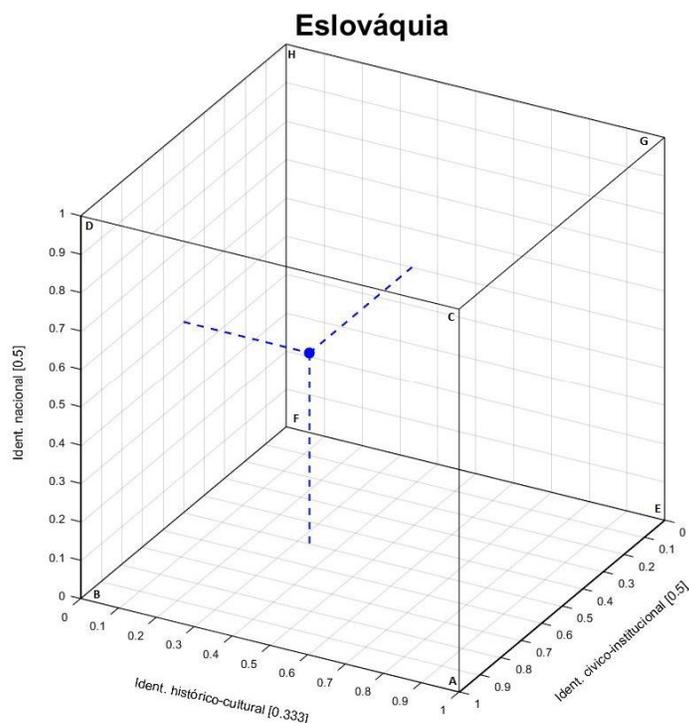
Presidência do Conselho da UE: jul. a dez. de 1973 jan. a jun. de 1978 jul. a dez. de 1982 jul. a dez. de 1987 jan. a jun. de 1993 jul. a dez. de 2002 jan. a jun. de 2012

Contribuição para o orçamento da UE: 2,213 mil milhões EUR (2014)²⁸

A Dinamarca aproxima-se do vértice E do cubo identitário por apresentar alto grau de identidade histórico-cultural e baixos níveis de identidade cívico-institucional e nacional. Os valores referentes à identidade histórico-cultural devem-se à atribuição, pela população dinamarquesa, do sentimento de europeidade, primeiramente, à história e, em segundo lugar, à cultura. Em oposição, a baixa identificação cívico-institucional relaciona-se com a opção de exclusão da Zona Euro acordada no Tratado de Maastricht e a não valorização da economia como uma das principais áreas à qual a população vincula o sentimento de europeidade. Os baixos valores da dimensão identidade nacional, por sua vez, indicam que a Dinamarca é mais aberta à diversidade cultural, o que facilita a consolidação da identidade europeia pós-nacional ainda que o país não esteja tão integrado institucionalmente.

²⁸ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/denmark/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 13 – Posicionamento da Eslováquia no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 1,1% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 13

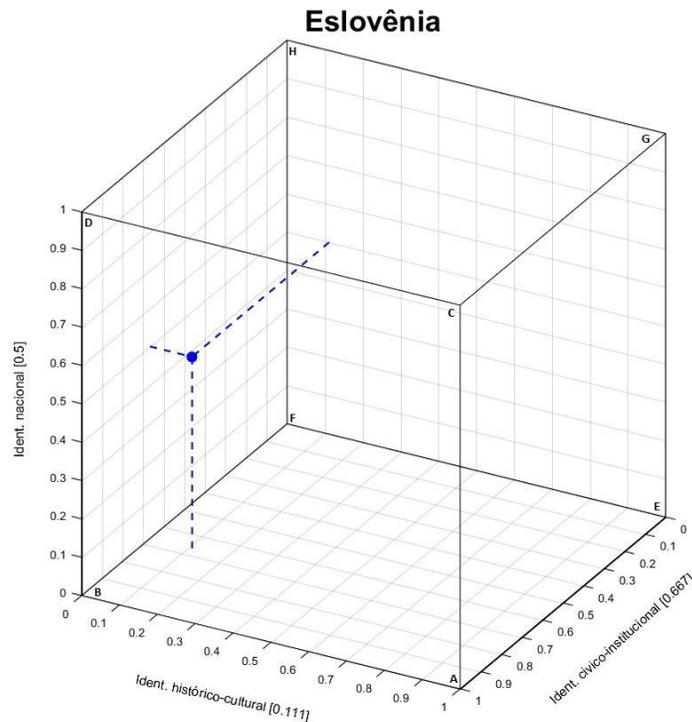
Presidência do Conselho da UE: ainda não exerceu nenhuma presidência, a primeira será de jul. a dez. de 2016

Contribuição para o orçamento da UE: 0,625 mil milhões EUR (2014)²⁹

A Eslováquia possui níveis intermediários de identidade cívico-institucional e nacional e baixa identificação histórico-cultural, a qual se relaciona à vinculação a regimes comunistas autoritários durante a Guerra Fria. A Eslováquia, assim como vários países do leste europeu, tende a deslocar-se do eixo F-H para o B-D com o passar dos anos, conforme for aprofundando-se o processo de institucionalização da União Europeia. O país já integra a Zona Euro e o Espaço Schengen, o que assegura o nível mediano de identidade cívico-institucional; todavia, a população eslovaca não atribui o sentimento de europeidade à economia ou às leis.

²⁹ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/slovakia/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 14 – Posicionamento da Eslovênia no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 0,4% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 8

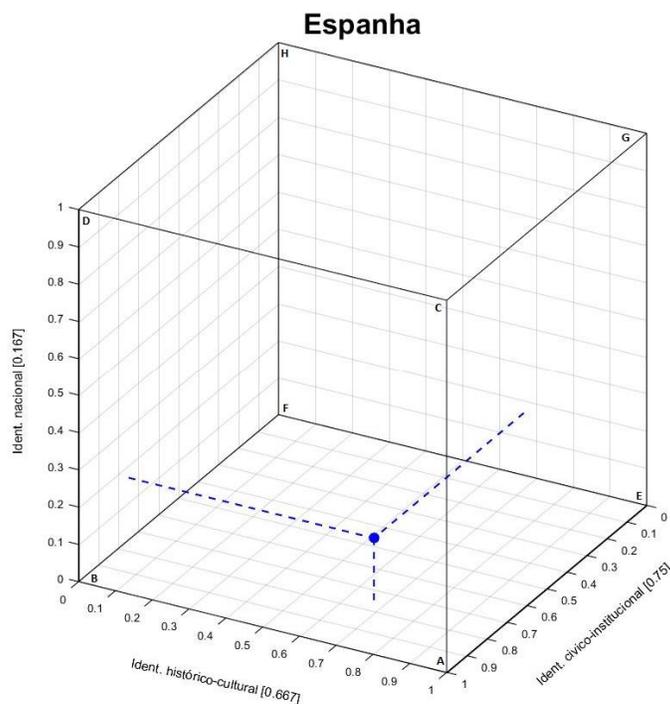
Presidência do Conselho da UE: jan. a jun. de 2008

Contribuição para o orçamento da UE: 0,327 mil milhões EUR (2014)³⁰

A Eslovênia, à semelhança da Eslováquia, também possui identidade histórico-cultural baixa, em virtude de seu passado histórico relativamente distanciado da civilização ocidental europeia, e nível mediano de identidade nacional. Ao contrário da Eslováquia, a Eslovênia apresenta a identidade cívico-institucional um pouco mais forte, pois além de integrar a Eurozona e o Espaço Schengen, os eslovenos consideraram, em 2015, a economia como a segunda principal área vinculada ao sentimento de europeidade. Nesse sentido, o país tende a se aproximar mais do eixo B-D, distanciando-se do F-H.

³⁰ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/slovenia/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 15 – Posicionamento da Espanha no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 9,1% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 54

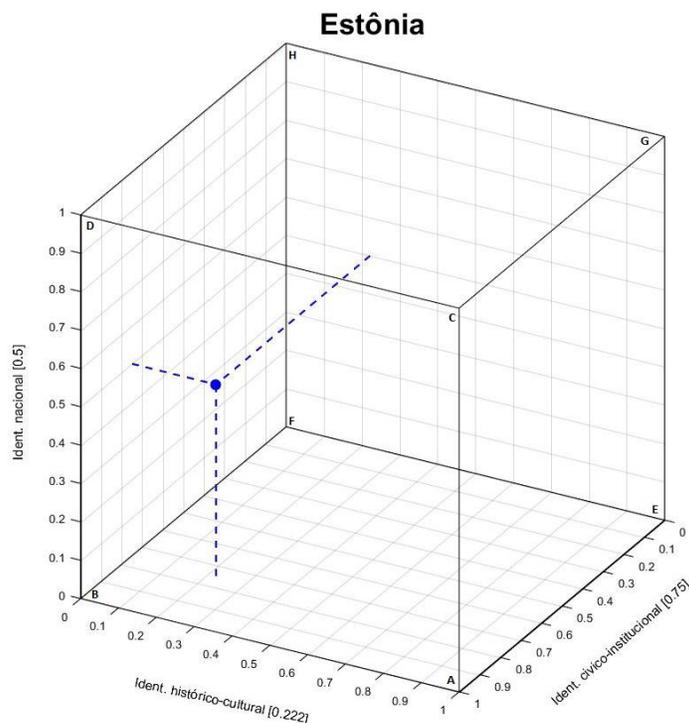
Presidência do Conselho da UE: jan. a jun. de 1989 | jul. a dez. de 1995 | jan. a jun. de 2002 | jan. a jun. de 2010

Contribuição para o orçamento da UE: 9,978 mil milhões EUR (2014)³¹

A Espanha, do mesmo modo que a Alemanha, apresenta um baixo nível de identidade nacional e altas dimensões histórico-cultural e cívico-institucional. O pouco nacionalismo deve-se, principalmente, à força das comunidades autônomas do país e a identificação da população espanhola muito mais com estas regiões (Andaluzia, Catalunha, País Basco, entre outros) do que com o Estado espanhol. O alto grau de identidade cívico-institucional, por sua vez, pode ser explicado tanto pela participação nos principais processos de aprofundamento institucional quanto pelo fato de a população espanhola considerar, naquele ano, a economia como a principal área que representava o sentimento de europeidade. A história e a cultura foram, respectivamente, a segunda e a terceira áreas às quais os espanhóis atribuíram aquele sentimento, o que evidencia também a força da dimensão histórico-cultural na formação da identidade europeia na Espanha.

³¹ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/spain/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 16 – Posicionamento da Estônia no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 0,3% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 6

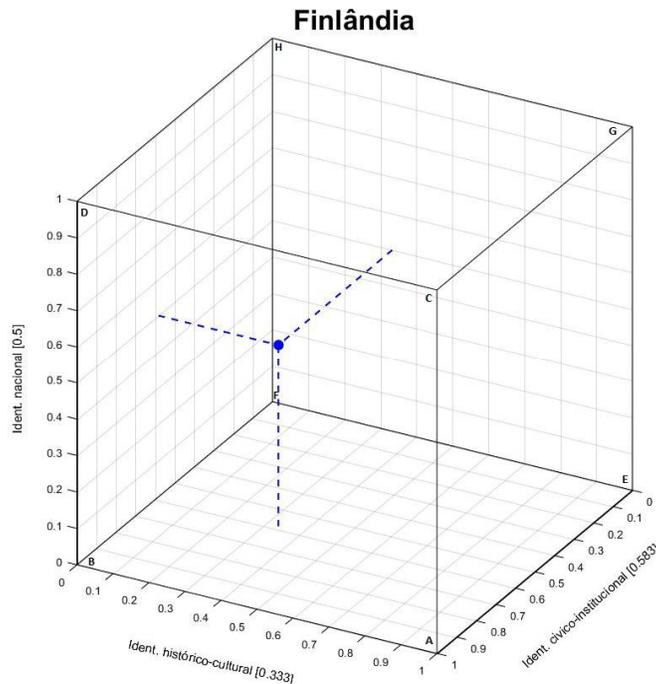
Presidência do Conselho da UE: ainda não exerceu nenhuma presidência, a primeira será de jan. a jun. de 2018

Contribuição para o orçamento da UE: 0,178 mil milhões EUR (2014)³²

A Estônia, após a entrada no Espaço Schengen em 2007 e na Zona Euro em 2011, aumentou o nível da identidade cívico-institucional, tendendo a aproximar-se mais do eixo B-D e distanciando-se do F-H. Ademais, é interessante notar que os estonianos atribuíram, em 2015, o sentimento de europeidade, primeiramente, à economia (30%), o que explica a identidade cívico-institucional alta, e, em segundo lugar, à cultura (29%), ainda que durante a Guerra Fria o país estivesse vinculado à URSS (EUROBAROMETER, 2015d, pg. 28). É interessante notar como o fator econômico é importante para a identificação como europeu, e o fato do país ser um dos últimos a adentrar a Eurozona reforça essa percepção entre a população local.

³² Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/estonia/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 17 – Posicionamento da Finlândia no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 1,1% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 13

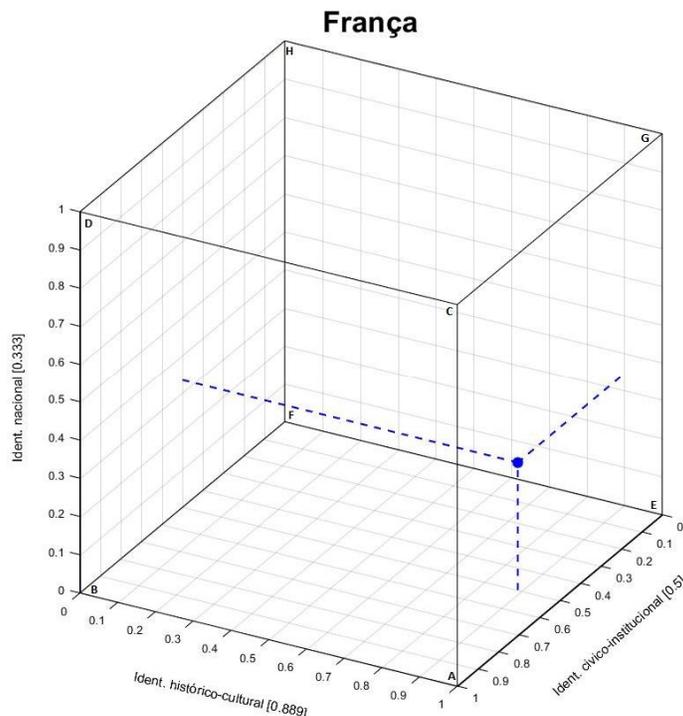
Presidência do Conselho da EU: jul. a dez. de 1999 | jul. a dez. de 2006

Contribuição para o orçamento da UE: 1,777 mil milhões EUR (2014) ³³

A Finlândia possui níveis intermediários de identidade nacional e cívico-institucional, mas o que surpreende é o fato de a identidade histórico-cultural apresentar um nível relativamente baixo para um país que se localiza na Europa Ocidental e que não esteve vinculado a nenhum regime comunista autoritário durante a Guerra Fria. Este resultado se deve ao fato de os finlandeses não vincularem o sentimento de europeidade à história nem à cultura. Em 2015, a maioria da população da Finlândia atribuiu a europeidade aos valores (35%) (EUROBAROMETER, 2015d, pg. 28). Para os finlandeses, a identidade europeia relaciona-se com a existência de valores europeus, como a paz, a democracia, o respeito aos direitos humanos e ao Estado de direito; no entanto, ainda que esta não seja uma dimensão contemplada pelos indicadores estabelecidos para esta pesquisa, pode-se inferir que estes valores estão correlacionados à existência de um passado histórico-cultural compartilhado com a civilização ocidental europeia, e, por conseguinte, o resultado obtido somente via indicadores não é suficiente para explicar a posição da Finlândia no cubo identitário.

³³ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/finland/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 18 – Posicionamento da França no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 13,1% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 74

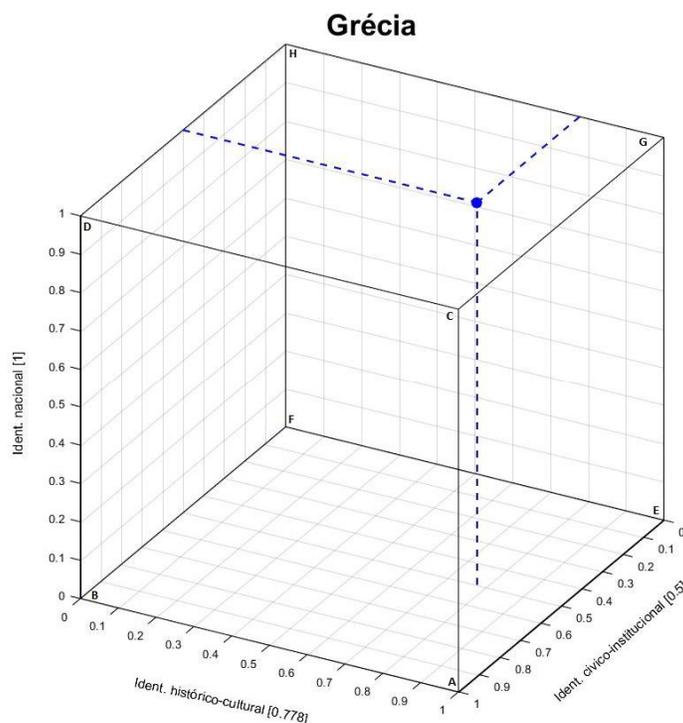
Presidência do Conselho da UE: jan. a jun. de 1959 | jan. a jun. de 1962 | jan. a jun. de 1965 | jan. a jun. de 1968 | jan. a jun. de 1971 | jul. a dez. de 1974 | jan. a jun. de 1979 | jan. a jun. de 1984 | jul. a dez. de 1989 | jan. a jun. de 1995 | jul. a dez. de 2000 | jan. a jun. de 2008

Contribuição para o orçamento da UE: 19,574 mil milhões EUR (2014)³⁴

A França, ao apresentar identidades nacional baixa, histórico-cultural alta e cívico-institucional intermediária, posiciona-se entre os vértices A e E. Nesse sentido, tende a ser favorável à emergência de uma identidade europeia pós-nacional e, juntamente com a Alemanha, é considerada o eixo que deu origem ao processo de integração europeia e que a tem conduzido desde então. O alto nível da dimensão histórico-cultural é explicado pelo fato de os franceses relacionarem o sentimento de europeidade, em 2015, em primeiro lugar, à história e, depois, à cultura. Os princípios da Revolução Francesa inspiraram diversos movimentos na Europa formando o que hoje se entende por civilização ocidental. Estes valores liberais também influenciam a categorização da França como um tipo de comunidade universal, mesmo que, na prática, a população não aceite tão facilmente a diversidade cultural.

³⁴ Dados retirados do site da EU: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/france/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 19 – Posicionamento da Grécia no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 2,1% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 21

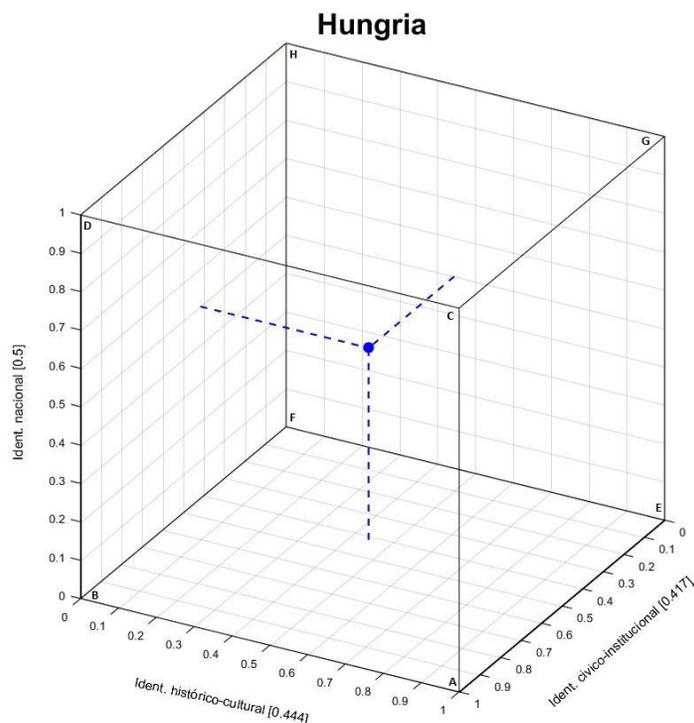
Presidência do Conselho da UE: jul. a dez. de 1983 | jul. a dez. de 1988 | jan. a jun. de 1994 | jan. a jun. de 2003 | jan. a jun. de 2014

Contribuição para o orçamento da UE: 1,827 mil milhões EUR (2014)³⁵

A Grécia apresenta nível intermediário de identidade cívico-institucional, pois, embora faça parte da Eurozona e do Espaço Schengen, não atribui o sentimento de europeidade à economia ou às leis. Na verdade, em 2015, os gregos associaram a europeidade fortemente à cultura (35%), à geografia (32%) e à história (26%), o que explica a alta identidade histórico-cultural (EUROBAROMETER, 2015d, pg.28). O fato de a Grécia ser considerada o berço da civilização ocidental também contribui para o alto índice de identificação histórico-cultural. Em relação à identidade nacional, a Grécia, assim como o Chipre, atingiu o nível máximo nos indicadores ao ser classificada como comunidade étnica por Andrea Schlenker-Fischer e ao apresentar o terceiro maior percentual (51%), em 2015, da opção “apenas nacional” como resposta para a pergunta *Do you see yourself as...?* (EUROBAROMETER, 2015d, pg.22).

³⁵ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/greece/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 20 – Posicionamento da Hungria no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 1,9% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 21

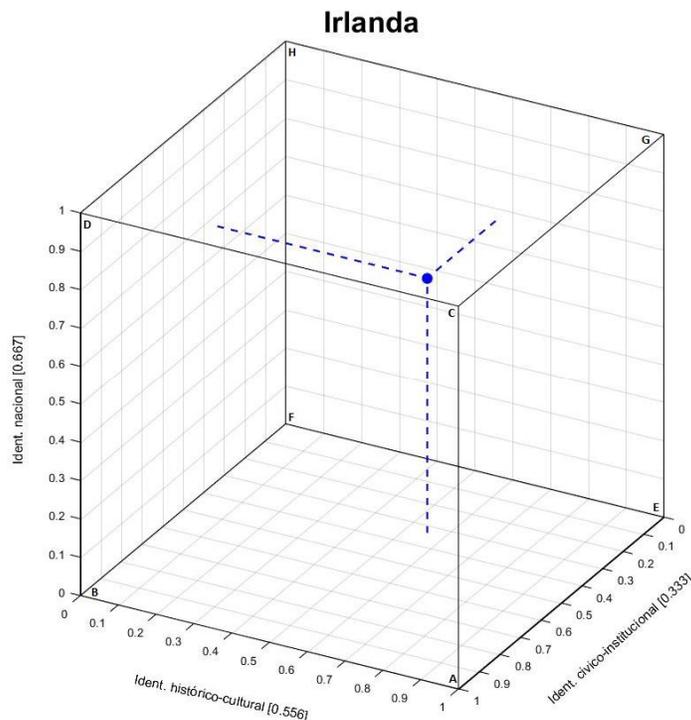
Presidência do Conselho da UE: jan. a jul. de 2011

Contribuição para o orçamento da UE: 0,890 mil milhões EUR (2014)³⁶

A Hungria apresenta valores relativamente intermediários em todas as dimensões ainda que sejam um pouco menores na cívico-institucional e na histórico-cultural, como é o caso da maioria dos países do Leste Europeu. Esses resultados estão relacionados à atribuição, em 2015, pela população húngara, do sentimento de europeidade à cultura (27%), à economia (26%) e à história (23%) (EUROBAROMETER, 2015d, pg. 28). Quando a Hungria adentrar a Zona Euro, tenderá a distanciar-se do eixo F-H, aproximando-se do B-D, devido ao maior aprofundamento institucional no bloco. De fato, este é um movimento que se observa nos países da Europa do Leste que passaram a integrar a União Europeia, pois, no curto prazo, as mudanças cívico-institucionais são mais rápidas do que as das dimensões histórico-cultural ou nacional.

³⁶ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/hungary/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 21 – Posicionamento da Irlanda no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 0,9% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 11

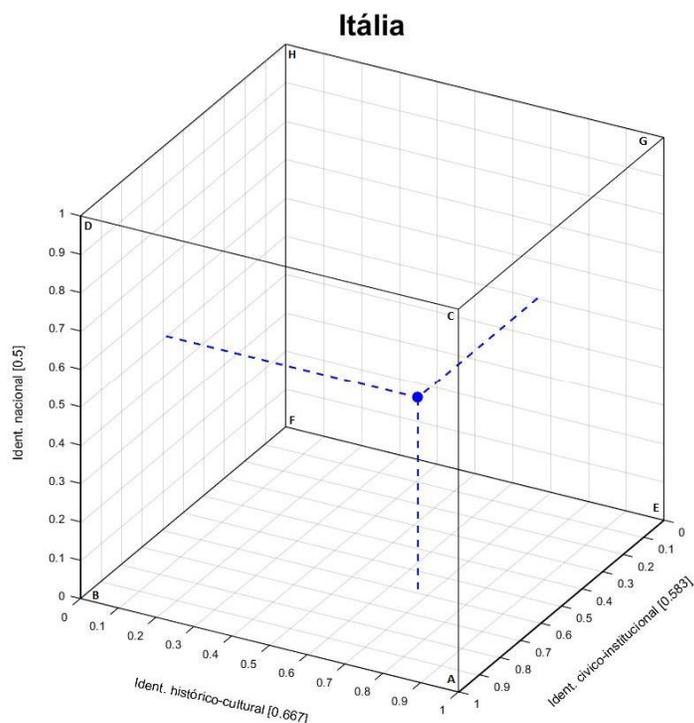
Presidência do Conselho da UE: jan. a jun. de 1975 | jul. a dez. de 1979 | jul. a dez. de 1984 | jan. a jun. de 1990 | jul. a dez. de 1996 | jan. a jun. de 2004 | jan. a jun. de 2013

Contribuição para o orçamento da UE: 1,425 mil milhões EUR (2014)³⁷

A Irlanda apresenta níveis relativamente intermediários nas dimensões nacional e histórico-cultural; no entanto, a identidade cívico-institucional é baixa devido à opção de exclusão do Espaço Schengen e à atribuição do sentimento de europeidade à economia apenas em terceiro lugar, em 2015. Em 2008, a Irlanda, por uma exigência da sua constituição, foi o único país a realizar um referendo sobre a aprovação do Tratado de Lisboa, e o “não” foi maioria, gerando um impasse para a implementação desse tratado na União Europeia. Apenas em 2009, com a realização de um novo referendo, foi possível que o país ratificasse o tratado para que ele entrasse em vigor. Esse episódio demonstra que ainda existem, na Irlanda, alguns obstáculos internos que dificultam um maior aprofundamento institucional com o bloco.

³⁷ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/ireland/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 22 – Posicionamento da Itália no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 12% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 73

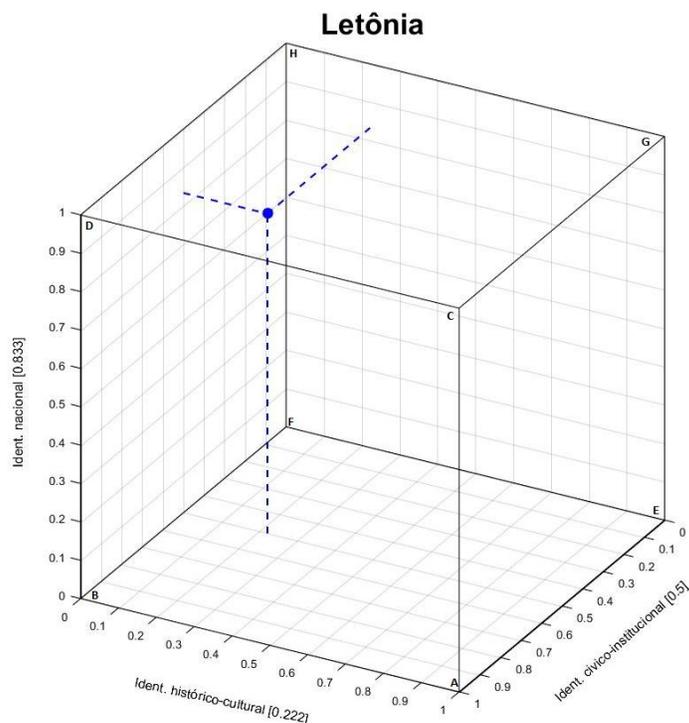
Presidência do Conselho da UE: jul. a dez. de 1959 | jul. a dez. de 1962 | jul. a dez. de 1965 | jul. a dez. de 1968 | jul. a dez. de 1971 | jul. a dez. de 1975 | jan. a jun. de 1980 | jan. a jun. de 1985 | jul. a dez. de 1990 | jan. a jun. de 1996 | jul. a dez. de 2003 | jul. a dez. de 2014

Contribuição para o orçamento da UE: 14,368 mil milhões EUR (2014)³⁸

A Itália obteve resultados intermediários nas dimensões nacional e cívico-institucional e valores relativamente um pouco mais altos nos aspectos histórico-culturais. O país, embora seja um dos membros fundadores da CECA, não possui tanto papel de destaque na integração europeia nem atua como força motriz desse processo, como fazem Alemanha e França. Isto se deve, principalmente, às dificuldades político-econômicas internas da Itália. O movimento de adesão ao Euro e a escolha do slogan “*Entrare l’Europa*” exemplificam a posição ambígua do país no processo de integração, pois, naquele momento, apesar de membro fundador, precisaria adotar o Euro para efetivamente “entrar” na Europa.

³⁸ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/italy/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 23 – Posicionamento da Letônia no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 0,4% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 8

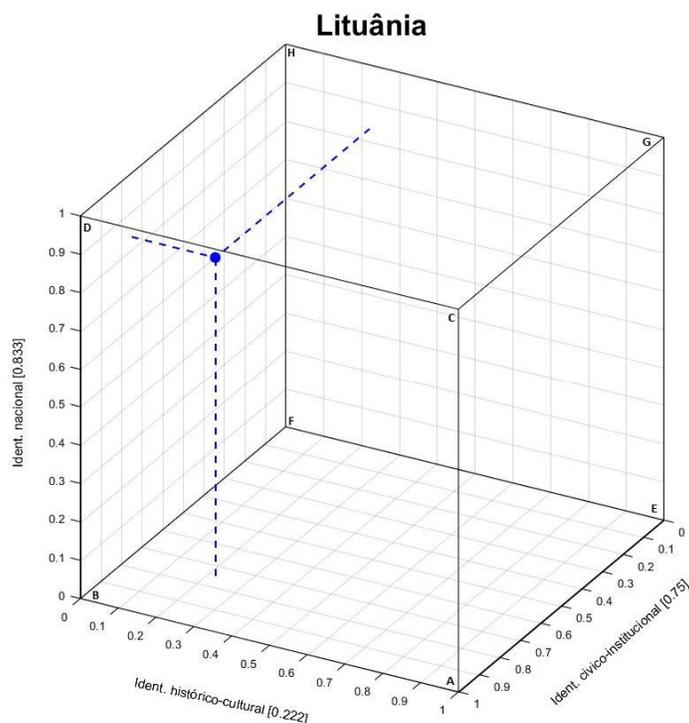
Presidência do Conselho da UE: jan. a jun. de 2015

Contribuição para o orçamento da UE: 0,244 mil milhões EUR (2014)³⁹

A Letônia, similarmente aos demais países bálticos, apresenta um movimento de deslocamento do eixo F-H no sentido do eixo B-D, a partir da entrada no Espaço Schengen, em 2007, e da adesão ao Euro, em 2014. O processo de maior aprofundamento institucional tende a afastar o país do vértice H, que dificulta a emergência de uma identidade europeia pós-nacional, e a aproximá-lo do ponto D. Ademais, o alto nível da identidade nacional explica-se pelo fato de a Letônia ser o quarto país com maior percentual, em 2015, na opção “apenas nacional” (48%) em resposta ao questionamento *Do you see yourself as...?* (EUROBAROMETER, 2015d, pg.22), atrás apenas de Reino Unido, Chipre e Grécia. A baixa identidade histórico-cultural atribui-se ao fato de o país integrar a URSS durante o período da Guerra Fria, distanciando-o do modelo de civilização ocidental.

³⁹ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/latvia/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 24 – Posicionamento da Lituânia no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 0,6% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 11

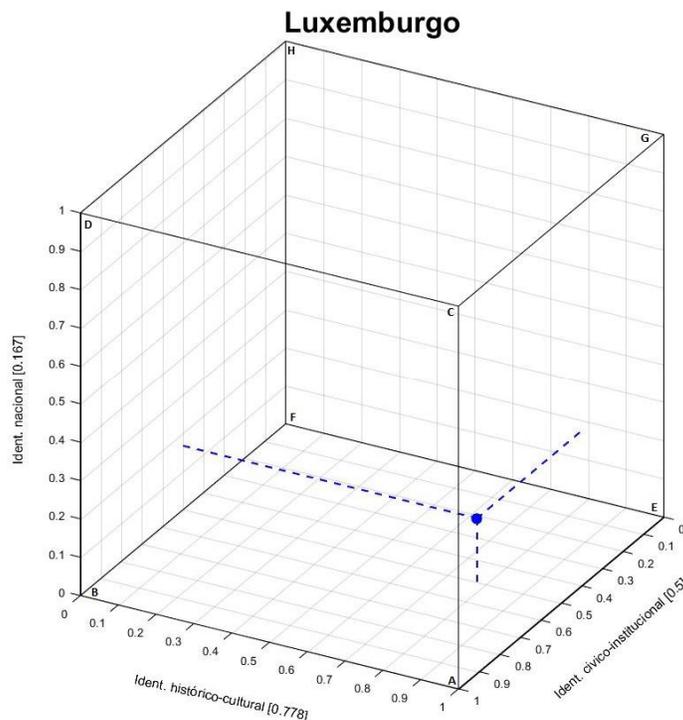
Presidência do Conselho da UE: jul. a dez. de 2013

Contribuição para o orçamento da UE: 0,320 mil milhões EUR (2014)⁴⁰

A Lituânia, último país a adentrar a Zona Euro em 2015, também apresenta um movimento similar ao da Letônia, afastando-se do ponto H e aproximando-se do vértice D. É interessante notar que, em 2015, os cidadãos lituanos atribuíram o sentimento de europeidade, primordialmente, à economia (31%). Talvez isso se explique pelo fato de que o país passaria a adotar o Euro naquele ano, o que implicava em intensas mudanças econômicas para a população. Em relação ao alto nível de identidade nacional, este se deve, especialmente, à classificação do país como uma comunidade étnica, segundo o modelo de Schlenker-Fischer, o que implica a menor aceitação da diversidade cultural. No que concerne à fraca identidade histórico-cultural, mais uma vez corresponde à vinculação com a URSS durante a Guerra Fria.

⁴⁰ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/lithuania/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 25 – Posicionamento de Luxemburgo no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 0,1% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 6

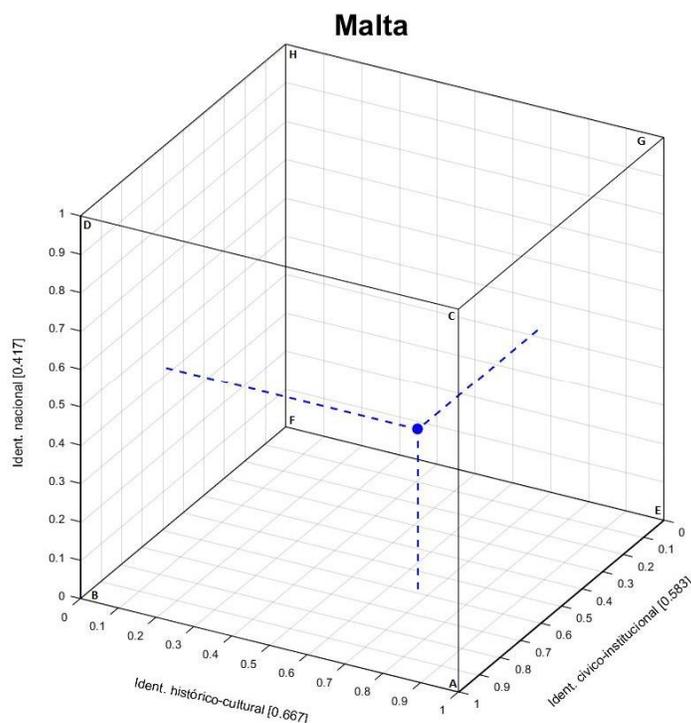
Presidência do Conselho da UE: jan. a jun. de 1960 | jan. a jun. de 1963 | jan. a jun. de 1966 | jan. a jun. de 1969 | jan. a jun. de 1972 | jan. a jun. de 1976 | jul. a dez. de 1980 | jul. a dez. de 1985 | jan. a jun. de 1991 | jul. a dez. de 1997 | jan. a jun. de 2005 | jul. a dez. de 2015

Contribuição para o orçamento da UE: 0,232 mil milhões EUR (2014)⁴¹

Luxemburgo, ao apresentar identidades nacional baixa, histórico-cultural alta e cívico-institucional intermediária, posiciona-se entre os vértices A e E, o que favorece a emergência de uma identidade europeia pós-nacional. Os luxemburgueses foram os que mais se identificaram como europeus e menos como nacionais na pesquisa do *Eurobarometer* de 2015. Em resposta ao questionamento *Do you see yourself as...?*, apenas 17% dos cidadãos escolheram a opção “apenas nacional”, enquanto 7% afirmaram sentir-se “apenas europeu” (EUROBAROMETER, 2015d, pg. 22). O fato de o país, assim como a Bélgica, ser um dos membros fundadores da CECA e abrigar algumas das instituições europeias, como o Tribunal de Justiça da União Europeia e o Tribunal de Contas Europeu, reforça ainda mais o sentimento de europeidade no subconsciente da população.

⁴¹ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/luxembourg/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 26 – Posicionamento de Malta no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 0,1% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 6

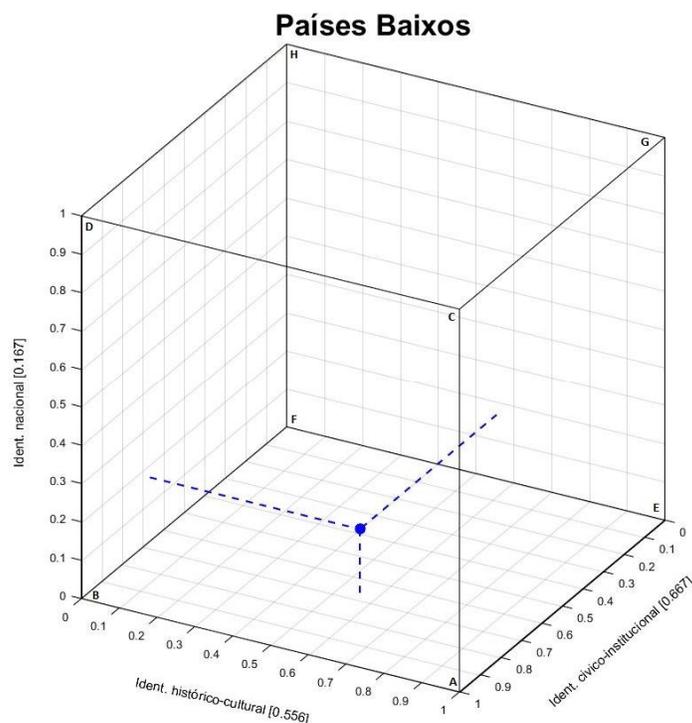
Presidência do Conselho da UE: ainda não exerceu nenhuma presidência, a primeira será de jan. a jun. de 2017

Contribuição para o orçamento da UE: 0,066 mil milhões EUR (2014)⁴²

Malta aproxima-se também do eixo A-E, favorável à identidade europeia pós-nacional. O país, juntamente com os Países Baixos, apresentou, em 2015, o terceiro menor percentual da opção “apenas nacional” (26%) para a pergunta *Do you see yourself as...?*, o que explica o nível de baixo a intermediário da identidade nacional (EUROBAROMETER, 2015d, pg.22). Os malteses, em 2015, atribuíram o sentimento de europeidade, principalmente, à cultura (29%), evidenciado pelo valor de intermediário a alto da identidade histórico-cultural (EUROBAROMETER, 2015d, pg. 28). Malta passou a fazer parte do Espaço Schengen em 2007 e da Eurozona em 2008; no entanto, como a economia é apenas a terceira área à qual se atribuiu o sentimento de europeidade, a identidade cívico-institucional obteve valores medianos.

⁴² Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/malta/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 27 – Posicionamento dos Países Baixos no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 3,3% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 26

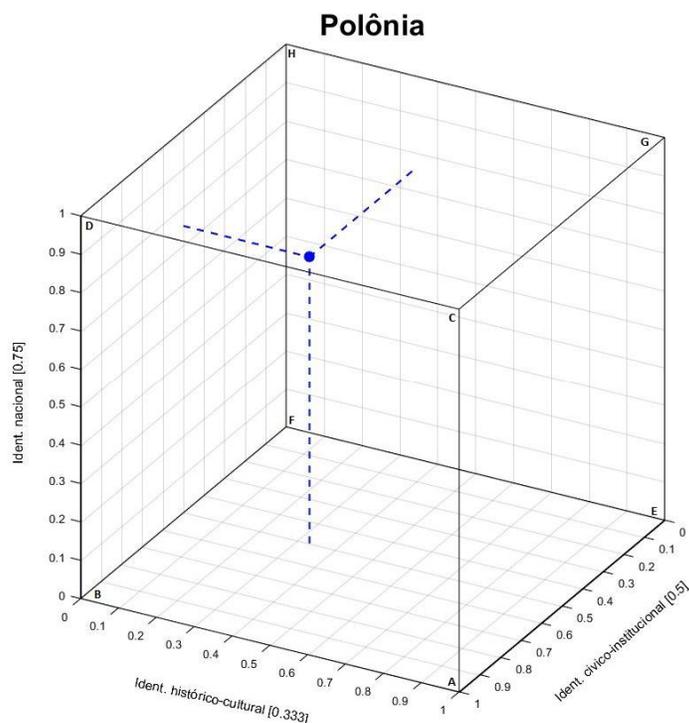
Presidência do Conselho da UE: jul. a dez. de 1960 | jul. a dez. de 1963 | jul. a dez. de 1966 | jul. a dez. de 1969 | jul. a dez. de 1972 | jul. a dez. de 1976 | jan. a jun. de 1981 | jan. a jun. de 1986 | jul. a dez. de 1991 | jan. a jun. de 1997 | jul. a dez. de 2004 | jan. a jun. de 2016

Contribuição para o orçamento da UE: 6,391 mil milhões EUR (2014)⁴³

Os Países Baixos apresentaram um grau de identidade nacional baixo e foram classificados como comunidade universal/liberal por Andrea Schlenker-Fischer, o que significa que são mais abertos à diversidade cultural, a qual favorece a formação de uma identidade europeia pós-nacional. Ademais, o país obteve resultados de intermediários a altos nas dimensões histórico-cultural e cívico-institucional. Segundo a pesquisa do *Eurobarometer* de 2015, as principais áreas às quais se atribuiu o sentimento de europeidade nos Países Baixos foram a geografia (33%), a economia (31%) e a cultura e a história (24%) (EUROBAROMETER, 2015d, pg. 28).

⁴³ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/netherlands/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 28 – Posicionamento da Polônia no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 7,5% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 51

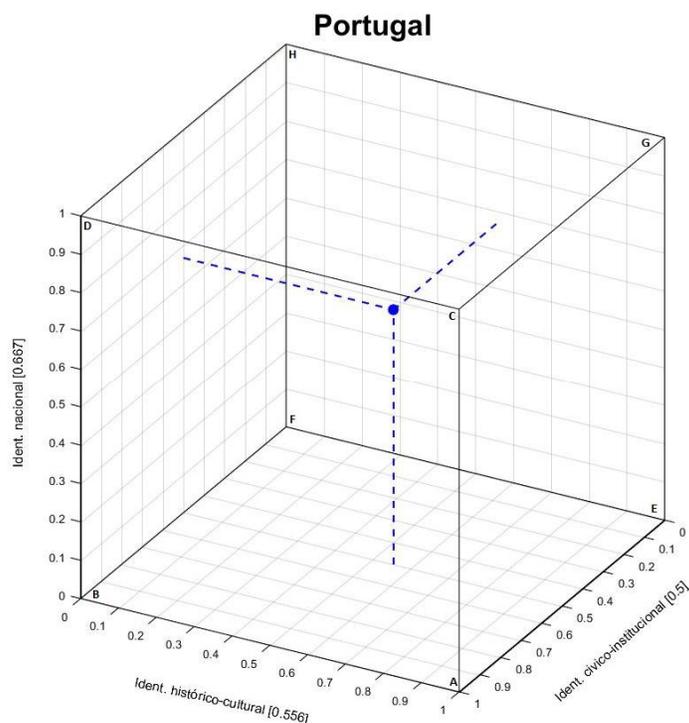
Presidência do Conselho da UE: jul. a dez. de 2011

Contribuição para o orçamento da UE: 3,526 mil milhões EUR (2014)⁴⁴

A Polónia, ao apresentar identidades nacional alta, histórico-cultural baixa e cívico-institucional mediana, posiciona-se entre os vértices D e H. Esse tem sido um posicionamento característico dos países do Leste Europeu que adentraram a União Europeia em 2004, em função do fraco passado histórico compartilhado pela divisão entre os blocos sob a influência dos Estados Unidos e da URSS, durante a Guerra Fria. Ademais, observa-se que, embora a Polónia ainda não faça parte da Zona Euro, a economia (30%) foi apontada como a área à qual os poloneses mais atribuíram, em 2015, o sentimento de europeidade. Isto explica o valor intermediário obtido na dimensão cívico-institucional.

⁴⁴ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/poland/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 29 – Posicionamento de Portugal no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 2% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 21

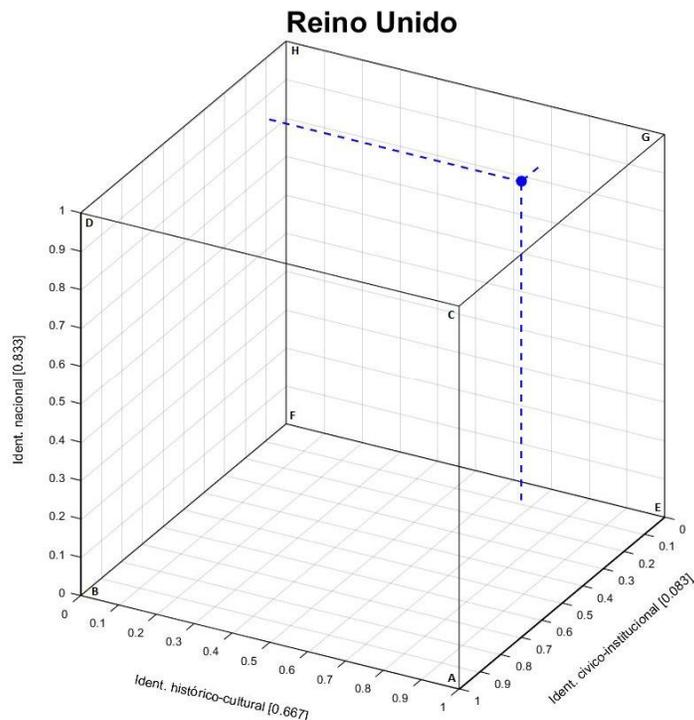
Presidência do Conselho da EU: jan. a jun. de 1992 | jan. a jun. de 2000 | jul. a dez. de 2007

Contribuição para o orçamento da UE: 1,637 mil milhões EUR (2014)⁴⁵

Portugal apresenta níveis intermediários de identidade cívico-institucional e histórico-cultural e um pouco mais elevados de identidade nacional. Para os portugueses, o sentimento de europeidade está relacionado, principalmente, à solidariedade com as regiões mais pobres (27%) e, posteriormente, à cultura (25%) e aos benefícios de assistência à saúde, à educação e às pensões (22%) (EUROBAROMETER, 2015d, pg. 28). É interessante notar o carácter relativamente social que a integração europeia representa para Portugal, como uma forma de auxiliar no desenvolvimento e crescimento do próprio país.

⁴⁵ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/portugal/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 30 – Posicionamento do Reino Unido no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 12,8% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 73

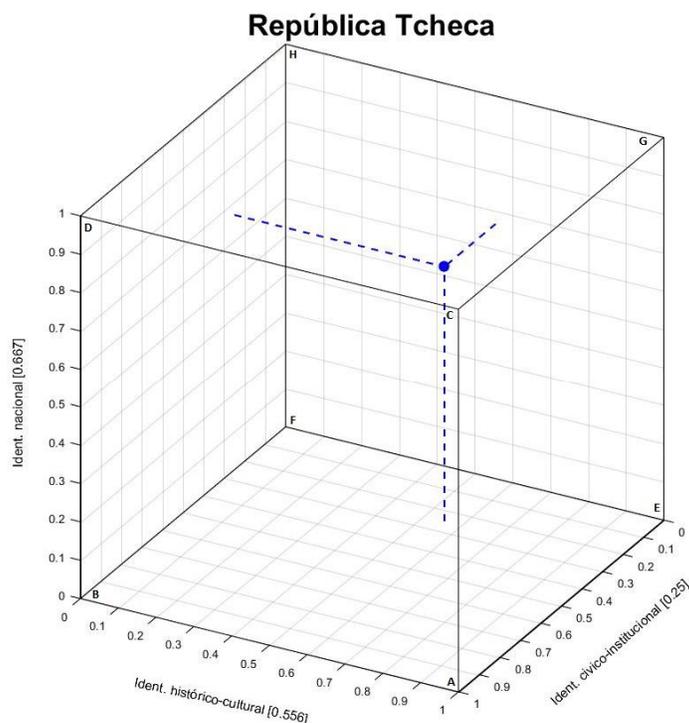
Presidência do Conselho da UE: jan. a jun. de 1977 | jul. a dez. de 1981 | jul. a dez. de 1992 | jan. a jun. de 1998 | jul. a dez. de 2005 | jul. a dez. de 2017

Contribuição para o orçamento da UE: 11,342 mil milhões EUR (2014)⁴⁶

O Reino Unido, ao apresentar identidades nacional alta, cívico-institucional muito baixa e histórico-cultural entre intermediária e alta, posiciona-se próximo ao vértice G, o que dificulta a emergência de uma identidade europeia pós-nacional. O pouco envolvimento cívico-institucional do Reino Unido com a União Europeia, a exemplo da opção de exclusão tanto no Espaço Schengen como na Zona Euro, é um comportamento constante no processo de integração europeu. O primeiro ministro do Reino Unido, David Cameron, anunciou que realizará um referendo sobre a saída do país da União Europeia. Ademais, a população do Reino Unido apresentou, em 2015, o maior percentual (64%) de identificação como “apenas nacional” para o questionamento *Do you see yourself as...?*, o que justifica o alto índice de identidade nacional (EUROBAROMETER, 2015d, pg. 22).

⁴⁶ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/unitedkingdom/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 31 – Posicionamento da República Tcheca no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 2,1% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 21

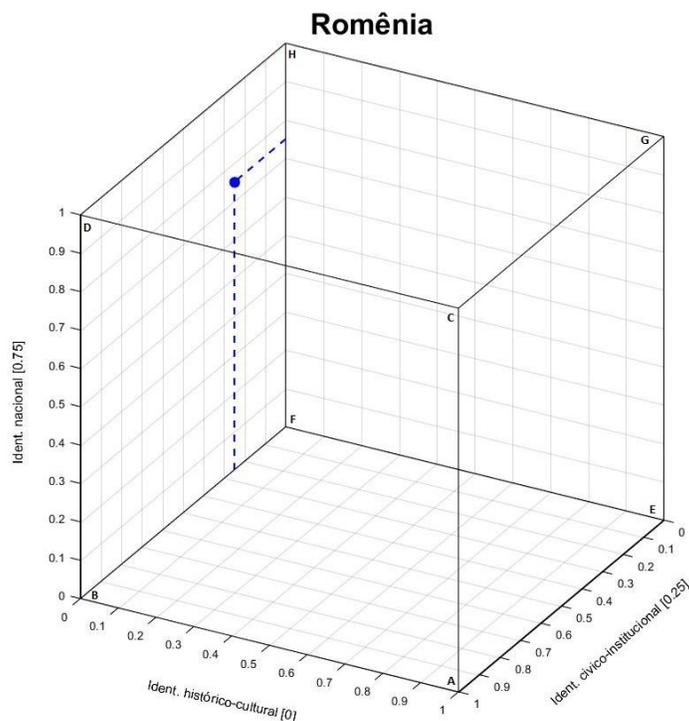
Presidência do Conselho da UE: jan. a jun. de 2009

Contribuição para o orçamento da UE: 1,309 mil milhões EUR (2014)⁴⁷

A República Tcheca possui níveis entre intermediário e alto nas dimensões nacional e histórico-cultural; no entanto, a identidade cívico-institucional é baixa, devido tanto à não participação na Eurozona quanto ao fato de os tchecos não considerarem a economia como uma das principais áreas às quais se atribuiu o sentimento de europeidade em 2015. Para a população tcheca, esse sentimento está, primordialmente, relacionado com a história (33%) e a cultura (30%), o que explica o nível de identidade histórico-cultural relativamente alto para um país que esteve vinculado a regimes comunistas autoritários durante a Guerra Fria (EUROBAROMETER, 2015d, pg. 28).

⁴⁷ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/czechrepublic/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 32 – Posicionamento da Romênia no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 3,9% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 32

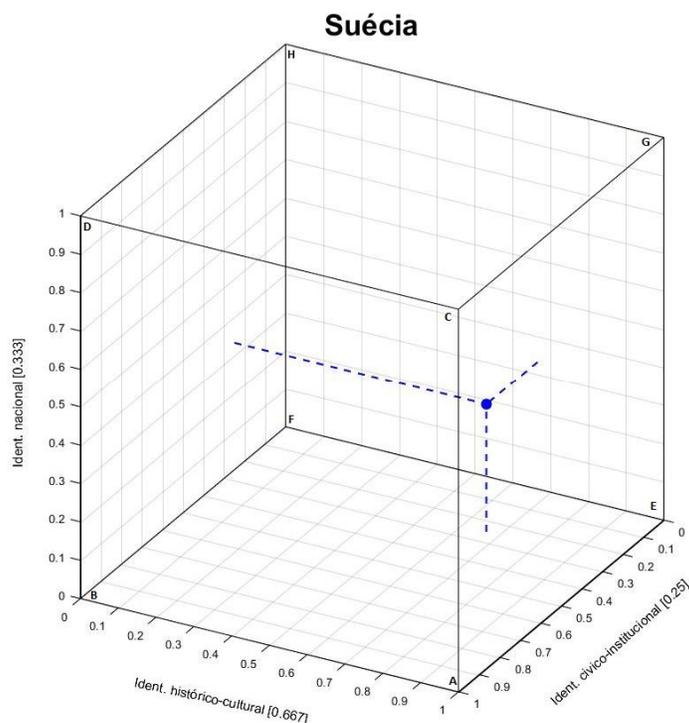
Presidência do Conselho da UE: ainda não exerceu nenhuma presidência, a primeira será de jul. a dez. de 2019

Contribuição para o orçamento da UE: 1,353 mil milhões EUR (2014)⁴⁸

A Romênia, ao apresentar identidades nacional alta, cívico-institucional baixa e histórico-cultural no menor nível possível nos indicadores utilizados, posiciona-se próximo ao vértice H, tendendo a dificultar a emergência de uma identidade europeia pós-nacional. Como o país não faz parte nem da Eurozona nem do Espaço Schengen, o índice cívico-institucional é fraco, mesmo que a economia (20%) tenha sido considerada pelos romenos, em 2015, a segunda principal área à qual se atribuiu o sentimento de europeidade (EUROBAROMETER, 2015d, pg. 28). No tocante à identidade histórico-cultural, o fato de o país vincular-se a regimes autoritários durante a Guerra Fria e não relacionar a europeidade nem à cultura nem à história contribuiu para que a Romênia zerasse os indicadores propostos nesta pesquisa para mensurar essa dimensão.

⁴⁸ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/romania/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

Figura 33 – Posicionamento da Suécia no “cubo identitário europeu”



Percentual da população total da UE: 1,9% (2015)

Lugares no Parlamento Europeu: 20

Presidência do Conselho da UE: jan. a jun. de 2001 | jul. a dez. de 2009

Contribuição para o orçamento da UE: 3,828 mil milhões EUR (2014)⁴⁹

A Suécia, à semelhança da Dinamarca, aproxima-se do vértice E, favorável à emergência de uma identidade europeia pós-nacional. Isto se deve à alta identidade histórico-cultural e ao baixo grau de nacionalismo. A sociedade sueca foi classificada como uma comunidade universal/liberal por Schelenker-Fischer, o que significa que tem mais facilidade para lidar com a diversidade cultural. No que concerne à dimensão cívico-institucional, o fato de o país ainda contornar a adesão à Eurozona pelo não cumprimento dos critérios estabelecidos bem como a não atribuição, pelos suecos, do sentimento de europeidade à economia explicam os baixos valores obtidos.

⁴⁹ Dados retirados do site da UE: http://europa.eu/about-eu/countries/member-countries/sweden/index_pt.htm Acesso em 07/06/2016.

3.3 A Europa por fases – posicionamento no “cubo identitário europeu” de acordo com o ano de entrada no bloco

Nesta seção, demonstra-se, de maneira sintética, o argumento de Michael Bruter (2005), apresentado no primeiro capítulo desta dissertação, de que o momento da entrada do país no bloco relaciona-se com a identificação deste com o mesmo. Sendo assim, observa-se que os países fundadores das comunidades europeias tendem a concentrar-se no canto inferior direito do cubo, aproximando-se do vértice A, o qual é favorável à emergência de uma identidade europeia pós-nacional. De certa forma, o projeto concebido pelos pais fundadores valorizava o aspecto político da integração na promoção de uma Europa mais unida e de um *ethos* europeu.

Enquanto os países que entraram em 1973 são mais reticentes ao aprofundamento institucional e negociaram opções de exclusão, seja no Espaço Schengen e/ou na Eurozona; os que entraram nas décadas seguintes tiveram de adaptar-se às condições para adesão ao bloco. Os países que adentraram o bloco a partir de 2000 estão dispostos entre os vértices D e H, em oposição à área ocupada pelos seis membros fundadores (eixo A-E), o que indica uma maior dificuldade na consolidação do sentimento de europeidade entre eles. De fato, estes países ainda estão em processo de adaptação ao bloco e quanto mais se integrarem, mais tendem aproximar-se do eixo B-D, afastando-se do eixo F-H.

Figura 34 – Posicionamento no ano de 2015 dos países que entraram na União Europeia em 1951

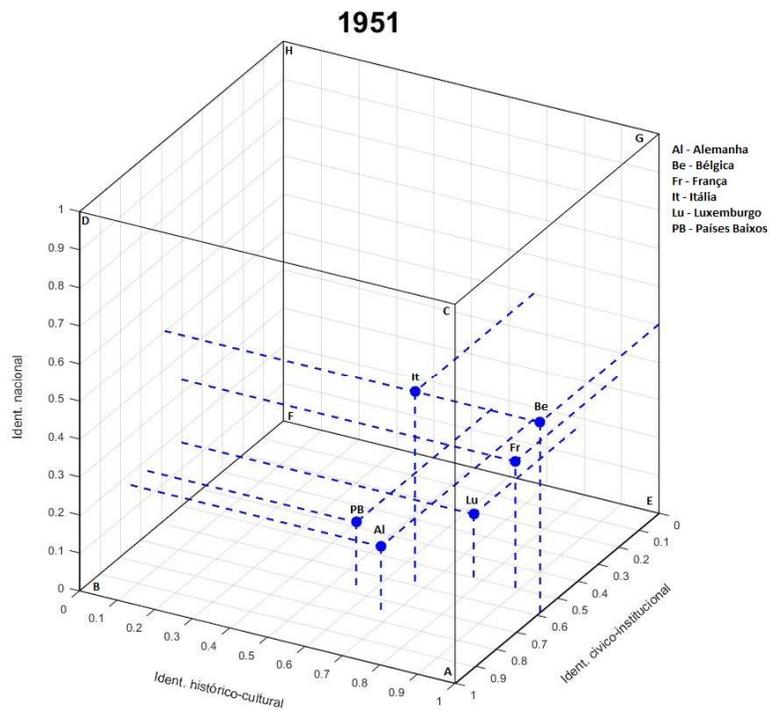


Figura 35 – Posicionamento no ano de 2015 dos países que entraram na União Europeia em 1973

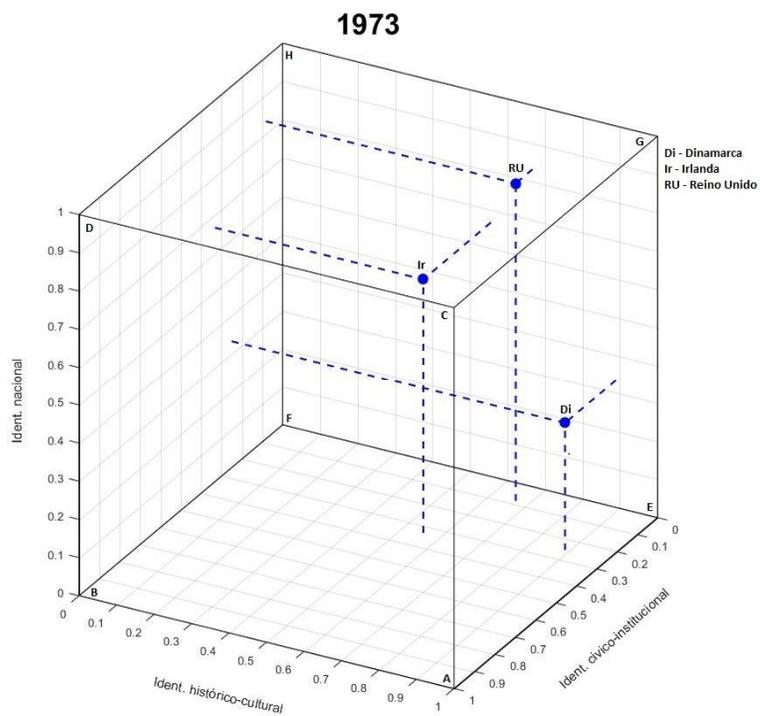


Figura 36 – Posicionamento no ano de 2015 dos países que entraram na União Europeia em 1981

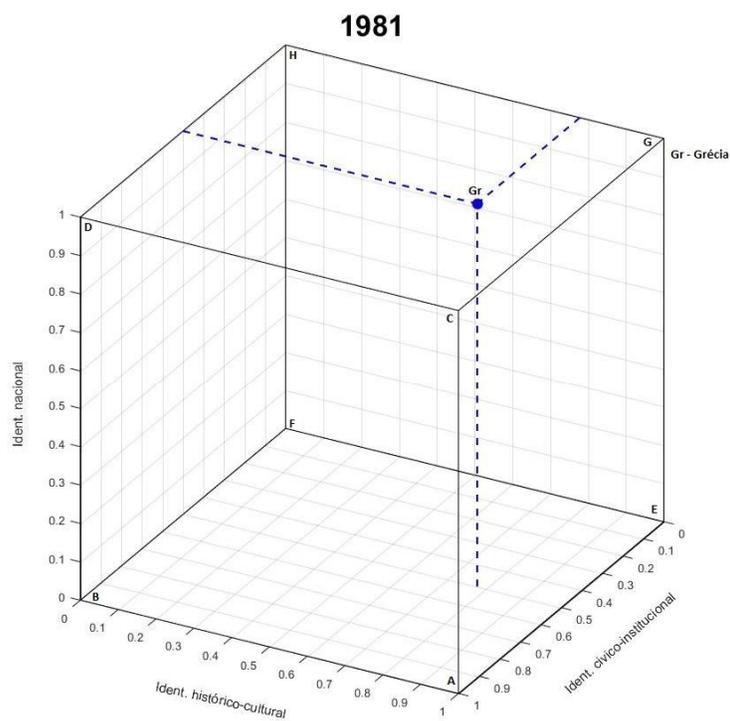


Figura 37 – Posicionamento no ano de 2015 dos países que entraram na União Europeia em 1986

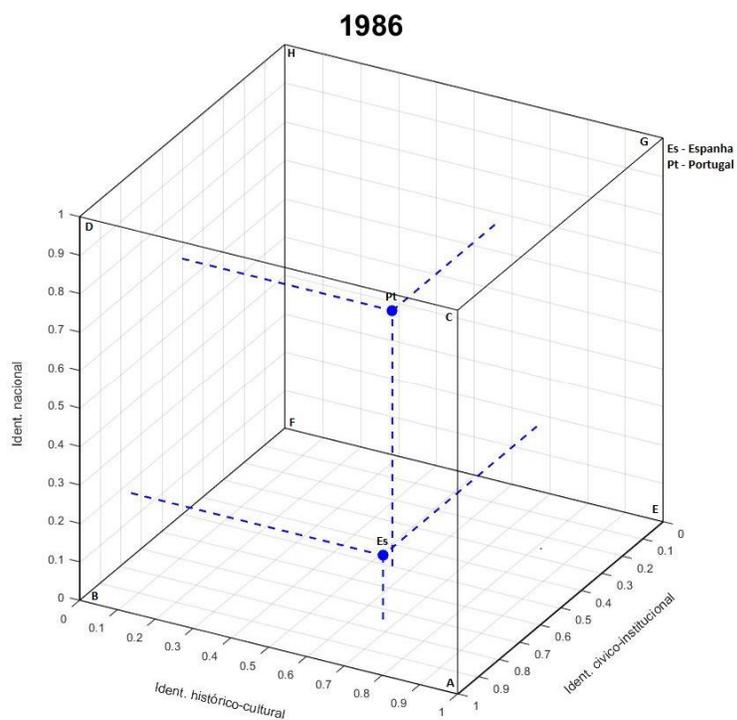


Figura 38 – Posicionamento no ano de 2015 dos países que entraram na União Europeia em 1995

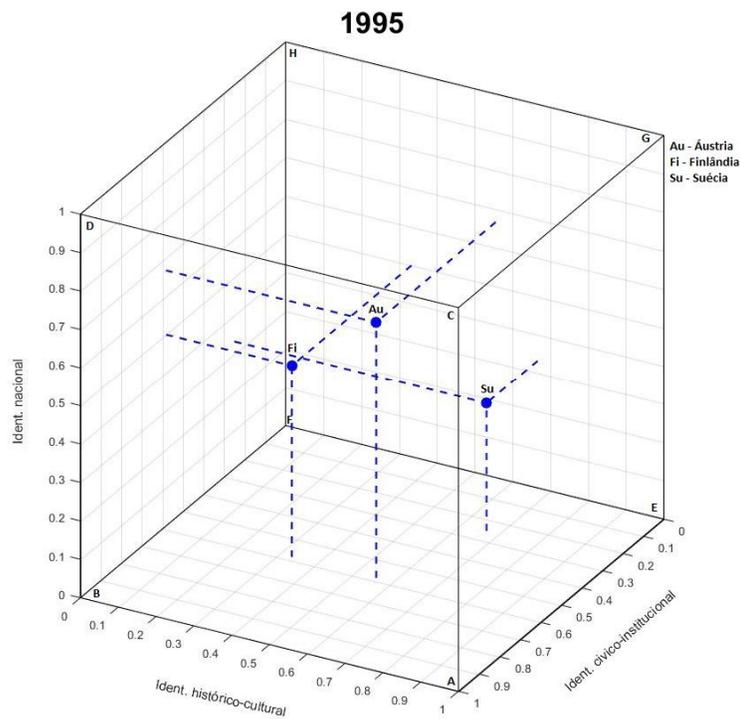


Figura 39 – Posicionamento no ano de 2015 dos países que entraram na União Europeia em 2004

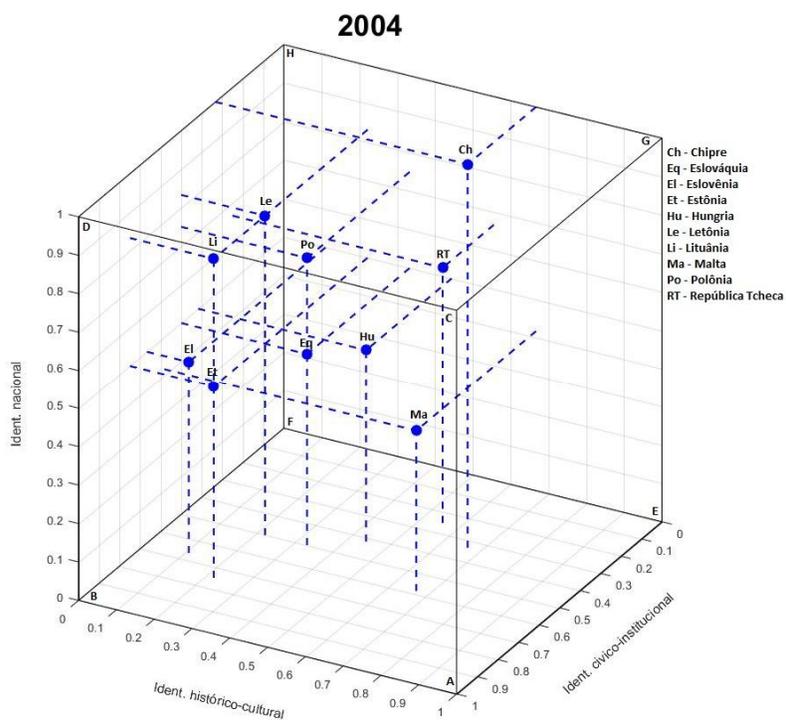


Figura 40 – Posicionamento no ano de 2015 dos países que entraram na União Europeia em 2007

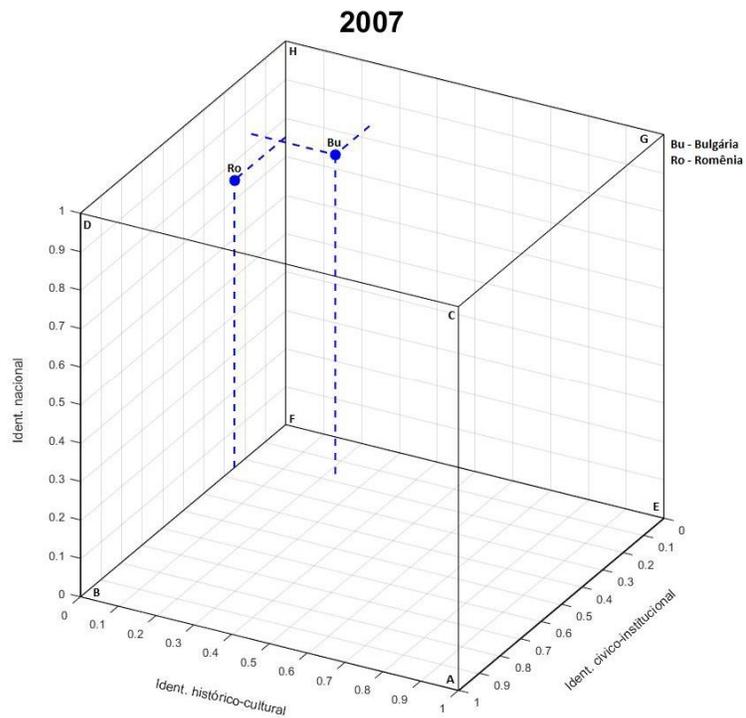
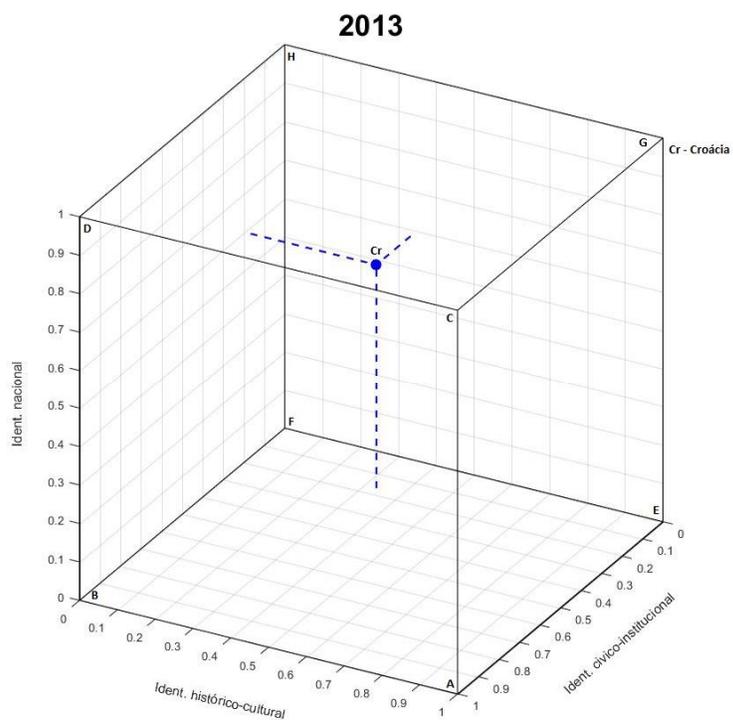


Figura 41 – Posicionamento no ano de 2015 dos países que entraram na União Europeia em 2013



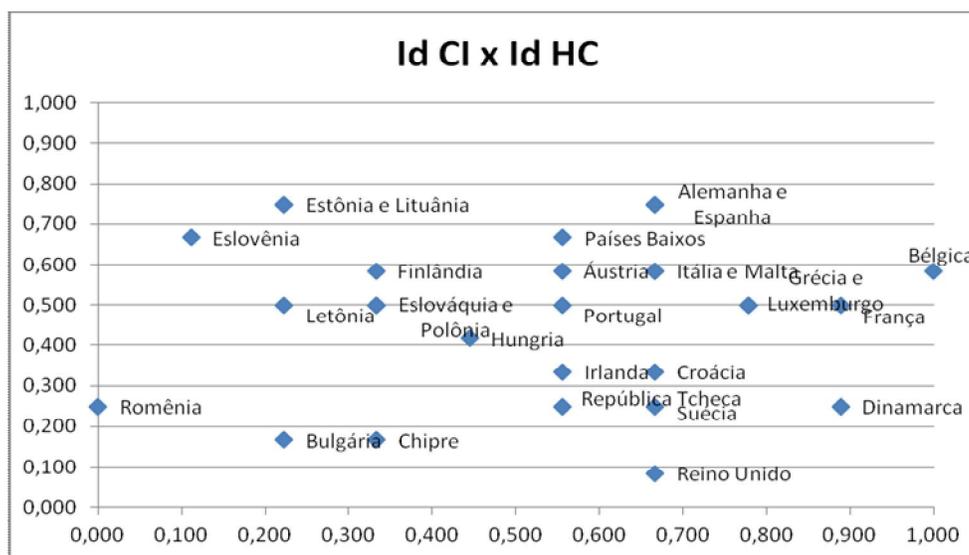
3.4 Análises bidimensionais

Nesta seção, apresentam-se gráficos bidimensionais referentes às três variáveis utilizadas nessa pesquisa, as dimensões cívico-institucional, histórico-cultural e nacional, de modo a comprovar que não existe multicolinearidade entre elas. A colinearidade é a propriedade que indica que, em um conjunto de três ou mais pontos, eles estão posicionados de tal forma que é possível traçar uma reta que contenha todos eles. Em outras palavras, a colinearidade significa que quanto mais uma variável aumenta, a outra também aumenta na mesma proporção.

3.4.1 Identidade cívico-institucional x Identidade histórico-cultural

Ao comparar os valores obtidos nas dimensões cívico-institucional e histórico-cultural, observa-se que não há colinearidade entre estas duas variáveis, pois os países estão dispersos pelo gráfico de forma que não é possível traçar uma única reta entre eles. Alguns países, como Alemanha e Espanha, têm altos índices em ambas as dimensões; enquanto outros, a exemplo de Bulgária e Chipre, apresentaram valores baixos nas mesmas. Outros obtiveram resultados altos na dimensão cívico-institucional e baixos na histórico-cultural, como a Estônia e a Lituânia; ou o inverso, alta identidade histórico-cultural e baixa cívico-institucional, a exemplo do Reino Unido e da Dinamarca. É possível notar ainda uma concentração dos países que fazem parte do bloco há mais tempo do lado direito do gráfico e dos países que adentraram recentemente do lado esquerdo, em função do grau de identificação histórico-cultural.

Figura 42 – Identidade cívico-institucional x Identidade histórico cultural

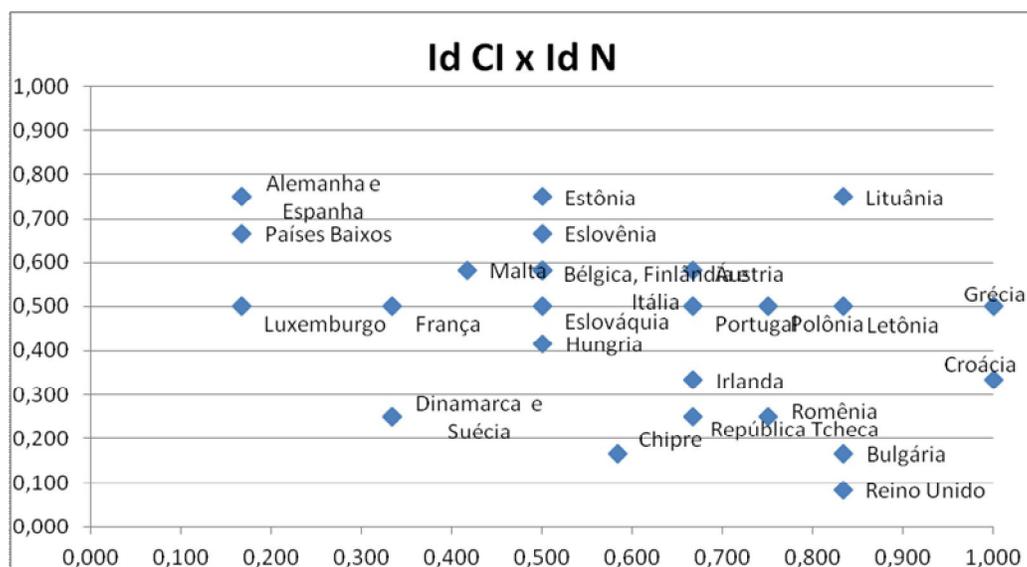


FONTE: elaboração da autora

3.4.2 Identidade cívico- institucional x Identidade nacional

No que tange às dimensões cívico-institucional e nacional, conclui-se que também não há colinearidade, uma vez que os países estão dispostos pelo gráfico sem formar uma reta; no entanto, observa-se que, em geral, há uma tendência de que os países que apresentam identidade nacional mais acentuada sejam mais reticentes no aprofundamento institucional do bloco. Há exceções, como Dinamarca e Suécia, que apresentam baixa identidade em ambas as dimensões, ou, ainda, a Lituânia, que obteve valores elevados tanto na cívico-institucional quanto na nacional. De acordo com o exposto nesta dissertação, a consolidação cívico-institucional aliada ao baixo grau de nacionalismo favoreceria a emergência de uma identidade pós-nacional, como ocorre nos casos da Alemanha, da Espanha e dos Países Baixos.

Figura 43 – Identidade cívico-institucional x Identidade nacional



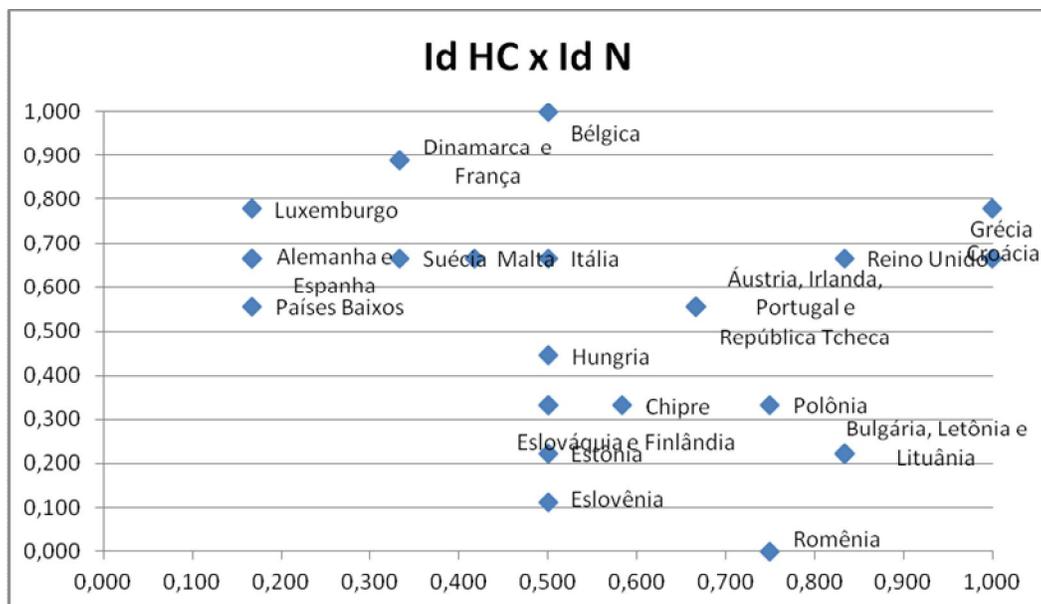
FONTE: elaboração da autora

3.4.3 Identidade histórico-cultural x Identidade nacional

Em relação às dimensões histórico-cultural e nacional, tampouco há colinearidade. Alguns países apresentam identidade histórico-cultural alta e nacional baixa, como é o caso de Luxemburgo, Alemanha e Espanha; outros, ao contrário, têm baixa identificação histórico-cultural e alto nacionalismo, a exemplo Bulgária, Letônia e Lituânia. Grécia e Croácia obtiveram valores altos tanto na dimensão histórico-cultural quanto na nacional; no entanto, nenhum país apresentou valores baixos em ambas as dimensões. Este é um fator interessante, pois significa que, em alguma medida, os países com baixa identidade nacional tendem a identificar-se mais com a região ou com

a própria Europa e o fazem mediante um passado compartilhado, o que favorece a consolidação do sentimento de europeidade.

Figura 44 – Identidade histórico-cultural x Identidade nacional



FONTE: elaboração da autora

CAPÍTULO 4 – O EURO COMO SÍMBOLO IDENTITÁRIO

Este capítulo atende ao objetivo de realizar um estudo comparativo sobre a mudança na percepção da identidade europeia a partir de uma maior institucionalização dos países-membros, por exemplo, com a adoção do Euro. Primeiramente, reforça-se a importância dos símbolos na formação da identidade europeia e apresenta-se um breve histórico sobre a União Econômica e Monetária e sobre os efeitos da entrada em circulação da moeda única em 2002. Em seguida, expõe-se uma análise, inicialmente, geral, comparando a diferença de percepção da identidade europeia nos países-membros e não membros da Zona Euro, e, posteriormente, específica, mediante a comparação diacrônica dos três países bálticos antes e depois da adoção do Euro.

4.1 A importância dos símbolos na construção identitária

A palavra símbolo, com origem no grego *symbolon*, designa um elemento representativo de uma realidade concreta em lugar de algo abstrato (realidade invisível). Os símbolos são essenciais nos processos de interação humana e podem carregar significados profundos. Segundo Bruter (2005), a palavra símbolo descreve um elemento físico usado, por exemplo, para representar uma coletividade política ou social; e, neste caso, os símbolos podem ser emblemas, bandeiras, hinos, alegorias ou qualquer outro elemento que possa ser utilizado para dar um significado físico para as ideias de nação, de Estado e de outras coletividades humanas.

Nesse sentido, os símbolos são usados, de fato, para personificar uma entidade política ou social e criar uma imagem física que tenciona tornar-se uma representação dessa realidade invisível no subconsciente das pessoas. É interessante associar os símbolos com os componentes cívico e cultural das identidades políticas. No caso da União Europeia, por exemplo, enquanto as eleições para o Parlamento Europeu, a moeda única e o passaporte europeu simbolizam a dimensão cívico-institucional do bloco ao representarem o poder da autoridade institucional europeia no sentido estatal; o hino e o *design* das notas de Euro estão mais relacionados aos aspectos histórico-culturais da integração, pois se referem à existência de uma herança compartilhada nos termos similares aos de uma nação. Outros símbolos, como a bandeira e o Dia da Europa, são mais difíceis de categorizar, uma vez que podem ser percebidos de diferentes formas, tanto como cívicos quanto culturais (BRUTER, 2005).

Outra possível distinção que pode ser feita é aquela entre os símbolos de comunidade, os quais se relacionam à ideia de cooperação entre os Estados membros, e

os de unidade, que expressam a existência de um único poder supranacional e supraestatal. Com base nesta categorização, pode-se inferir que apenas as eleições para o Parlamento Europeu, as quais respeitam os distritos eleitorais e os sistemas de votação nacionais, e o *design* das moedas de Euro, que têm uma das faces nacional e outra europeia, devem ser enquadrados como símbolos de comunidade (BRUTER, 2005)⁵⁰. Sendo assim, os demais símbolos europeus devem ser interpretados como de unidade, uma vez que pretendem transmitir a imagem de uma organização supranacional.

Vale ressaltar que os símbolos não são neutros e que são elaborados de modo a fornecer uma imagem particular da Europa pensada por seus idealizadores. Os valores primordiais que os símbolos europeus procuram transmitir são paz, amizade e harmonia. A paz é o principal valor na construção do projeto de “Europa Unida” e sempre é mencionada em todos os tratados do processo de integração europeia. Em relação aos outros dois valores dos símbolos europeus, por um lado, o ideal de amizade implica o reconhecimento do predomínio da diversidade e a necessidade de acomodá-la mediante relações pacíficas; por outro lado, a harmonia transcende a diversidade, para reivindicar a superioridade da unidade frente à pré-existente coletividade humana (BRUTER, 2005). Segundo Cornelius Castoriadis:

Every society up to now has attempted to give an answer to few fundamental questions: Who are we collectively? What are we for one another? Where and in what are we? What do we want; what do we desire; what are we lacking? (...) The role of imaginary significations is to provide an answer to these questions that, obviously, neither ‘reality’ nor ‘rationality’ can provide. (CASTORIADIS, 1975 apud BRUTER, 2005, pg.77).

A União Europeia, ao escolher as referências para suas construções simbólicas, recorre à história da humanidade e aos períodos da Idade Antiga, da Idade Média, do Humanismo e da Renascença, em detrimento de períodos mais atuais. Essas referências podem ser observadas, por exemplo, no *design* das notas de Euro ou, ainda, na personificação dos nomes dados aos programas formulados pelas comunidades europeias dos anos 1970 em diante. Alguns exemplos são: SOCRATES, programa geral de educação europeia; EUREKA, programa para cooperação científica; TEMPUS, programa de intercâmbios educacionais com os países da Europa Central e do Leste; LINGUA, programa para o aprendizado de idiomas; e ERASMUS

⁵⁰ De acordo com Bruter (2005), ao contrário do que muitos imaginam, a bandeira europeia não é um símbolo de comunidade. O número de estrelas na bandeira não simboliza o número de Estados membros. A bandeira europeia foi adotada pelo Conselho da Europa quando este já tinha mais de doze Estados membros e pelas Comunidades Europeias quando estas tinham apenas nove integrantes. As doze estrelas representam um símbolo de perfeição, harmonia e totalidade.

(*European Region Action Scheme for the Mobility of University Students*), programa de cooperação e intercâmbio entre as universidades.

Além das referências ao passado, a União Europeia utiliza também o recurso de referências abstratas. É o caso da moeda única, o Euro, nome que não apresenta nenhum vínculo com o passado ou com qualquer dos países membros de modo a simbolizar a unidade da União Econômica e Monetária. Ademais, o *design* das notas de Euro contempla monumentos imaginários e não existentes no patrimônio material da União Europeia. O mesmo se aplica à bandeira europeia, a qual, diferentemente do que ocorre nos Estados-nações, não está relacionada a nenhum aspecto histórico ou a bandeiras existentes.

Em síntese, esse difícil equilíbrio entre uma herança compartilhada e um olhar para o futuro pode ser representado pela declaração do Conselho do Instituto Monetário Europeu, ainda em 1996, sobre o *design* das cédulas de Euro: “*Le graphisme des Euros symbolise la naissance de la nouvelle Europe unifiée, depositaire d’un heritage culturel commun ainsi que la vision d’un avenir commun pour le siècle prochain*”⁵¹ (apud BRUTER, 2005, pg. 90). Além disso, a maior parte dos símbolos europeus faz referência aos ideais ocidentais de tolerância, de direitos humanos e de democracia, e a União Europeia, por meio destes, pretende instaurar uma nova forma de poder político de legitimidade pós-nacional.

Os símbolos também são importantes para a afirmação da identidade. A União Europeia, à semelhança de qualquer outro ente político, precisa de símbolos para afirmar a sua identidade e para provar que esta pode ser compatível com as identidades nacionais, regionais e locais, de maneira a atingir o seu projeto de legitimidade democrática (BRUTER, 2005). Ademais, as instituições europeias ainda devem lutar contra a imagem de que são organizações burocráticas afastadas da população e inserir-se no dia a dia dos cidadãos europeus.

Nesse sentido, a existência de símbolos que reificam a presença da União Europeia no imaginário e no cotidiano dos europeus contribui para reforçar o sentimento de comunidade e de identidade europeia. A moeda única, o Euro, é um dos grandes exemplos. De acordo com Michael Bruter (2005), a exposição aos símbolos da integração europeia aumenta o nível de identificação com União Europeia, seja nos seus

⁵¹ O *design* das notas de Euro simboliza o nascimento de uma nova Europa unida, depositária de uma herança cultural comum assim como de uma visão de um futuro comum para o próximo século (Tradução nossa).

aspectos gerais, cívicos e/ou culturais. Em outras palavras, os símbolos europeus tendem a reforçar a identidade europeia.

Conforme observado nos capítulos anteriores, a construção de uma identidade compartilhada é fundamental como elemento legitimador do aprofundamento das relações europeias, ao mesmo tempo em que é elaborada e reforçada paulatinamente pelos próprios avanços da integração. Desta forma, a implementação de uma moeda comum, o Euro, não foi apenas uma decisão econômica, mas foi, sobretudo, um compromisso político dos Estados membros de trabalharem conjuntamente para a promoção de uma integração mais profunda. As políticas adotadas pelos governos nacionais para atingirem os critérios de convergência⁵² da União Econômica e Monetária evidenciam o esforço no estabelecimento desse acordo supranacional.

É interessante observar que a vontade política de ceder competências ao bloco ou de partilhá-las com ele está intrinsecamente relacionada à existência de alguma identificação que os indivíduos, singular e coletivamente, tenham em relação à União Europeia. Isso poderia explicar, por exemplo, a aversão britânica à adoção de uma moeda comum, o entusiasmo italiano nos primeiros anos do Euro e a preocupação germânica com a criação de uma moeda tão forte quanto o marco alemão, conforme será detalhado neste capítulo.

Considerando que a construção da identidade europeia é permeada pelos matizes nacionais e influenciada pelas percepções particulares de “*self*” e de “*other*”, o significado de “ser europeu” varia de país a país, e a solidez dessa identidade coletiva está fundada também nas crenças quanto à eficiência do bloco em promover os próprios interesses nacionais dos envolvidos, por meio da consolidação dos processos institucionais da comunidade europeia. Sendo assim, e ao longo dos últimos anos, o Euro contribuiu para a consolidação das percepções sobre a identidade europeia e, hoje, é um dos símbolos mais tangíveis da presença da União Europeia no dia a dia da população; no entanto, a crise financeira mundial, que atingiu a economia do bloco, deteriorou, em certa medida, a confiança de alguns dos países-membros na política monetária comum, visto que esta limita a capacidade de reação individual de cada Estado em momentos de instabilidade econômica.

De acordo com pesquisa do *Eurobarometer* em 2015, a cultura (27%) e a economia (22%) foram apontadas como os principais fatores que contribuem para a

⁵² Os critérios de convergência estão expostos no n.º 1 do artigo 121.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia (TCE). São quatro critérios: estabilidade dos preços, sustentabilidade das finanças públicas, flutuações das taxas de câmbio dentro do previsto no Sistema Monetário Europeu e níveis das taxas de juros a longo prazo.

criação de um sentimento de comunidade entre os cidadãos europeus (EUROPEAN COMMISSION, 2015d, p.28). Segundo Michael Brutter (2005), os efeitos da união monetária como um símbolo de legitimidade cívica da União Europeia são surpreendentes. Em 2002, quando as moedas e as notas de Euro entraram em circulação, o presidente da Comissão Europeia declarou que:

To millions of European citizens, the Euro notes and coins in their pockets are a concrete sign of the great political undertaking of building a united Europe... So the Euro is becoming a key element in people's sense of shared European identity and common destiny. (PRODI, 2002 apud HYMANS, 2006).

Uma grande proporção dos cidadãos europeus entende e acredita que o Euro está vinculado com o reforço do poder de unidade das instituições europeias e dá suporte a esse novo processo de aprofundamento institucional. Por este motivo, o estudo do Euro e da política monetária única é pertinente quando se trata da temática da construção da identidade europeia.

4.2 Histórico do processo de integração econômico-monetário da União Europeia

A introdução de uma moeda comum é, indubitavelmente, um dos mais significativos movimentos rumo à integração europeia (RISSE, 1999, pg. 148). A utilização de uma determinada unidade monetária não se restringe apenas a fatores econômicos e financeiros, mas faz parte também de um processo maior de construção identitária, uma vez que é um símbolo que afeta diariamente o cotidiano das pessoas. Segundo Jacques Rueff (1949)⁵³: “*L’Europe se fera par la monnaie ou ne se fera pas*”⁵⁴. A adoção do Euro representou um enorme avanço em direção a uma Europa mais unificada e comunitária, porque exige um rigoroso compromisso dos Estados membros em relação a uma política monetária única conduzida pelo Banco Central Europeu. Segundo Barry Eichengreen, a criação do Euro representa o culminar de um processo europeu de séculos:

George of Podebrad, the fifteenth-century king of Bohemia, suggested a European federation with a single currency to finance a European army to fight the Turks. Napoleon argued for a single currency issued under French auspices to promote the integration of the continent (...) European currencies had been effectively interchangeable under the gold standard that prevailed until 1914 (...) World War II, as the pivotal event in Europe's twentieth-

⁵³ Disponível em: <http://financedemarche.fr/citations/leurope-se-fera-par-la-monnaie-ou-ne-se-fera-pas>. Acesso em 11/04/2016.

⁵⁴ A Europa se fará pela moeda ou não se fará (Tradução nossa).

century history, had profound implications for the process.
(EICHENGREEN, 2011, p. 69-70)

Apesar de o processo rumo à integração econômica e monetária ser centenário, ele nunca foi unanimidade e não esteve isento de oposição. De acordo com *Gallup Europe*, 57% dos alemães expressaram, em 2002, alguma insatisfação em relação ao Euro, e esse descontentamento estava relacionado, principalmente, à propensão de gastar mais ou menos desde a adesão à nova moeda. Aproximadamente 52% da população alemã afirmaram que estavam com menor poder aquisitivo desde a introdução do Euro (RISSE, 2002). Os mais reticentes reforçavam o argumento sobre a fragilidade desta nova unidade monetária compartilhada.

A introdução do Euro ocorreu em um processo decorrente do aprofundamento do mercado comum. Com o intuito de melhorar a eficácia deste, a adoção de uma moeda única trazia benefícios tanto para os consumidores quanto para os empresários, ao eliminar os custos das operações de câmbio, ao aumentar a transparência dos preços, ao facilitar o comércio internacional e ao conferir um peso maior à União Europeia no cenário internacional. Conforme indicadores de 2013, a Zona Euro correspondia a 13,1% do PIB mundial contra 19,3% dos Estados Unidos, 18,7% da União Europeia e 15,4% da China.

Tabela 5 – Comparação entre UE, EUA, Japão e China

Key Indicators (2013)	Euro area (19)	EU (28)	US	Japan	China
Population (millions)	338.6	508.4	316.5	127.3	1360.7
GDP (in € trillions calculated at purchasing power parity)	8.1	11.4	11.8	3.3	9.4
Share of world GDP (% at PPP)	13.1	18.7	19.3	5.4	15.4
Exports (goods as % of GDP)	13.6(*)	13.3(*)	9.4	14.8	23.4
Imports (goods as % of GDP)	13.1(*)	12.9(*)	13.9	17	20.6

(*) Excluding intra-EU trade.
Source: European Commission AMECO, IMF WEO and IMF DOTS.

FONTE: EUROPEAN COMMISSION, 2015a, pg. 16

Ademais, atualmente, 25% das reservas mundiais estão guardadas em Euro (EUROPEAN COMMISSION, 2015a, p. 16). Estes dados evidenciam a força da União Econômica e Monetária, bem como o poder de atração do Euro como reserva de valor e justificam a pertinência do estudo da moeda comum como uma das principais variáveis no processo de integração europeu.

Em relação aos benefícios da Zona Euro, os grandes empresários têm sido entusiastas da moeda comum, a qual possibilita um ambiente mais favorável aos

negócios europeus, e, tradicionalmente, apoiaram sua adoção. As taxas de juros estáveis, por exemplo, definidas pela União Econômica e Monetária, auxiliam as empresas a investirem mais; e a estabilidade dos preços propicia um ambiente mais seguro para planos de longo prazo. Ademais, a existência de uma moeda comum acaba com a competição entre políticas monetárias nacionais e elimina os custos de transação com as trocas de câmbio, reduzindo os riscos e permitindo uma maior circulação de investimentos (EUROPEAN COMMISSION, 2014a).

Before the euro, these exchange costs were estimated at €20 to 25 billion per year in the EU (as much as 0.3% to 0.4% of GDP) – much of it incurred as companies transferred goods, people and capital around Europe. With the euro, these costs have disappeared in the euro area, and this money is now available for more productive investment.⁵⁵

No que diz respeito às desvantagens, as correntes antieuro argumentam que a união monetária não é sustentável no longo prazo principalmente em função das diferenças estruturais entre os países-membros da Zona Euro. Ao fazer parte de uma União Econômica e Monetária, os países não podem, individualmente, em momentos de recessão, desvalorizar suas moedas para aumentar as exportações e estimular a economia nacional. Nestes casos, a crise em alguns países pode afetar toda a união monetária, a exemplo do que vem ocorrendo na Eurozona recentemente.

Nesse sentido, o principal argumento dos eurocéticos é de que a integração europeia enfraquece o Estado nacional, e, nos últimos anos, a crise na Zona Euro aumentou a insatisfação pública em relação ao futuro da moeda comum e ao projeto de integração europeia. É importante considerar que os eurocéticos não se encontram apenas na extrema direita do espectro político, mas também nos partidos radicais de esquerda e entre alguns moderados. De maneira geral, os eurocéticos podem ser divididos entre: *moderate euroceptics*, os quais rejeitam alguns aspectos da integração europeia sob o argumento de que os tratados supranacionais conflitam com os interesses nacionais; e *hard euroceptics*, que, por sua vez, são contrários ao projeto de integração europeu e à participação de seus países na União Europeia (DEUTSCHE BANK, 2014). A tabela abaixo ilustra a posição dos principais partidos eurocéticos da União Europeia:

⁵⁵ Disponível em : http://ec.europa.eu/economy_finance/euro/why/business/index_en.htm. Acesso em 13/04/2016.

Tabela 6 – Posicionamento dos principais partidos eurocéticos

		Alignment	
		Left	Right
Degree of intensity	Moderate	The Left (DE)* Left Front (FR)* Five Star Movement (IT) Socialist Party (NL)* Your Movement (formerly Palikot Movement) (PL)	Alliance for the Future of Austria (AT)* Freedom Party of Austria (AT)* Team Stronach for Austria (AT) Flemish Interest (BE)* Party of Free Citizens (CZ) Alternative for Germany (DE) Danish People's Party (DK)* The (True) Finns (FI)* National Front (FR)* United Kingdom Independence Party (GB)* Northern League (IT)* Forza Italy (IT)* Party for Freedom (NL)* Law and Justice (PL)* Sweden Democrats (SE)
	Hard	Communist Party of Bohemia and Moravia (CZ)* United Social Front (GR)*	Czech Dawn (CZ) British National Party (GB)* Golden Dawn (GR) Jobbik, Movement for a Better Hungary (HU)* Hungarian Dawn (HU)* Greater Romania Party (RO)* Slovak National Party (SK)*

*Party is currently represented in the EP.

FONTE: DEUTSCHE BANK, 2014, pg.7

Dentro do Parlamento Europeu destacam-se dois grupos, o *European Conservative and Reformists* (ECR) e o *Europe of Freedom and Democracy* (EFD), que cresceram nas últimas eleições, em 2014, e que procuram reunir os partidos eurocéticos; todavia, encontram dificuldade na formação de uma bancada mais forte devido às diferenças partidárias. A crise do Euro aumentou o apoio aos eurocéticos e reforçou a dinâmica intergovernamental, ao invés de supranacional, da integração europeia.

Ainda assim, e apesar da atual crise europeia, uma vez que foi iniciado o processo de integração econômico-monetária, é razoavelmente improvável que se regrida ao estágio anterior. Para que a integração se efetivasse, foram criadas diversas instituições, regras e mecanismos de convergência e regulação, e, em certa medida, a inércia institucional torna muito mais difícil voltar atrás do que estagnar ou aprofundar o processo.

A União Europeia é o exemplo mais avançado no que se refere à integração econômica, segundo a classificação clássica desses processos de integração pelo

economista húngaro Béla Balassa. Essa classificação pode ser dividida, basicamente, em seis etapas, de acordo com a diminuição das barreiras comerciais entre os participantes, a saber: 1) sistema de preferências aduaneiras, com a redução de algumas barreiras tarifárias; 2) área de livre comércio, com a eliminação das tarifas alfandegárias entre os países-membros; 3) união aduaneira, com o estabelecimento de uma tarifa externa comum; 4) mercado comum, com a livre circulação de bens, capital, trabalho e serviços; 5) união econômica e monetária, com a introdução de uma moeda única e uma política monetária comum; 6) integração econômica total, com políticas econômicas e fiscais harmonizadas (EUROPEAN COMMISSION, 2015a, p.1).

Atualmente, a União Europeia é o exemplo mais avançado no que se refere à integração econômica e encontra-se entre os estágios quatro e cinco, visto que nem todos os países do bloco fazem parte da Zona Euro. O estabelecimento da atual União Econômica e Monetária derivou do desejo de uma integração econômica europeia mais profunda, que surge no final dos anos 1960. O processo de formação da UEM pode, então, ser compreendido em quatro fases: 1) do Tratado de Roma ao Relatório Werner (1957-1970); 2) do Relatório Werner ao Sistema Monetário Europeu (1970-1979); 3) do Sistema Monetário Europeu ao Tratado de Maastricht (1979-1991); 4) do Tratado de Maastricht ao Euro (1991-1999), quando parte dos países da União Europeia finalmente atingiu o quinto estágio da classificação de Balassa. (EUROPEAN COMMISSION, 2015a, p. 2).

Logo após a assinatura do Tratado de Roma, os países europeus confiavam na estabilidade do ouro e do dólar como padrões monetários dominantes, entretanto as instabilidades do final da década de 1960 no sistema de Bretton Woods contribuíram para que as comunidades europeias estabelecessem, em 1969, o objetivo de construir uma União Econômica e Monetária, de modo a assegurar um ambiente favorável ao crescimento da região. De modo geral, a insegurança em relação ao dólar instigou os europeus a buscarem uma moeda única capaz de rivalizar com a moeda norte-americana na economia global. De acordo com Barry Eichengreen (2011, pg. 70), “(...) *it is equally unlikely that the transition to the euro would have occurred as it did absent the problems created by the dollar*”.

Nesse sentido, a criação de uma moeda comum não foi apenas uma simples sequência do aprofundamento da integração regional, mas, sim, uma escolha racional guiada por interesses primordialmente econômicos. O grupo liderado pelo primeiro-ministro de Luxemburgo, Pierre Werner, elaborou um relatório sobre como alcançar a UEM até 1980. O relatório Werner estabelecia um processo de três estágios para atingir

a UEM no período de dez anos, com a possibilidade de criação de uma moeda única. Para atingir este objetivo, seriam necessárias uma maior aproximação e a coordenação das políticas econômicas entre os países do bloco.

A partir de 1971, os Estados membros concordaram em iniciar o primeiro estágio do relatório Werner, que consistia no estreitamento das flutuações cambiais; no entanto, as instabilidades dos mercados internacionais, em especial o enfraquecimento da moeda americana após o fim do padrão dólar-ouro e as crises do petróleo, dificultaram a aproximação das moedas dos países das comunidades europeias. Em 1979, foi lançado o Sistema Monetário Europeu, que atrelava as moedas dos países-membros por meio da Unidade de Conta Europeia (*European Currency Unit - ECU*)⁵⁶, de maneira a administrar as flutuações cambiais, em substituição ao modelo anterior, conhecido como “serpente no túnel” (*“snake in the tunnel”*)⁵⁷, que controlava as flutuações cambiais europeias com base no dólar.

O Sistema Monetário Europeu, por intermédio do Mecanismo de Taxas de Câmbio (*Exchange Rate Mechanism – ERM*), funcionou com sucesso por mais de uma década, coordenando as políticas monetárias entre os Estados membros, e deu novo estímulo às negociações sobre a formação de uma União Econômica e Monetária. O Relatório Delors, resultado do grupo de trabalho liderado pelo então presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, indicava que a UEM poderia ser alcançada em três etapas. A primeira etapa compreendia o período entre 1990 e 1994 e tinha por objetivo fortalecer o mercado interno, remover as restrições para uma maior integração financeira e coordenar as políticas econômicas dos países-membros. Em 1992, foi assinado o Tratado de Maastricht, o qual determinava os critérios de convergência para que a UEM fosse alcançada até o final da década. Esses critérios estabeleciam um padrão mínimo de estabilidade econômica e sustentabilidade das finanças públicas para que os países estivessem aptos a adotar uma moeda única. A segunda etapa da União Econômica e Monetária iniciou-se em 1994 e durou até 1999. Durante esse período, os países-membros avançaram na convergência das políticas econômicas e no cumprimento dos critérios de Maastricht, de modo a darem sequência à transição para uma moeda única. Por fim, a terceira etapa teve início a partir de 1999, com a introdução do Euro, e segue em curso com as novas adesões à Eurozona. (EUROPEAN COMMISSION, 2015a, p.4-7).

⁵⁶ Uma cesta formada pela média ponderada das moedas partes do Sistema Monetário Europeu.

⁵⁷ O modelo de “serpente no túnel” era um mecanismo que impunha limites de flutuação das moedas (serpentes) em relação ao dólar (túnel).

Durante a Guerra Fria, a França sempre foi reticente a respeito da dependência europeia em relação aos Estados Unidos; no entanto, muitos países europeus dependiam financeiramente do dólar para sua reconstrução e crescimento. Com o fim da Guerra Fria e o colapso da ameaça soviética, a Europa ganhou forças para rivalizar com os Estados Unidos no cenário internacional e a consolidação de uma moeda única está, em alguma medida, vinculada a esse processo europeu de busca por autonomia. Nesta nova conjuntura mundial e com a diversificação do sistema monetário internacional, no qual coexistem diferentes moedas de aceitação global, o Euro, ainda que também passe por crises, pode representar uma alternativa sólida ao dólar no plano internacional e simboliza a consolidação de uma identidade europeia compartilhada.

O processo de adoção de uma moeda comum ocorreu em duas fases distintas. Primeiramente, em 1º de janeiro de 1999, o Euro tornou-se a moeda oficial de onze Estados membros e passou a ser utilizado para fins contábeis e virtualmente nas operações que não exigiam meios de pagamento físicos, enquanto as moedas nacionais ainda circulavam. Posteriormente, em 1º de janeiro de 2002, as moedas e as notas de Euro foram introduzidas em substituição às nacionais. É interessante observar que as moedas de Euro procuram refletir o lema da União Europeia, “Unidos na diversidade”, uma vez que as mesmas apresentam uma face com um desenho comum simbolizando o bloco e outra com um *design* específico de cada país da Zona Euro. Esse detalhe comprova o esforço em construir uma identidade europeia sem priorizá-la em detrimento da nacional e demonstra que ambas podem e devem coexistir harmonicamente.

Ademais, segundo Hymans (2006), a iconografia, isto é, os valores, temas e conceitos representados artisticamente por meio de imagens, das cédulas de Euro também é relevante para a construção da identidade europeia. As notas de Euro trazem imagens de tipos ideais, e não de monumentos existentes, de diferentes épocas cronológicas da história arquitetônica europeia⁵⁸: €5 - clássico; €10 - romântico; €20 - gótico; €50 - renascentista; €100 - barroco e rococó; €200 - arquitetura em ferro e vidro do século XIX; €500 - arquitetura moderna do século XX. De um lado da cédula, aparecem essas representações de tipos ideais de janelas, de arcadas e de portais, que, de acordo com o Banco Central Europeu, simbolizam o espírito europeu de abertura e de cooperação. Do outro lado da nota, encontram-se representações de tipos ideais de pontes, de aquedutos e de viadutos, que remetem à ideia de comunicação da Europa

⁵⁸ Os desenhos das cédulas de Euro são subordinados ao tema “épocas e estilos na Europa”. O *design* foi escolhido a partir de um concurso realizado pelo Conselho do Instituto Monetário Europeu.

com o restante do mundo (HYMANS, 2006). Além disso, as cédulas ainda trazem um mapa da Europa Central e Ocidental com vagas fronteiras a leste, o que pressupõe a possibilidade de novos alargamentos, mas também com claras fronteiras ao sul.

De maneira a atualizar a iconografia da moeda comum e ampliar os elementos de segurança, ao final de 2012, o Banco Central Europeu anunciou o lançamento uma nova série de cédulas de Euro (série “Europa”)⁵⁹, a começar pela nota de €5, com três novos elementos de segurança. O *design* dessas novas notas leva em consideração os países que aderiram à União Europeia em 2004 e em 2007. Por este motivo, inclui: 1) a designação da moeda Euro em caracteres do alfabeto latino (EURO) e grego (ΕΥΡΩ), bem como do cirílico (ЕВРО), dada a entrada da Bulgária no bloco; 2) um mapa revisto da Europa, englobando Chipre e Malta; e 3) a sigla do Banco Central Europeu em nove variantes linguísticas. As novas cédulas de €5 entraram em circulação em 2 de maio de 2013; as de €10, em 23 de setembro de 2014; as de €20, em 25 de setembro de 2015; e as demais serão introduzidas gradualmente ao longo dos anos em ordem ascendente⁶⁰. A presença de imagens ideais de diferentes períodos arquitetônicos europeus, juntamente com elementos pátrios dos países-membros, ressalta, mais uma vez, a preocupação em abarcar as referências das identidades nacionais dentro do processo de construção da identidade europeia.

Atualmente 19 dos 28 países da União Europeia fazem parte da Zona Euro. Alguns países que adentraram o bloco nos alargamentos ocorridos após 1999, como Eslovênia, Chipre, Malta, Eslováquia, Estônia, Letônia e Lituânia, já utilizam a moeda comum, enquanto outros estão em processo de adesão, pois ainda não cumprem todos os critérios de convergência.

4.3 A euforia do Euro em 2002

Em artigo publicado em 2002, para ser apresentado na Conferência “O ano do Euro”, realizada entre os dias 6 e 8 de dezembro, na Universidade de Notre Dame, Thomas Risse (2002, p.1) propôs-se a demonstrar a relação entre as identidades políticas europeias e o processo de adesão ou não à moeda única. O autor utilizou dados de pesquisas de opinião realizadas pelo *Eurobarometer* meses após a introdução das notas e das moedas de Euro em alguns países da União Europeia e concentrou sua análise em três casos: o italiano, o alemão e o britânico. Para Risse, o Euro, embora

⁵⁹ O retrato da deusa grega Europa foi incorporado em alguns dos elementos de segurança da segunda série de cédulas de Euro. Desta forma, as novas notas ficaram conhecidas como “série Europa”.

⁶⁰ Fonte: <http://www.novas-notas-de-euro.eu/>. Acesso em: 11/02/2016

ainda muito recente em 2002, já teria deixado uma marca na construção da identidade europeia, devido ao sentimento de “grupalidade” (conceito sócio-psicológico de *entitativity*) que este proporciona aos países-membros da União Econômica e Monetária e de reificação de uma comunidade política imaginada, a Zona Euro e, por associação, a União Europeia, no cotidiano dos cidadãos.

De acordo com pesquisa do *Eurobarometer* que indagava, em 2002, o significado da União Europeia, 50% da população do bloco indicaram a facilidade de viagens, 49% citaram o Euro e apenas 32% mencionaram a paz entre os países (EUROPEAN COMMISSION, 2002, p.53). Estes dados evidenciam como, em pouco tempo, o Euro se tornou um dos mais importantes símbolos da integração europeia na percepção dos cidadãos. Em contrapartida, esta mesma pesquisa apontava uma grande discrepância entre os países-membros e não membros da Eurozona em relação à introdução da moeda única. Enquanto, 75% da União Econômica e Monetária apoiavam o Euro, e 53% acreditavam que a nova moeda seria boa para a União Europeia, 47% da população dos países não membros da Eurozona enxergavam o Euro como algo ruim e 50% eram contra a adesão à moeda (EUROPEAN COMMISSION, 2002, p. 75-79).

A Itália era o país mais entusiasmado com a introdução da nova moeda, e 69% dos italianos afirmavam sentir-se mais europeus ao utilizarem o Euro (GALLUP EUROPE, 2002b, p. 46 apud RISSE, 2002, p.9). Essa euforia com a união monetária estava relacionada à construção identitária italiana, que vislumbrava, na integração europeia, uma oportunidade de escapar de seus problemas domésticos. Nesse sentido, a União Europeia, como um sinônimo de boa governança, opunha-se à política mal conduzida por Roma, e o projeto de União Econômica e Monetária propiciava as condições necessárias para realização das reformas nas finanças públicas nos anos 1990, de modo a habilitar o país para a adoção do Euro. É interessante notar que a campanha favorável à moeda única utilizava o slogan “*Entrare l’Europa*”, como se a Itália, um dos membros fundadores das comunidades europeias, precisasse fazer parte da união monetária para sentir-se verdadeiramente europeia (RISSE, 2002, p. 11). Para os italianos, o Euro significava um forte símbolo identitário europeu e evidenciava o profundo processo de integração do bloco.

A Alemanha apresentava um perfil mais cauteloso e pouco entusiasmado com a nova moeda, embora apoiasse sua introdução. O receio germânico residia nas incertezas em relação à força e à estabilidade do Euro quando comparados à sua moeda nacional, o marco alemão. Por estes motivos, a Alemanha foi o principal país a insistir para que os critérios de convergência estabelecidos no Tratado de Maastricht fossem

rigidamente cumpridos, de modo a evitar futuras instabilidades na união monetária. Ademais, as instituições da União Econômica e Monetária, em especial o Banco Central Europeu, que se localiza em Frankfurt, foram criadas à semelhança do padrão alemão. Apesar da apreensão da Alemanha quanto ao cumprimento dos critérios necessários para a substituição das moedas nacionais, o Euro era interpretado como parte de um projeto político maior, a integração europeia, e, por esta razão, contava com o apoio majoritário dos diferentes partidos.

Conforme já mencionado anteriormente, a reconstrução da identidade alemã no pós-Segunda Guerra Mundial incorporou a ideia de uma Europa unida e pacífica em oposição ao seu passado nacional-militarista. O chanceler alemão Helmut Kohl sistematizou esse pensamento na seguinte equação: “*support for the Euro = support for European integration = good Europeanness = good Germanness = overcoming the German militarist and nationalist past*” (RISSE, 2002, p. 13). Desta forma, o Euro simbolizava o ápice dessa integração europeia, na qual os Estados se comprometiam com uma política monetária única e substituíam suas moedas nacionais por unidades monetárias comuns.

Ao contrário de italianos e alemães, a construção identitária do Reino Unido não foi fortemente afetada pelo processo de integração europeia, o que explica o constante ceticismo britânico em relação ao Euro - 52% da população se opunham à moeda comum, em 2002 (EUROPEAN COMMISSION, 2002, p.76) - e a falta de identificação com a Europa como uma comunidade supranacional. Enquanto, na Itália e na Alemanha, a ideia de Europa está embutida nos entendimentos das identidades nacionais, no Reino Unido, observa-se um predomínio da identidade nacional - 62% identificavam-se apenas como nacionais (EUROPEAN COMMISSION, 2002, p.60) - em detrimento do sentimento de pertencimento à União Europeia. A construção da imagem nacional do Reino Unido dá-se em oposição ao continente e com base na reafirmação da singularidade e da superioridade britânica. Sendo assim, a atitude do país em relação ao Euro não é surpreendente, dado o histórico de distanciamento em seu relacionamento com a União Europeia e a primazia da libra esterlina no subconsciente de sua população.

Em síntese, Thomas Risse procurou evidenciar, em seu artigo de 2002, que o Euro constituiu um passo simbólico na criação de uma ordem política, econômica e social da União Europeia. Ademais, o autor demonstrou que o Euro afeta as identidades por meio do sentimento de pertencimento a uma comunidade imaginada, assim como as próprias identidades nacionais, a exemplo dos casos italiano, alemão e britânico,

delimitam as percepções em relação à adoção dessa moeda comum. Passada a euforia inicial da introdução do Euro, a próxima seção pretende analisar a percepção atual dos cidadãos da União Europeia sobre a moeda comum, após os efeitos dos alargamentos de 2004, 2007 e 2013 e da crise mundial de 2008.

4.4 O Euro e a identidade europeia

Entre o final de 2001 e o início de 2002, o número de cidadãos da Zona Euro que concordavam com a afirmação de que “ao utilizarem o Euro, ao invés das suas respectivas moedas nacionais, sentiam-se um pouco mais europeus” saltou de 51% para 64% (GALLUP EUROPE, 2002b apud RISSE, 2002, p.1). Na pesquisa de 2014 do *Eurobarometer*, apenas 24% dos entrevistados ainda concordavam com esta afirmação, embora 57% afirmassem que o Euro era bom para o seus países e 69% acreditassem que a moeda comum é boa para a União Europeia (EUROPEAN COMMISSION, 2014e, p. 7-15). Estes dados demonstram o entusiasmo da população nos primeiros anos de utilização da moeda comum e a posterior desilusão devido às crises e às dificuldades que a moeda comum vem enfrentando.

A crise da dívida soberana europeia teve sua origem na crise financeira mundial de 2008, mas foi consequência também de uma combinação de fatores que incluem a crescente globalização dos mercados financeiros, a facilidade de acesso ao crédito e a desregulamentação bancária. Com o intuito de resgatar os déficits de bancos e de investidores em dificuldade e de evitar o agravamento da crise, alguns países lançaram planos que envolviam grandes somas de fundos do próprio governo. Essa intervenção governamental resultou no aumento da dívida pública de diversos países da União Europeia, especialmente da Espanha, da Grécia, da Irlanda e de Portugal. Os altos níveis de endividamento dos governos tornaram impraticável o pagamento ou o refinanciamento das dívidas públicas sem o auxílio de terceiros, e esses países recorreram a operações de resgate e a empréstimos da União Europeia (COMISSÃO EUROPEIA, 2015, p.10). A estrutura da Zona Euro, que consiste em uma união monetária sem uma união fiscal, isto é, sem políticas fiscais comuns, como a arrecadação unificada de impostos, dificulta e limita a capacidade dos países europeus de encontrar respostas para a crise.

É significativo notar que, em 2014, apenas 16% dos gregos afirmaram sentirem-se mais europeus ao utilizarem o Euro, quando este é o país que sofre uma das mais graves crises econômico-financeiras na Europa (EUROPEAN COMMISSION, 2014e, p.14). A vitória do partido de esquerda Syriza nas eleições gregas de 2015

demonstrou a insatisfação da população com os pacotes de austeridade acordados com a Troika, uma comissão tripartida formada pela Comissão Europeia, pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Central Europeu. De acordo com pesquisa do *Eurobarometer*, para a Grécia, a cultura (35%), a geografia (32%) e a história (26%), mais do que a economia (23%), são as áreas que criam um sentimento de comunidade entre os cidadãos da União Europeia (EUROPEAN COMMISSION, 2015d, p.28).

Mesmo assim, pode-se inferir que, em certa medida, países que pertencem à Zona Euro tendem a identificar-se mais como europeus do que aqueles que não adotaram a moeda comum. Segundo o *Eurobarometer*, em 2015, 65% da população da Eurozona se identificam como europeu, de alguma forma, seja nas opções “nacional e europeu”, “europeu e nacional” ou “apenas europeu”, enquanto, para os países fora da união monetária, esse percentual cai para 49%. Ademais, nos países pertencentes à Zona Euro, a porcentagem daqueles que se identificam como “apenas nacional” é de 33%, enquanto a daqueles que se descrevem como “nacional e europeu” fica em 56%. Seguindo a lógica inversa, quase metade das pessoas (49%) que vivem em países que não adotaram o Euro se identifica como “apenas nacional” (EUROPEAN COMMISSION, 2015d, p. 22).

Esses dados apontam para a tendência de que a moeda comum funcione como um marco identitário europeu ao trazer para o cotidiano dos cidadãos da Zona Euro um elemento que simboliza a supranacionalidade da União Europeia e ao reiterar o sentimento de europeidade no imaginário popular. Tal fato é reforçado pelos dados referentes à percepção das populações de países não membros. De acordo com pesquisa do *Eurobarometer*, seis (Bulgária – 50%, Croácia – 63%, Hungria – 67%, Reino Unido – 56%, República Tcheca – 62% e Romênia – 65%) dos atuais nove países fora da Eurozona apresentam percentuais iguais ou abaixo da média europeia (67%) em resposta afirmativa à pergunta: “Você se sente cidadão da União Europeia?”. Dinamarca (74%), Polônia (74%) e Suécia (78%) tiveram porcentagens acima da média (EUROPEAN COMMISSION, 2015d, p.17).

Nesse sentido, observa-se uma tendência de correlação entre a adoção de uma moeda comum e a construção de uma identidade europeia mediante a reificação de uma determinada comunidade imaginada, a Zona Euro; no entanto, a identificação com a União Europeia, conforme analisado nos capítulos anteriores, varia conforme as respectivas identidades nacionais e deriva também das concepções histórico-culturais de cada Estado membro. No caso da Dinamarca (cultura – 29%, história – 27%, esportes – 24%, valores – 22%, economia 22%) e da Suécia (geografia – 34%, história e valores –

28%, cultura – 25%, economia 24%), por exemplo, outras áreas aparecem antes da economia como relevantes para o sentimento de europeidade (EUROPEAN COMMISSION, 2015d, p. 28).

Tal fato pode ser evidenciado pelo posicionamento de ambos os países no cubo identitário europeu, aproximando-se do vértice E, que corresponde a identidade histórico-cultural alta e identidades nacional e cívico-institucional baixas. Com base nesses dados, talvez seja possível explicar por que, em ambos os países, que não fazem parte da Zona Euro, a porcentagem da população que afirmou sentir-se cidadã da União Europeia é superior à média do bloco. Para dinamarqueses e para suecos, o sentimento de pertencimento à União Europeia está mais relacionado com a existência de uma cultura comunitária e de valores compartilhados do que com critérios econômicos, como a união monetária.

Ao contrário, na Polônia (economia – 30%, cultura – 25%, história – 22%), a economia aparece como um dos principais domínios responsável pelo sentimento de comunidade europeia (EUROPEAN COMMISSION, 2015d, p. 28); e, no cubo identitário europeu, o país posiciona-se entre os vértices D e H, devido a alta identidade nacional, baixo passado compartilhado e identidade cívico-institucional mediana. De fato, para os países do leste europeu, o critério econômico assume um papel importante no processo de integração com a União Europeia, pois significa a superação do passado comunista e a elevação à condição de país desenvolvido.

No caso da Polônia, a discussão sobre a adesão à Eurozona voltou ao debate nacional nos últimos anos. A Polônia tem exigido, cada vez mais, um papel de preponderância dentro da União Europeia, visto que representa a maior economia do leste e que a integração econômica juntamente com a unificação monetária são etapas importantes desse processo; no entanto, conforme explica Marek Belka (2015), presidente do Banco Central da Polônia, antes de o país adotar o Euro, é preciso considerar três condições econômicas internas fundamentais: sua competitividade internacional, a flexibilidade de seu mercado de trabalho e a riqueza de suas finanças públicas. De acordo com pesquisa do *Eurobarometer* realizada em 2015, 86% da população polonesa acreditam que o país ainda não está pronto para a introdução do Euro. (EUROPEAN COMMISSION, 2015e, pg.16).

De modo semelhante, apenas cinco países (Chipre – 50%; Grécia – 50%, Itália – 53%; França – 61% e Eslovênia – 65%) que fazem parte da Zona Euro apresentaram percentuais abaixo da média europeia (67%) em resposta ao questionamento “Você se sente europeu?” (EUROPEAN COMMISSION, 2015d, p.17). No caso do Chipre e da

Grécia, a baixa identificação com a União Europeia pode ser explicada devido ao alto grau de nacionalismo de ambos os países, que atingiram o limite máximo (1.000) na dimensão identidade nacional do “cubo identitário europeu”. Para os demais países, outros fatores para além dos trabalhados nesta pesquisa podem explicar o sentimento de europeidade abaixo da média.

A tabela abaixo procura ilustrar a relação entre a participação na Zona Euro e um maior sentimento de pertencimento à União Europeia, no que pode ser compreendido como uma maior identificação com a identidade europeia. O quadrante inferior esquerdo, com 14 países, reforça a associação entre os membros da Zona Euro e um maior sentimento de europeidade, assim como o quadrante superior direito, com seis países, tende a indicar a relação entre os países não membros da Eurozona e um percentual abaixo da média europeia em resposta a pergunta “Você se sente cidadão da União Europeia?”.

		Tabela 7 - Sentimento de pertencimento à UE (Você se sente cidadão da UE?)⁶¹	
		Acima da média europeia (>67%)	Abaixo ou igual a média europeia (≤67%)
Zona Euro	NÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamarca (74%) • Polónia (74%) • Suécia (78%) 	<ul style="list-style-type: none"> • Bulgária (50%) • Croácia (63%) • Hungria (67%) • Reino Unido (56%) • República Tcheca (62%) • Romênia (65%)
	SIM	<ul style="list-style-type: none"> • Alemanha (81%) • Áustria (72%) • Bélgica (70%) • Eslováquia (75%) • Espanha (69%) • Estónia (79%) • Finlândia (81%) • Irlanda (77%) • Letónia (69%) • Lituânia (78%) • Luxemburgo (88%) • Malta (84%) • Países Baixos (70%) • Portugal (72%) 	<ul style="list-style-type: none"> • Chipre (50%) • Grécia (50%) • Itália (53%) • Eslovênia (65%) • França (61%)

FONTE: elaboração da autora

4.5 Estudo comparativo sobre a adoção do Euro nos países bálticos

Embora na pesquisa do *Eurobarometer* realizada em 2010, 77% dos entrevistados tenham afirmado que o Euro não teve nenhum impacto na identidade europeia, cerca de 50% da população dos países fora da Zona Euro acreditam que o

⁶¹ Referente à pesquisa do *Eurobarometer* realizada em 2015 (EUROPEAN COMMISSION, 2015d, p.17).

Euro faz as pessoas se sentirem mais europeias, enquanto 42% discordam dessa afirmação (EUROPEAN COMMISSION, 2010c, pg.6; 2010b, pg. 51). Observa-se, de fato e conforme evidenciado na seção anterior, uma relativa correlação entre a adesão ao Euro e o sentimento de identificação com a União Europeia. Em outras palavras, após a entrada na Zona Euro, foram registradas crescentes porcentagens de autorreconhecimento como cidadãos europeus e percentuais decrescentes de identificação como apenas nacional em resposta à pergunta “Você se sente como...?”.

É claro que essas mudanças também são condicionadas pelo aprofundamento e pelo aprendizado institucionais proporcionados pelo tempo de participação nestes mecanismos. Desta forma, é interessante observar as mudanças que ocorreram em países que adentraram recentemente a Zona Euro e o impacto que a adesão da moeda comum teve sobre o sentimento de identificação como europeu. Para este estudo, foram escolhidos os países bálticos, Estônia, Letônia e Lituânia, os três últimos a adentrarem a Zona Euro.

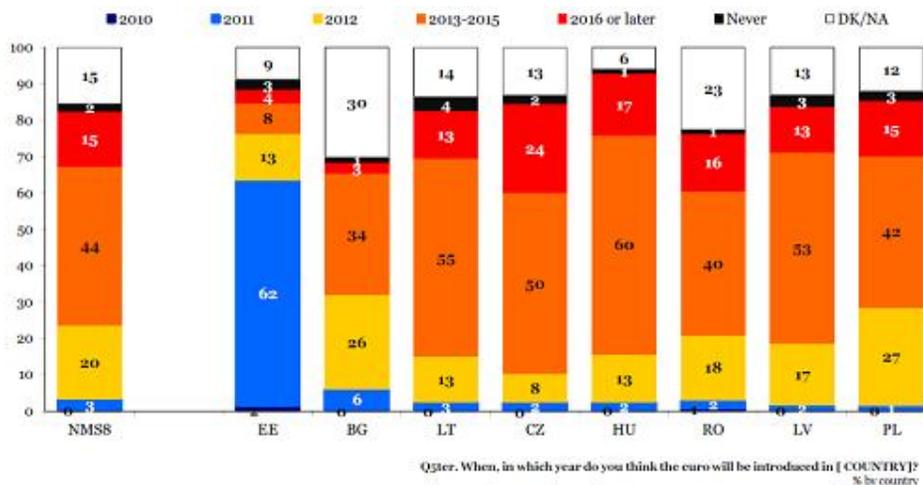
4.5.1 Estônia

A Estônia foi o primeiro dos três países bálticos a aderir ao Euro, em 1º de janeiro de 2011. Segundo os relatórios do *Eurobarometer* de 2010, ano anterior à entrada em circulação da moeda única na Estônia, apenas a população estoniana, entre aquelas dos países fora da Zona Euro, apresentou taxas equiparadas sobre estar ou não bem informada sobre o Euro. Aliás, o percentual dos estonianos bem informados sobre o Euro aumentou de 30% em 2004, após a entrada na União Europeia, para 50% em 2010 (EUROPEAN COMMISSION, 2010b, pg.6). Ainda em 2010, 41% da população da Estônia souberam responder o número correto de países-membros da Zona Euro naquele ano. Essa foi a maior taxa de acerto entre os países fora da União Econômica Monetária (EUROPEAN COMMISSION, 2010b, pg.9).

No ano anterior à implementação da moeda única, 62% dos estonianos acreditavam que seu país adentraria a Zona Euro em 2011. Vale mencionar que a pesquisa de campo foi realizada em maio de 2010, antes da decisão oficial, anunciada em 13 de julho, de que o país passaria a integrar a Eurozona a partir de 2011. É interessante notar também que, de acordo com esta pesquisa de 2010, 53% da população da Letônia e 55% da população da Lituânia acreditavam que seus países adentrariam a Zona Euro entre 2013 e 2015, o que, de fato, se confirmou. Nos casos de Bulgária, República Tcheca, Hungria, Romênia e Polônia, os países permanecem fora da Eurozona. Em certa medida, as próprias crises internas da União Europeia e a

incapacidade de cumprir os critérios de convergência contribuíram para postergar a adesão desses países.

Figura 45 – Data esperada para adoção do Euro



FONTE: EUROPEAN COMMISSION, 2010b, pg. 9

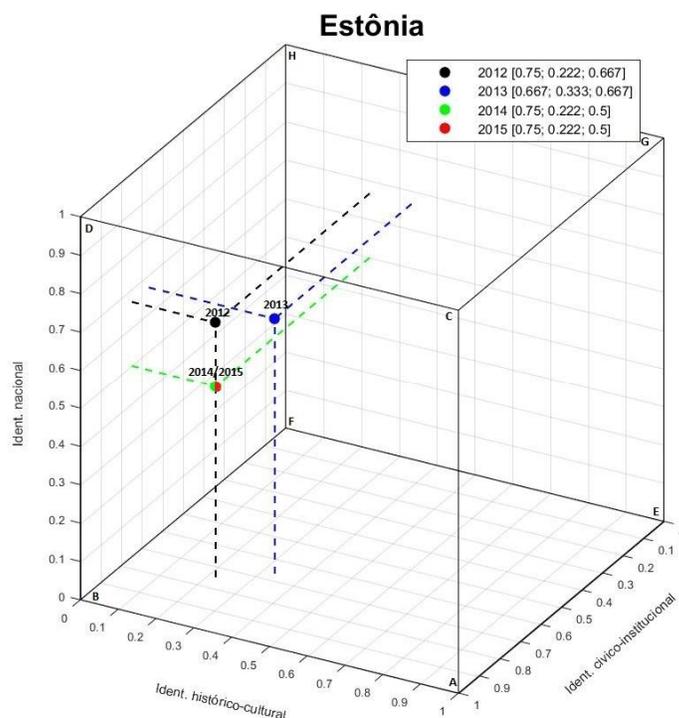
De modo geral, em 2010, a população estoniana apresentava posições similares em relação a considerar o Euro um fator positivo ou negativo para o país. Ademais, o maior receio da população era que a introdução da moeda única aumentasse os preços vigentes. Após a introdução do Euro em 2011, a grande maioria da população estoniana (87%) acreditava que a troca da moeda nacional pelo Euro ocorreu de forma suave e eficiente. Cerca de 87% dos estonianos também informaram sentir-se bem informados sobre a nova moeda, e 91% afirmaram ter obtido estas informações por meio da mídia (EUROPEAN COMMISSION, 2011b, pg. 5-6). Desta forma, pode-se concluir que os cidadãos da Estônia estavam devidamente preparados para a entrada em circulação do Euro; no entanto, é preciso analisar qual foi o impacto da adesão à Eurozona no sentimento de identificação com a União Europeia.

De acordo com os dados do *Eurobarometer*, 67% da população estoniana declararam sentir-se cidadãos da União Europeia no ano de 2012, logo após a entrada na Zona Euro, e esta porcentagem aumentou para 70% em 2013, 76% em 2014 e 79% em 2015 (EUROPEAN COMMISSION, 2012, pg.22; 2013, pg.23; 2014d, pg.7; 2015d, pg.17). Além disso, o percentual daqueles que se identificavam como apenas nacionais do país diminuiu de 51% em 2012 para 46% em 2013, 38% em 2014 e 36% em 2015 (EUROPEAN COMMISSION, 2013, pg.28; 2014d, pg.11; 2015d, pg.22). Por falta de

estudos do *Eurobarometer* similares aos aplicados entre 2012 e 2015, não existem dados correspondentes a esses mesmos questionamentos para os anos de 2010 e 2011.

Ao analisar a posição da Estônia no cubo identitário nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015⁶², obtêm-se os seguintes resultados:

Figura 46 – Posicionamento da Estônia no “cubo identitário” europeu nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015



FONTE: elaboração da autora

A partir da disposição no cubo, é possível observar que a Estônia manteve um nível elevado de identidade cívico-institucional, apenas com uma ligeira queda em 2013, desde a adesão ao Euro em 2011. Infelizmente, não há dados anteriores à entrada em circulação da moeda comum que nos permitissem realizar uma comparação mais precisa. Em relação à identidade histórico-cultural, não houve muita alteração. A variação que ocorreu em 2013 se deve ao fato de que, nesse ano, a população estoniana apontou, primeiramente, a cultura e, depois, a economia como responsáveis pelo

⁶² Foram utilizados os dados dos relatórios do Eurobarometer referentes a cada um desses anos. Apenas para o indicador “6.1 Tipo de comunidade” mantiveram-se os dados de 2010 do estudo realizado por Andrea Schlenker-Fischer, assumindo a premissa de que os aspectos identitários nacionais não sofrem grandes alterações no curto prazo e também devido à falta de dados específicos referentes a cada um desses anos.

sentimento de europeidade. Nos demais anos, a economia foi o primeiro aspecto de europeidade elencado pelos estonianos. No que tange à identidade nacional, há um relativo decréscimo do nacionalismo, o que corresponde à redução percentual da população que se identificava como “apenas nacional” em resposta ao questionamento *Do you see yourself as...?* das pesquisas do *Eurobarometer*.

4.5.2 Letônia

A Letônia aderiu ao Euro em 1º de janeiro de 2014, depois de um longo processo para adequação aos critérios de convergência e para a introdução da moeda comum. Em 2011, 61% da população letã sentiam-se bem informados sobre o euro. Juntamente com a Bulgária, a Letônia era o país que apresentava maior taxa de informação entre aqueles fora da Zona Euro. Ademais, 55% dos letões pensavam que o Euro teria impacto negativo para o país contra 31% que acreditavam ser positivo. À semelhança dos estonianos, o maior receio da população letã era de que os preços aumentassem com a introdução da moeda única. Esse era um sentimento apresentado por 71% dos cidadãos entrevistados. Além desse temor em relação aos preços, 68% da população da Letônia acreditavam que o euro poderia enfraquecer a identidade nacional (EUROPEAN COMMISSION, 2011c, pg. 23; 34; 44; 55).

Apesar do relativo receio inicial com a introdução do Euro, segundo dados do *Eurobarometer*, 79% dos letões entenderam que a mudança para o Euro foi suave e eficiente (EUROPEAN COMMISSION, 2014c, pg.4). Quando comparado com os últimos cinco países (Estônia, Eslováquia, Malta, Chipre e Eslovênia) que aderiram à Zona Euro, a Letônia apresentou os valores mais baixos de aceitação do processo de transição para a moeda comum, o que indica maiores resistência e desconfiança em relação ao Euro. Juntamente com a Estônia, a população letã foi a que apresentou maior dificuldade em entender os valores da nova moeda (EUROPEAN COMMISSION, 2014d, pg.5).

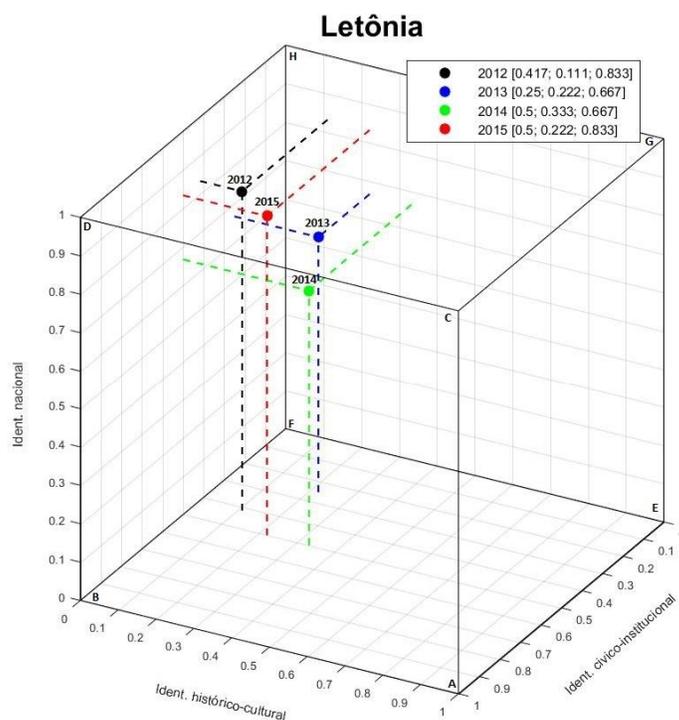
Mais uma vez, é preciso verificar qual foi o impacto da introdução da moeda única no sentimento de identificação europeia. No caso da Letônia, similarmente à Estônia, observa-se um relativo crescimento na porcentagem de pessoas que afirmaram sentir-se europeias. Em 2012, as pesquisas do *Eurobarometer* registraram que 54% da população letã sentiam-se cidadãos da União Europeia, e, em 2013, esse percentual subiu para 56%, passando, em 2014, para 62%, e, em 2015, para 69% (EUROPEAN COMMISSION, 2012, pg. 22; 2013, pg. 23; 2014d, p.7; 2015d, pg.17). Ademais, nos últimos anos houve uma redução na porcentagem de cidadãos letões que se

identificavam como “apenas nacional”, (2012 - 55%; 2013 - 46%; 2014 - 45%; 2015 – 48%) e um aumento entre que se consideravam “nacional e europeu” (2012 - 31%; 2013 - 41%; 2014 - 44%; 2015 – 42%), apesar do ano de 2015 apresentar uma ligeira mudança no sentido inverso (EUROPEAN COMMISSION, 2013, pg. 28; 2014d, pg11.; 2015d, pg.22).

Vale ressaltar que o questionamento feito em 2013 era “Em um futuro próximo, como você se identifica como...?”; por esta razão, observa-se essa drástica diferença entre esses dois anos (2012 e 2013), considerando que, em 2013, grande parte da população letã vislumbrava que, no futuro próximo, isto é, no ano seguinte, já faria parte da Eurozona. Nesse sentido, integrar a Zona Euro contribuiu, em alguma medida, para a consolidação do sentimento de europeidade na Letônia.

Comparando a posição da Letônia no cubo identitário nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015⁶³, obtêm-se os seguintes resultados:

Figura 47 – Posicionamento da Letônia no “cubo identitário” europeu nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015



FONTE: elaboração da autora

⁶³ Foram utilizados os dados dos relatórios do Eurobarometer referentes a cada um desses anos. Apenas para o indicador “6.1 Tipo de comunidade” mantiveram-se os dados de 2010 do estudo realizado por Andrea Schlenker-Fischer, assumindo a premissa de que os aspectos identitários nacionais não sofrem grandes alterações no curto prazo e também devido à falta de dados específicos referentes a cada um desses anos.

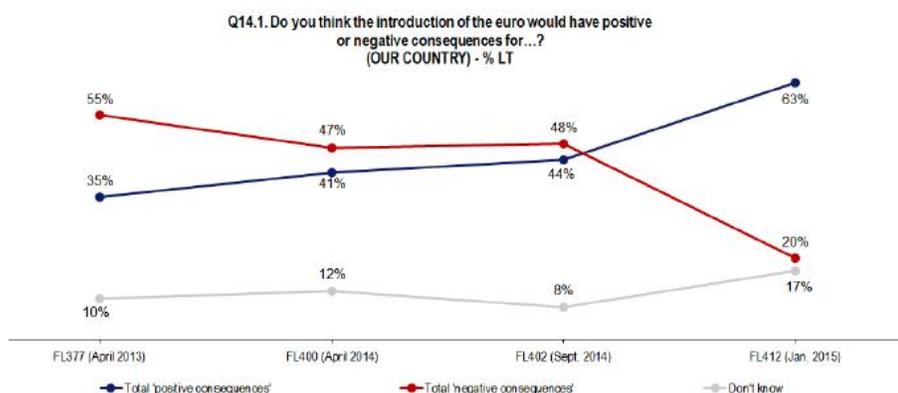
A Letônia apresentou um aumento da identidade cívico-institucional após a adesão ao Euro, em 2014. É interessante notar que, como o país é mais relutante a esse aprofundamento institucional e como não atribui o sentimento de europeidade à economia, não obteve valores tão elevados quanto os de Estônia e de Lituânia nessa dimensão. No que diz respeito à dimensão histórico-cultural, houve pequenas alterações relacionadas à vinculação do sentimento de europeidade à cultura, a qual apareceu na primeira posição em 2014, na segunda posição em 2013 e em 2015 e na terceira posição em 2012. A variação na dimensão identitária nacional, por sua vez, também acompanha os resultados obtidos em resposta a pergunta *Do you see yourself as...?* nos relatórios do *Eurobarometer*. Sendo assim, em 2015, observa-se um ligeiro aumento do nacionalismo, apesar da tendência decrescente dos anos anteriores. É preciso acompanhar as próximas pesquisas para que possam ser elaboradas conclusões mais robustas sobre essas mudanças.

4.5.3 Lituânia

A Lituânia entrou na Zona Euro em 1º de janeiro de 2015 e é o país que adotou o Euro mais recentemente. Segundo um estudo do *Eurobarometer*, realizado em 2010, nos países que ainda não tinham entrado na Zona Euro, a proporção de lituanos que acreditava que o país aderiria à moeda comum nos próximos quatro ou cinco anos subiu de 15%, em 2009, para 41%, em 2010 (EUROPEAN COMMISSION, 2010b, pg. 10). De fato, o país aderiu ao Euro em cinco anos, como boa parte da população lituana esperava.

Logo após a introdução da moeda única, houve um grande aumento na proporção de lituanos que afirmavam que a adesão ao Euro teria consequências positivas para a Lituânia. Em janeiro de 2015, cerca de dois terços da população (63%) entendiam que o Euro teria um impacto benéfico para o país, contra os 44% de setembro de 2014 e os 35% de abril de 2013. Isto significa que, em 2015, o número de pessoas que acreditavam no impacto positivo da nova moeda ultrapassou o das pessoas que a viam como uma consequência negativa.

Figura 48 – Você acha que a introdução do Euro teria consequências positivas ou negativas para seu país?



FONTE: EUROPEAN COMMISSION, 2015c, pg.11.

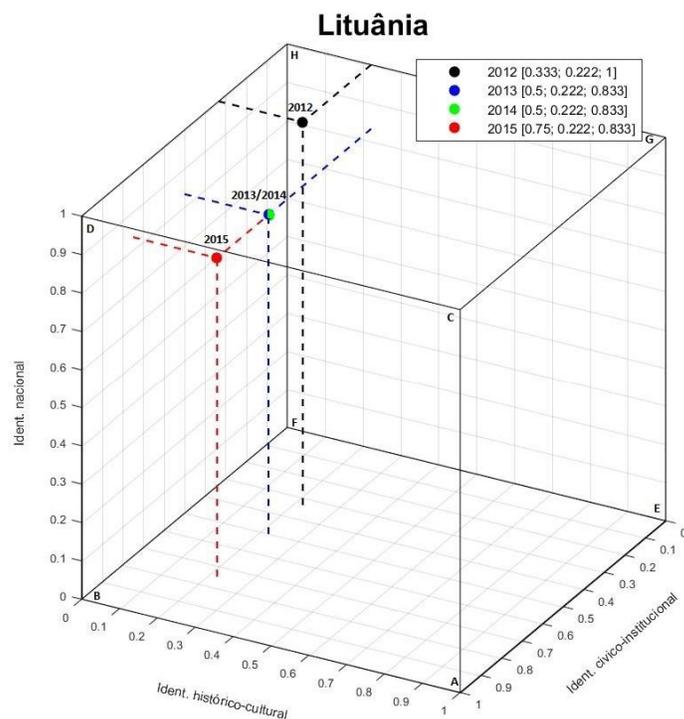
Ademais, 86% dos lituanos consideraram eficiente e suave a transição da moeda nacional para o Euro, e 92% sentiam-se bem informados sobre a nova moeda. À semelhança os outros países, a mídia também foi apontada como a maior fonte de informação sobre a introdução do Euro na Lituânia (EUROPEAN COMMISSION, 2015c, pg. 5). Em comparação com os demais países bálticos, a Lituânia foi o que apresentou o percentual mais elevado de pessoas bem informadas sobre a moeda comum.

Novamente, é interessante analisar qual foi o impacto da adesão da moeda comum no sentimento de europeidade. Na Lituânia, observa-se uma situação similar aos vizinhos bálticos. Em 2012, 60% dos lituanos responderam afirmativamente à pergunta “Você se sente cidadão da União Europeia?”, enquanto, em 2013, essa porcentagem subiu para 65%, em 2014, aumentou para 71%, e, em 2015, para 78% (EUROPEAN COMMISSION, 2012, pg.22; 2013, pg.23; 2014d, pg. 7; 2015d, pg.17). O número de pessoas que se identificavam como “apenas nacional” diminuiu de 59%, em 2012, para 45%, em 2013 e 2014, e para 43%, em 2015; enquanto o percentual daqueles que escolheram a opção “nacional e europeu” cresceu de 32%, em 2012, para 42%, em 2013, alcançando 49%, em 2014, e 50%, em 2015 (EUROPEAN COMMISSION, 2013, pg. 28; 2014d, pg. 11; 2015d, pg. 22).

Ao analisar a posição da Lituânia no cubo identitário nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015⁶⁴, obtêm-se os seguintes resultados:

⁶⁴ Foram utilizados os dados dos relatórios do Eurobarometer referentes a cada um desses anos. Apenas para o indicador “6.1 Tipo de comunidade” mantiveram-se os dados de 2010 do estudo realizado por

Figura 49 – Posicionamento da Lituânia no “cubo identitário” europeu nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015



FONTE: elaboração da autora

No caso da Lituânia, a disposição no “cubo identitário europeu” permite-nos observar um movimento de afastamento do vértice H e de aproximação do ponto D nos últimos anos, em função do aumento da identidade cívico-institucional. Enquanto as dimensões histórico-cultural e nacional mantiveram-se relativamente estáveis, apenas com uma ligeira redução do nacionalismo entre 2012 e 2013, o aspecto cívico-institucional apresentou relativo crescimento nos anos anteriores à adoção da moeda comum, em 2013 e 2014, atingindo um nível elevado, em 2015, com a efetiva entrada em circulação do Euro. Ainda que a identificação como “apenas nacional” tenha diminuído nesses anos, não foi o suficiente para alterar a dimensão nacional, a qual manteve valores altos em virtude da classificação como comunidade étnica por Andrea Schlenker-Fischer. Novamente, são necessários um acompanhamento detalhado e estudos mais aprofundados para que sejam elaboradas conclusões consistentes sobre essa tendência apontada.

Andrea Schlenker-Fischer, assumindo a premissa de que os aspectos identitários nacionais não sofrem grandes alterações no curto prazo e também devido à falta de dados específicos referentes a cada um desses anos.

Abaixo, segue uma tabela com os dados utilizados para a elaboração da comparação da posição dos países bálticos no “cubo identitário europeu” nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015.

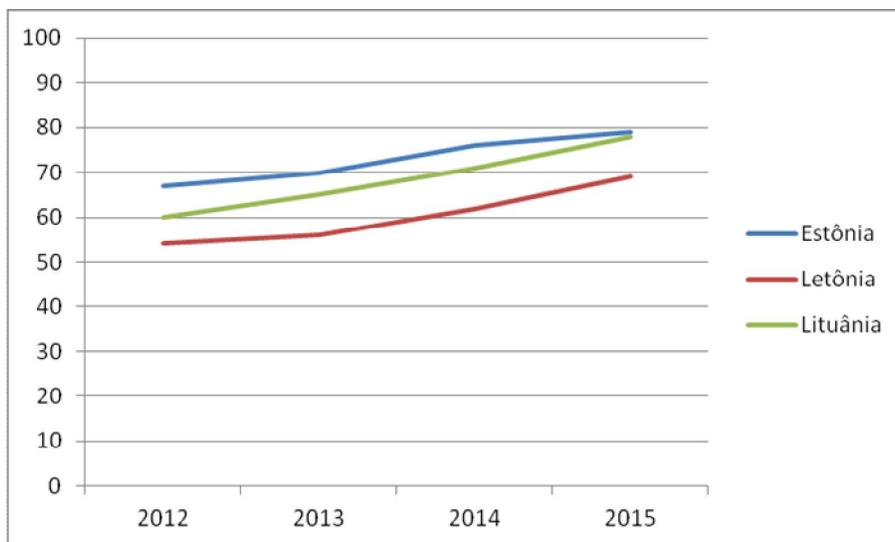
Tabela 8 – Resultados dos indicadores das dimensões identitárias dos países bálticos entre os anos de 2012, 2013, 2014 e 2015

2015	Identidade Cívico-institucional				Identidade Histórico-cultural				Identidade nacional			
	1.1	1.2	2.1	2.2	Id.CI	3.1	4.1	4.2	Id.HC	5.1	6.1	Id.N
Indicadores												
Estados membros												
Estônia	3	3	3	0	0,750	0	2	0	0,222	1	2	0,500
Letônia	3	3	0	0	0,500	0	2	0	0,222	3	2	0,833
Lituânia	3	3	3	0	0,750	0	2	0	0,222	2	3	0,833
2014	Identidade Cívico-institucional				Identidade Histórico-cultural				Identidade nacional			
	1.1	1.2	2.1	2.2	Id.CI	3.1	4.1	4.2	Id.HC	5.1	6.1	Id.N
Indicadores												
Estados membros												
Estônia	3	3	3	0	0,750	0	2	0	0,222	1	2	0,500
Letônia	3	3	0	0	0,500	0	3	0	0,333	2	2	0,667
Lituânia	0	3	3	0	0,500	0	2	0	0,222	2	3	0,833
2013	Identidade Cívico-institucional				Identidade Histórico-cultural				Identidade nacional			
	1.1	1.2	2.1	2.2	Id.CI	3.1	4.1	4.2	Id.HC	5.1	6.1	Id.N
Indicadores												
Estados membros												
Estônia	3	3	2	0	0,667	0	3	0	0,333	2	2	0,667
Letônia	0	3	0	0	0,250	0	2	0	0,222	2	2	0,667
Lituânia	0	3	3	0	0,500	0	2	0	0,222	2	3	0,833
2012	Identidade Cívico-institucional				Identidade Histórico-cultural				Identidade nacional			
	1.1	1.2	2.1	2.2	Id.CI	3.1	4.1	4.2	Id.HC	5.1	6.1	Id.N
Indicadores												
Estados membros												
Estônia	3	3	3	0	0,750	0	2	0	0,222	2	2	0,667
Letônia	0	3	2	0	0,417	0	1	0	0,111	3	2	0,833
Lituânia	0	3	1	0	0,333	0	2	0	0,222	3	3	1,000

Fonte: elaboração da autora

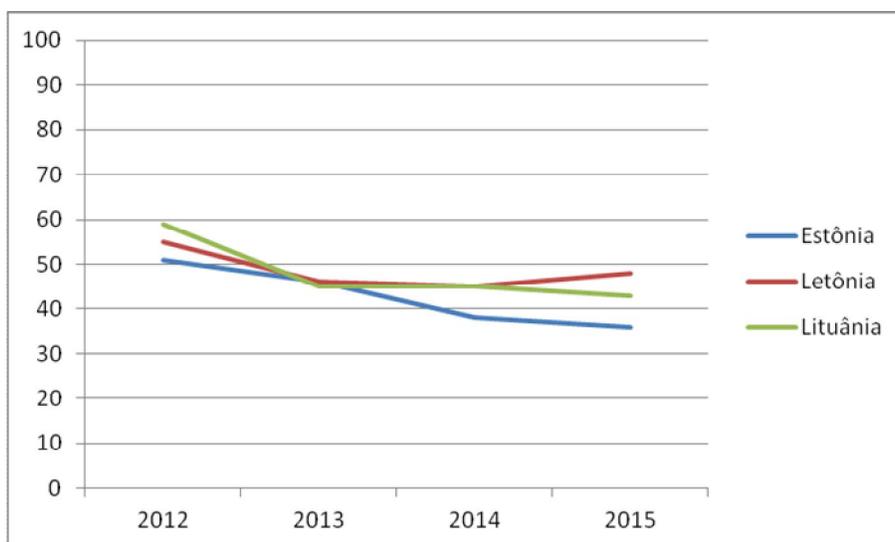
Com o intuito de consolidar os resultados obtidos a partir da avaliação diacrônica entre os anos de 2012 e 2015 nos países bálticos, os gráficos abaixo resumem tanto o aumento do sentimento de identificação com a União Europeia quanto a relativa redução da opção “apenas nacional” em resposta ao questionamento “Você se sente como...?”.

Figura 50 - Do you feel citizen of the EU? Yes⁶⁵



FONTE: elaboração da autora

Figura 51 - Do you feel as...? Option: only national⁶⁶



FONTE: elaboração da autora

⁶⁵ Elaborado a partir dos relatórios do Eurobarometer 77, 79, 81 e 83.

⁶⁶ Elaborado a partir dos relatórios do Eurobarometer 77, 79, 81 e 83.

4.6 A dimensão cívico-institucional e a identidade europeia

Apesar das recentes mudanças na Estônia, Letônia e Lituânia, ainda é preciso acompanhar mais detalhadamente quais serão os futuros efeitos da adoção do Euro nesses países, especialmente em relação à consolidação do sentimento de europeidade. De acordo com a hipótese deste trabalho, a identidade cívico-institucional é passível de maiores transformações no curto prazo em comparação com as dimensões histórico-cultural e nacional. Os dados obtidos pelas pesquisas do *Eurobarometer*, principalmente no caso da Letônia e da Lituânia, para as quais há dados específicos disponíveis antes e depois da adoção do Euro, tendem a confirmar a hipótese proposta.

É importante considerar também que o atual momento de instabilidade da moeda comum e a possibilidade de que algum país saia da união monetária aumentam a insegurança em relação à Zona Euro, principalmente entre os países que ainda não aderiram à moeda única, mas são legalmente obrigados a adotá-la assim que sejam cumpridos os critérios de convergência. A euforia do Euro em 2002 foi substituída por uma relativa desilusão após a crise financeira de 2008. Mesmo assim, apesar das adversidades que a Eurozona vem enfrentando desde a crise da dívida soberana, novos países continuaram aderindo ao bloco, como a Estônia, em 2011, a Letônia, em 2014, e a Lituânia, em 2015. Na medida em que aumenta o número de Estados membros, crescem também as dificuldades em elaborar uma política monetária unificada com países tão diversos. O fortalecimento do Euro é um dos principais desafios da União Europeia nos próximos anos e está diretamente relacionado à constituição de uma identidade europeia compartilhada.

Apesar dos dados ainda incipientes, a relação entre integração europeia e consolidação institucional, de um lado, e a evolução das identidades europeias, do outro, tende a estabelecer-se em ambos os sentidos. Desta forma, o aumento da presença da União Europeia no dia a dia da população afeta a identificação com a Europa como uma comunidade política, ao mesmo tempo em que o apoio à integração e o sentimento de pertencimento a essa Europa comunitária tendem a impulsionar o processo de construção institucional. De acordo com Risse (2002, p.6), a constituição da identidade europeia não se relaciona com campanhas informativas sobre a União Europeia, mas, sim, com a reificação dessa comunidade no cotidiano dos cidadãos. Nesse sentido, o Euro exerce uma função importante como símbolo identitário de um determinado grupo.

Os dados das pesquisas de opinião do *Eurobarometer* permitem inferir que, em certa medida, países pertencentes à Zona Euro tendem a identificar-se mais como

europeus do que aqueles que não aderiram à moeda comum. A representação de um determinado grupo, a Eurozona, por meio de algo concreto, a circulação de notas e de moedas de Euro, auxilia no processo de construção e de internalização da identidade europeia; todavia, não há uma única identidade europeia, mas, sim, identidades europeias que se moldam a partir da interação entre as identidades nacionais, o passado histórico-cultural compartilhado e o quadro institucional da União Europeia.

Nesse sentido, o Euro funciona tanto como um instrumento facilitador dessa interação, ao trazer a presença da União Europeia para o cotidiano da população da união monetária, quanto como um mecanismo aglutinador e legitimador de um processo de integração mais profundo, dada a prática de uma política monetária única. Vale ressaltar que a temática do Euro e da identidade europeia não se esgota neste trabalho, pois se trata de um processo em constante reconstrução, que demanda estudos e análises contínuas. Na medida em que a União Econômica e Monetária se expande, com a adesão de novos países, é importante analisar o impacto que a moeda comum, como um símbolo identitário de um determinado grupo, tem na identificação com a própria União Europeia. Esse é um desafio pertinente para pesquisas futuras.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa procurou realizar uma reflexão sobre a relação entre a integração regional e a formação de uma identidade europeia, respondendo aos seguintes questionamentos: como o processo de integração regional influencia a formação da identidade europeia? E, ainda, como se caracterizam as percepções nacionais sobre o sentimento de pertencimento à União Europeia? Pode-se concluir que o processo de integração regional, principalmente por meio das instituições, no curto prazo, e dos elementos histórico-culturais e nacionais, paralelamente, contribui para o fortalecimento do sentimento de europeidade nas populações de seus Estados membros, assim como este reforça o apoio ao aprofundamento da integração. Essas percepções da identidade europeia tendem a modificar-se de país a país, a depender das variáveis apontadas por este estudo: a identidade cívico-institucional, a identidade histórico-cultural e a identidade nacional. Com base nessas variáveis, é possível localizar o posicionamento do país no “cubo identitário europeu” e a propensão à constituição de uma identidade europeia pós-nacional ou não.

De maneira a sintetizar os principais argumentos deste trabalho, retomam-se alguns elementos dos capítulos da dissertação. No capítulo 1, foi comprovada a existência de uma identidade europeia vinculada ao processo de integração regional, especialmente a partir do Tratado de Maastricht, o qual definiu novos rumos na formação dessa comunidade supranacional. O Tratado de Maastricht estabeleceu as bases para a criação tanto de uma cidadania europeia quanto de uma União Econômica e Monetária com a adoção de uma moeda única. Nesse sentido, simbolizou um marco na construção de uma identidade compartilhada no âmbito da União Europeia.

Nesse primeiro capítulo, foram evidenciadas também as diferentes teorias sobre integração europeia, estabelecendo o paralelo das mesmas com as fases de integração do bloco. Esclareceu-se, ainda, a opção da autora pelo construtivismo convencional, considerando que as identidades e as instituições importam para os resultados políticos, na condução do estudo proposto nessa dissertação. Ademais, reforçou-se a ideia já amplamente difundida na literatura de que os indivíduos carregam identidades sociais múltiplas, ou seja, podem identificar-se com mais de uma identidade ao mesmo tempo.

Dentre as características da identidade europeia apontadas na primeira parte da dissertação, destacam-se: a não substituição às identidades nacionais, que interagem com a identidade europeia conforme o modelo do “bolo marmorizado”; sua fluidez; a dificuldade em definir seus limites; e seus aspectos tanto cívicos quanto culturais. Ao

final do capítulo, foi apresentada a hipótese central da pesquisa de que as instituições contribuem efetivamente para a construção do sentimento de europeidade e para a consolidação dessa identidade supranacional, ainda que os aspectos histórico-culturais e nacionais não possam ser desconsiderados.

No capítulo 2, foi explicitado o desenho de pesquisa, fundamentado em três variáveis – a identidade cívico-institucional, a identidade histórico-cultural e a identidade nacional –, utilizado na análise tridimensional da identidade europeia. A partir desse desenho, foi elaborado um modelo de distribuição espacial das percepções nacionais da identidade europeia, denominado “cubo identitário europeu”. A pertinência do estudo das identidades no processo de integração regional deve-se, essencialmente, a dois fatores: o primeiro, relacionado à definição dos limites do próprio bloco; e o segundo, à legitimidade e ao suporte ao funcionamento do mesmo.

Em relação ao método de pesquisa utilizado, esta dissertação adotou uma abordagem dedutiva, de modo a demonstrar o argumento construtivista de constituição identitária conjunta entre agente e estrutura, e se vale de instrumentos tanto qualitativos, como a análise comparativa, quanto quantitativos, a exemplo dos relatórios do *Eurobarometer*. No que tange à utilização das pesquisas de opinião realizadas pelo *Eurobarometer*, a dissertação reitera a perspectiva *bottom-up*, a qual valoriza a percepção dos próprios cidadãos e seu sentimento de identificação com o bloco, em detrimento de abordagens normativas *top-down*, que determinam quais seriam os aspectos definidores da europeidade e o que significaria “ser europeu”. Nesse sentido, o trabalho viabiliza, de maneira empírica, uma definição operacional da identidade europeia e a mensuração das percepções nacionais sobre ela, mediante indicadores analíticos de cada uma das variáveis escolhidas para o estudo.

Cada uma das variáveis corresponde a uma das dimensões identitárias europeias – a cívico-institucional, a histórico-cultural e a nacional – que formam o “cubo identitário europeu”. Resumidamente, a identidade cívico-institucional vincula-se ao adensamento do processo de institucionalização da União Europeia, o qual molda padrões e comportamentos intensificando a identificação da população com o bloco, que passa a inserir-se mais ativamente no cotidiano dos mesmos. A identidade histórico-cultural, por sua vez, relaciona-se a um passado compartilhado e a memórias coletivas que forjam um sentimento de identificação comum. A identidade nacional, ao contrário das anteriores, enfraquece, por meio da valorização do nacionalismo, a emergência de uma identidade europeia pós-nacional. Com bases nos pressupostos destas três variáveis, construiu-se um modelo de análise tridimensional da identidade europeia.

O modelo tridimensional proposto busca, em certa medida, dar conta da complexidade do estudo das percepções da identidade europeia, a qual é permeada por diferentes elementos em sua constituição. O segundo capítulo da dissertação conclui que quanto mais fortes forem as dimensões cívico-institucional e histórico-cultural e mais fraca for a identidade nacional, maior é a possibilidade de emergência de uma identidade europeia pós-nacional. Ademais, ressalta-se, tendo por base o argumento construtivista de que as identidades estão em constante transformação, que a posição aproximada dos Estados membros dentro do “cubo identitário europeu” pode modificar-se ao longo do tempo.

No capítulo 3, utilizando-se do modelo de distribuição espacial das percepções nacionais da identidade europeia, localizam-se as posições aproximadas dos 28 Estados membros da União Europeia no ano de 2015. Este capítulo constitui a principal análise empírica do trabalho com o intuito de validar a construção teórica e o modelo tridimensional propostos.

Com base nos indicadores das três dimensões, foi possível localizar a posição dos Estados membros no “cubo identitário europeu” e, em alguma medida, relacionar brevemente os valores obtidos com fatos e com comportamentos políticos de cada país. Nesse sentido, por exemplo, o euroceticismo britânico está ligado à baixa identidade cívico-institucional e ao alto nacionalismo, enquanto a pró-atividade alemã no aprofundamento da integração regional se vincula à alta institucionalização e ao passado histórico compartilhado, assim como à complementaridade das identidades germânica e europeia. Ainda que de maneira sucinta, o terceiro capítulo faz o exercício de correlacionar o modelo teórico e sua aplicação à realidade.

Nesse capítulo, concluiu-se ainda que existe uma relação entre o momento de entrada no bloco e o sentimento de identificação com o mesmo. Em geral, os membros fundadores tendem a apresentar uma identidade europeia pós-nacional mais consolidada do que aqueles que adentraram na década de 1970 e negociaram opções de exclusão dos processos de aprofundamento institucional, bem como daqueles que passaram a integrar o bloco a partir do ano 2000. Ademais, demonstrou-se que não há colinearidade entre as três variáveis – identidade cívico-institucional, identidade histórico-cultural e identidade nacional – utilizadas neste estudo, mediante análises gráficas bidimensionais.

No capítulo 4, realizou-se um estudo comparativo sobre as mudanças na percepção da identidade europeia a partir de uma maior institucionalização dos países-membros, no caso, a participação na Zona Euro. Com base nessa análise, comprovou-se

que a identidade cívico-institucional é passível de maiores transformações no curto prazo e pode contribuir efetivamente para a consolidação da identidade europeia.

Nesse quarto capítulo, foi reforçada a importância dos símbolos na construção identitária, os quais atuam como instrumentos que reificam a presença da União Europeia no imaginário popular, auxiliando no processo de internalização do sentimento de europeidade. Ademais, foi apresentado um breve histórico sobre a formação da União Econômica e Monetária, que culminou com a adoção de uma moeda comum, o Euro. No que se refere ao estudo comparativo, primeiramente foi realizada uma análise entre os países-membros e não membros da Eurozona. Constatou-se que há uma tendência de os países-membros da Zona Euro a se identificar mais como europeus do que aqueles que não utilizam a moeda comum. Em alguma medida, o Euro, ao inserir-se no dia a dia da população criando um espaço comunitário supranacional, reforça a identidade europeia no subconsciente dos cidadãos.

De forma a evidenciar essa mudança nas percepções identitárias em função dos aspectos cívico-institucionais, realizou-se ainda uma comparação diacrônica dos três países bálticos - Estônia, Letônia e Lituânia -, entre os anos de 2012 a 2015, que incluem períodos antes e depois da adoção do Euro. Os resultados obtidos confirmam a tendência de uma identificação maior com a União Europeia a partir do aprofundamento institucional. Nesse sentido, a identidade cívico-institucional é a variável que mais influencia a consolidação da identidade europeia no curto prazo.

Em síntese, a dissertação atendeu ao objetivo geral de avaliar o impacto da integração regional, considerando os elementos cívico-institucionais como a variável interveniente principal, na consolidação da identidade europeia. Depreende-se, também, que os três objetivos específicos propostos na introdução deste trabalho foram igualmente contemplados. O primeiro objetivo de discernir a existência de uma identidade europeia e sua relação com o processo de integração regional foi explicitado no capítulo 1. Os capítulos 2 e 3, por sua vez, respondem ao objetivo de elaborar um modelo de distribuição espacial das percepções nacionais da identidade europeia fundamentado em três variáveis: a identidade cívico-institucional, a identidade histórico-cultural e a identidade nacional. Enquanto o capítulo 2 foi responsável pela explicação do desenho de pesquisa e pela construção do modelo teórico, o capítulo 3 corresponde à análise empírica desse modelo com base nos indicadores definidos para localizar o posicionamento dos Estados membros dentro do “cubo identitário europeu”. Finalmente o capítulo 4 atende ao objetivo de realizar um estudo comparativo sobre a mudança na percepção da identidade europeia a partir de uma maior institucionalização

do país-membro, ao apresentar as análises comparativas sobre a adoção do Euro e sua relação com o sentimento de identificação com a União Europeia.

De modo geral, esta dissertação comprova a existência de não apenas uma, mas, sim, de várias identidades europeias derivadas do processo de integração regional, bem como propõe um modelo de análise tridimensional considerando os fatores cívico-institucionais, histórico-culturais e nacionais que moldam a constituição dessas identidades. Este trabalho traz uma abordagem inovadora sobre a interação entre os elementos que compõem as identidades europeias e evidencia suas constantes mudanças ao longo do tempo, dando ênfase aos aspectos da consolidação institucional como uma forma ampliar o sentimento de identificação com o bloco europeu.

Com aplicação de novas perspectivas teóricas, demonstra-se que as teorias mais contemporâneas, partindo-se do construtivismo até as mais puramente pós-positivistas, têm muito a contribuir para o debate sobre integração regional. Um exemplo significativo dessas contribuições que é fulcral para o desenvolvimento deste trabalho é a consideração de temas e de fatores anteriormente negligenciados pelas abordagens clássicas, como a questão da identidade.

O trabalho em questão aponta, ainda, que a União Europeia tem sido um ativo construtor de identidade na região e que a própria associação ou mimetização do conceito de Europa (no sentido de ser um continente individualizado) com essa comunidade supranacional demonstra a importância do processo de integração na constituição de identidades. Ademais, a pesquisa demonstra que as elites político-econômicas da União Europeia estão mais propensas a identificar-se com essa identidade compartilhada, enquanto a população em geral assume uma postura de maior ceticismo em relação à integração regional. O estudo proposto, além de confirmar a identidade europeia como um resultado do processo de integração, demonstra também que o aprofundamento e a continuidade deste dependem, igualmente, do fortalecimento daquela identidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, Emanuel. Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics. *European Journal of International Relations*, vol. 3 (3), 1997, p. 319-363.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARATÓ, Krisztina; KOLLER, Boglárka. A new imagery for Europe. *Debate on the Future of Europe*, 2013. Disponível em: http://ec.europa.eu/debate-future-europe/new-narrative/contributions-comments/articles/arato_koller_en.htm
Acesso em: 04/07/2015.
- BELKA, Marek. Os testes da Polónia para a Zona Euro. *Jornal de Negócios*. Disponível em:
http://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/economistas/detalhe/os_testes_da_polonia_para_a_zona_euro.html Acesso em: 23/02/2015
- BRUTER, Michael. Citizens of Europe? *The emergence of a Mass European Identity*. Palgrave Macmillan: New York, 2005.
- CHECKEL, Jeffrey T. Constructivism and EU Politics. In: JORGENSEN, Erik; POLLACK, Mark; ROSAMOND, Ben. *The Handbook of EU Politics*. Londres: Sage, 2007, p. 57-76.
- CHECKEL, Jeffrey T.; KATZENSTEIN, Peter J. (ed.) *European Identity*. Cambridge University Press, 2009.
- COMISSÃO EUROPEIA. Compreender as políticas da União Europeia: A União Económica e Monetária e o Euro. *União Europeia*, 2015.
- COLLIER, Ruth B. *Paths toward democracy: the working class and elites in Western Europe and South America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- COUTINHO, Marcelo; HOFFMAN, Andrea Ribeiro; KFURI, Regina. Raio X da Integração Regional. *Estudos e cenários*, Rio de Janeiro: Observatório Político Sul-Americano/ IUPERJ/ UCAM, 2007.
- DA SILVA, **Filipe Carreira**. Cidadãos da Europa? Algumas reflexões sobre o patriotismo constitucional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 2004, p. 127-145.
- DE ANGELIS, Emma. The European Parliament's identity discourse and Eastern Europe: 1974-2004. *Journal of European Integration History*, Vol. 17, pp. 103-116, 2011
- DEUTSCHE BANK. Euroscepticism gaining currency? Implications of the EU elections for economic policy. *EU Monitor*. March, 2014.
- EICHENGREEN, Barry. *Exorbitant Privilege: The Rise and Fall of the Dollar and the Future of the International Monetary System*. Oxford: University Press, 2011.
- EUROPEAN COMMISSION. EU 15 Report. *Eurobarometer 57*, Spring, October 2002.
- EUROPEAN COMMISSION. Future of Europe. *Standard Eurobarometer 71.3*, January 2010.
- EUROPEAN COMMISSION. Introduction of the euro in the new Member States: analytical report. *Flash Eurobarometer 296*, July 2010.
- EUROPEAN COMMISSION. The euro area, 2010 – public attitudes and perceptions: analytical report. *Flash Eurobarometer 306*, December 2010.
- EUROPEAN COMMISSION. Dual circulation period in Estonia: analytical report. *Flash Eurobarometer 308*, February 2011.
- EUROPEAN COMMISSION. Euro introduction in Estonia – Ex-Post Citizen Survey: analytical report. *Flash Eurobarometer 309*, February 2011.
- EUROPEAN COMMISSION. Introduction of the euro in the new Member States: analytical report. *Flash Eurobarometer 329*, August 2011.
- EUROPEAN COMMISSION. European citizenship. *Standard Eurobarometer 77*, Spring, May 2012.

- EUROPEAN COMMISSION. European citizenship. *Standard Eurobarometer* 79, Spring, May 2013.
- EUROPEAN COMMISSION. Economic and monetary union and the euro. *The European Union explained*, March, 2014.
- EUROPEAN COMMISSION. Latvia before changeover. *Flash Eurobarometer* 390, February 2014.
- EUROPEAN COMMISSION. Latvia after euro changeover. *Flash Eurobarometer* 393, February 2014.
- EUROPEAN COMMISSION. European citizenship. *Standard Eurobarometer* 81, Spring, June 2014.
- EUROPEAN COMMISSION. The Euro Area. *Flash Eurobarometer* 405, October 2014.
- EUROPEAN COMMISSION. One currency for one Europe: the road to Euro. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015
- EUROPEAN COMMISSION. Lithuania before the changeover. *Flash Eurobarometer* 409, January 2015.
- EUROPEAN COMMISSION. Lithuania after euro changeover. *Flash Eurobarometer* 412, January 2015.
- EUROPEAN COMMISSION. European citizenship. *Standard Eurobarometer* 83, Spring, May 2015.
- EUROPEAN COMMISSION. Introduction of the Euro in the member states that have not yet adopted the common currency. *Flash Eurobarometer* 418, May 2015.
- FLIGSTEIN, Neil. *Euro-clash: The EU, European Identity and the future of Europe*. Oxford University Press Inc.: New York, 2008.
- FRIEDMAN, George. What borders mean to Europe? Disponível em: <https://www.stratfor.com/weekly/what-borders-mean-europe> Acesso em: 13/10/2015.
- FUCHS, Dieter ; KLINGEMANN, Hans-Dieter (eds.). *Cultural Diversity, European Identity and the Legitimacy of the EU*. Cheltenham, UK; Northampton, USA: Edward Elgar, 2011.
- GERBET, Pierra. Quelle Citoyenneté Européenne?. *Journal of European Integration History*, Vol 6 (1), pp. 5-18, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. Why Europe Needs a Constitution. *New Left Review* 11, September-October, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. Towards a Cosmopolitan Europe. *Journal of Democracy*, 14 (4), 2003, p. 86-100.
- HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary. Multiple identities. In: _____. *Multi-Level Governance and European Integration*. Rowman & Littlefield Publishers: Oxford, 2001.
- HYMANS, Jacques E. C. Money for Mars? The Euro banknotes and European identity. In: FISHMAN, Robert; MESSINA, Anthony (eds). *The Year of Euro: the cultural, social and political import of Europe's commom currency*. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 2006.
- KASTORYANO, Riva. What Identity for Europe? Martindale Center, College of Business and Economics, Lehigh University, May 2004. Disponível em: https://martindale.cc.lehigh.edu/sites/martindale.cc.lehigh.edu/files/kastoryano_wp_.pdf Acesso em: 13/10/2015
- KASTORYANO, Riva. *An identity for europe: The relevance of Multiculturalism in EU Construction*. Palgrave Macmillan: New York, 2009.
- KRAUS. Peter A. *A Union of Diversity: Language, Identity and Polity-Building in Europe*. Cambridge University Press: Cambridge, 2008.
- LESSA, Antônio Carlos. *A construção da Europa*. Brasília: IBRI, 2003.

- LOTH, Wilfried. Identity and Statehood in the Process of European Integration. *Journal of European Integration History*, Vol 6 (1), pp. 19-32, 2000
- MCLAREN, Lauren M. *Identity, Interests and Attitudes to European Integration*. Palgrave Macmillan: New York, 2006.
- MARTINS, Estevão C. R. O alargamento da União Europeia e a América Latina. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 47, n.2, p. 5-24, 2004.
- MARTINS, Estevão C. R. . *Cultura e Poder*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MARTINS, Estevão C. R. . *Parcerias almeçadas. Política externa, segurança, defesa e história na Europa*. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012
- MARTINS, Estevão C. R. The boldness of the 2004 enlargement – a rewarding challenge – Ten years reinventing a European adventure. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/15425-1442-2-30.pdf> Acesso em: 13/10/2015.
- NORTH, Douglass C. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, vol. 5, n. 1, Winter 1991, p. 97-112.
- POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- PUBLIC OPINION MONITORING UNIT. European Elections 2014: analytical overview. *TNS Opinion*, October 2014.
- RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira. *A União Europeia e os estudos de integração regional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- RISSE, Thomas et al. To Euro or Not to Euro? The EMU and Identity Politics in the European Union. *European Journal of International Relations*, Vol 5 (2), pp. 147-187, 1999.
- RISSE, Thomas. The Euro and Identity Politics in Europe. In: CONFERÊNCIA “THE YEAR OF THE EURO”, Nanovic Institute for European Studies, University of Notre Dame, Dec. 6-8, 2002.
- RISSE, Thomas. “European institutions and identity change: what have we learned?” In: HERRMANN, Richard; BREWER, Marylinn, RISSE, Thomas (eds). *Identities in Europe and the institutions of European Union*. Lanhan MD: Rowman & Littlefield, 2003.
- RISSE, Thomas. Neo-functionalism, European Identity, and the Puzzles of European Integration. *Journal of European Public Policy*, Special Issue, 2005.
- SAURUGER, Sabine. *Théories et concepts de l'intégration européenne*. Paris : Presses de Sciences Po, 2009.
- SCHLENKER-FISCHER, Andrea. “Unity in diversity”? The acceptance of cultural diversity and its impact on the compatibility of national and European identity. In: ECPR FIFTH PAN-EUROPEAN CONFERENCE, University of Porto, June 26, 2010.
- THE EUROPEAN OPINION RESEARCH GROUP. European Union Public Opinion on Issues Relating to Citizenship and Sense of Belonging. *Special Eurobarometer Wave 60.1*, Bruxelas: Eurobarometer, Fev., 2004.
- TINDEMANS, Leo. Bulletin of the European Communities, Supplément 1/76, 1975. Disponível em: <http://aei.pitt.edu/942/>. Acesso em 13/10/2015.
- WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Outras fontes

Site da Comissão Europeia: <http://ec.europa.eu/>

Site das Novas Notas de Euro: <http://www.new-euro-banknotes.eu/>

Apêndice: Indicadores

Identidade cívico-institucional (12-0)

- 1) Grau de institucionalização:
 - 1.1 Adesão à Zona Euro: Sim (3); Não (0)
 - 1.2 Participação no Espaço Schengen: Sim (3); Não (0)
- 2) Sentimento de Europeidade: *QD4. In your opinion, among the following issues, which are those that most create a feeling of community among EU citizens?* (EUROPEAN COMMISSION, 2015, p. 28)
 - 2.1 Economia:
 - Primeira posição (3)
 - Segunda posição (2)
 - Terceira posição (1)
 - Outras posições (0)
 - 2.2 Leis:
 - Primeira posição (3)
 - Segunda posição (2)
 - Terceira posição (1)
 - Outras posições (0)

Identidade histórico-cultural (9-0)

- 3) Formação ocidental europeia no século XX:
 - 3.1 Vinculação a regimes autoritários comunistas: Sim (0); Não (3)
- 4) Sentimento de Europeidade: *QD4. In your opinion, among the following issues, which are those that most create a feeling of community among EU citizens?* (EUROPEAN COMMISSION, 2015, p. 28)
 - 4.1 Cultura:
 - Primeira posição (3)
 - Segunda posição (2)
 - Terceira posição (1)
 - Outras posições (0)
 - 4.2 História:
 - Primeira posição (3)
 - Segunda posição (2)
 - Terceira posição (1)
 - Outras posições (0)

Identidade nacional (6 – 0)

5) Grau de nacionalismo: QD2. *Do you see yourself as...? Options: nationality only, nationality and European, European and nationality, total European* (EUROPEAN COMMISSION, 2015, p. 22)

5.1 Percentual na opção “apenas nacional”:

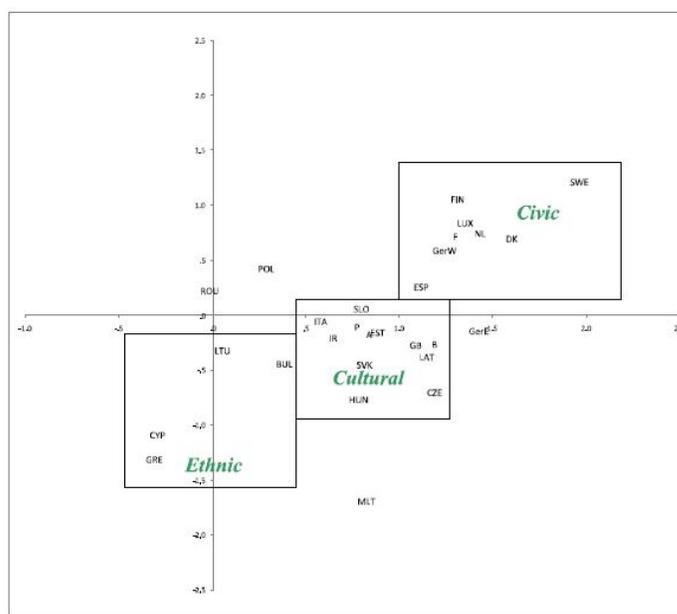
- 10% ou mais acima da média europeia (3);
- Entre 1% e 9% acima da média europeia (2);
- Entre 0% e 9% abaixo da média europeia (1);
- 10% ou mais abaixo da média europeia (0).

6) Comportamento em relação a outras culturas e a populações imigrantes:

6.1 Tipo de comunidade:

- Primordial/étnica [nacionalista] (3)
- Intermediária entre étnica e cultural⁶⁷ (2,5)
- Tradicional/republicana/cultural [multinacional] (2)
- Universalista/liberal/cívica [pós-nacional] (1)

Figure 7: Classification of countries (two-dimensional space, EU 27)



The higher the mean for index 1 (x-axis), the more acceptance of cultural diversity.
 The higher the mean for index 2 (y-axis), the easier the access to the national community.
 Source: Eurobarometer Survey 71.3, fieldwork 2009.

FONTE: SCHLENKER-FISCHER, 2010, p.22.

⁶⁷ De acordo com Schlenker-Fischer (2010, p. 22): “Citizens in Romania and Poland also restrict Access to their national community quite strongly, yet, nevertheless accept cultural diversity more than ethnic countries. In contrast, the majority in Malta does not make access depend on Maltese ancestry, yet they accept least cultural diversity. Therefore, these countries do not fit into the classification proposed here.” Por estes motivos, foi proposta uma classificação intermediária entre as comunidades étnicas e culturais.